



Ana da Conceição Fontes Ferreira Monteiro

'EXPETATIVAS (IN)CUMPRIDAS' - A VIVÊNCIA DA RECLUSÃO FEMININA E A EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO DE ADULTOS NAS PRISÕES

Dissertação de Mestrado em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária, apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, sob orientação da Professora Doutora Cristina Maria Coimbra Vieira e da Professora Doutora Sofia Marisa Alves Bergano.

Setembro 2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**‘EXPETATIVAS (IN)CUMPRIDAS’ – A VIVÊNCIA DA RECLUSÃO FEMININA E
A EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO DE ADULTOS NAS PRISÕES**

Ana da Conceição F. F. Monteiro

Dissertação de Mestrado em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Professora Doutora Cristina Maria Coimbra Vieira e da Professora Doutora Sofia Marisa Alves Bergano.

Setembro 2013

Ao amor da minha vida: Henrique!

Agradecimentos

Em todos os momentos da nossa vida precisamos de pessoas ao nosso lado que nos ajudem na concretização dos nossos objectivos de vida e a ser o que somos. A todas essas presenças quero presentear com um agradecimento muito especial.

Em primeiro lugar às minhas Orientadoras Científicas, Professora Doutora Cristina Vieira e Professora Doutora Sofia Bergano.

À Professora Doutora Cristina Coimbra Vieira, um profundo agradecimento pela disponibilidade e simpatia com que me acolheu e assegurou a orientação desta tese, pela paciência e palavras de incentivo que proferiu nos momentos mais difíceis, bem como pelo rigor científico e sabedoria que me propiciou.

A todos os Professores do primeiro ano de mestrado pelos ensinamentos que me facultaram e pela partilha de experiências profissionais que promoveram.

À Direção Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais na pessoa da Dr^a Esmeralda Coelho pela ajuda na identificação de possíveis casos de estudo.

Às quatro mulheres entrevistadas, que desde a primeira abordagem manifestaram total disponibilidade para colaborar no estudo, pela partilha.

Às minhas primas Eloisa e Mariana pela tradução do resumo para Inglês.

Ao meu amigo Pedro Ribeiro pela disponibilidade e gosto que demonstrou ao elaborar a capa deste trabalho.

Às minhas amigas Carla Melo e Mónica Ferreira, pelas palavras constantes de apoio e incentivo, pelo trabalho informático ao nível de formatação e revisão crítica da conclusão geral, respectivamente.

À minha família, em especial aos meus pais, pelo apoio, incentivo e amor incondicional. Obrigada mãe por me 'substituíres' nas mamadas!

À minha irmã, pelas suas peculiares manifestações de carinho ao longo da elaboração deste trabalho, pela revisão ortográfica das unidades de registo e pela ajuda nos cuidados ao Henrique, a minha profunda gratidão.

Ao meu marido e filho, a quem privei de convívio durante esta etapa da minha vida, mas que, cada um à sua maneira, iam manifestando o seu carinho, apoio e compreensão, o meu eterno agradecimento por serem o meu 'porto seguro e de abrigo'.

Finalmente, deixo aqui uma palavra de reconhecimento a todos os restantes colegas e amigos que, de algum modo, me ajudaram na concretização deste trabalho.

RESUMO

Neste estudo tenta compreender-se o modo como mulheres ex-reclusas dão significado à vivência da reclusão nos seus percursos de vida e qual a importância que estas mulheres atribuem à educação/formação que recebem dentro do estabelecimento prisional, tendo em vista a sua (re) inserção social e profissional.

A formação profissional, o ensino e a ocupação laboral, são considerados instrumentos fundamentais no plano de reinserção da pessoa em situação de reclusão, no sentido de desenvolverem competências sociais e profissionais e como forma de terapia ocupacional. A formação profissional que se desenvolve nos Estabelecimentos Prisionais é coordenada pela Direção Geral dos Serviços Prisionais, em colaboração com várias entidades públicas e privadas. O objetivo é preparar o/a recluso/a para a vida ativa, tanto no meio prisional como na altura da saída. A baixa escolaridade e, praticamente, a ausência de qualificações na população reclusa, torna o ensino e a formação profissional um instrumento fundamental para dotar este público de conhecimentos e para desenvolver competências que, à posteriori, poderão ser uma mais-valia na sua reinserção.

Na tentativa de melhor conhecer esta realidade, e atendendo à nossa experiência profissional anterior com este tipo de população, pareceu-nos importante ouvir em discurso direto quatro participantes voluntárias, as quais estiveram em situação de reclusão por determinado período de tempo durante o qual frequentaram ações de educação/formação de adultos.

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho empírico foi de natureza qualitativa, tendo-se optado pelo estudo de caso (casos múltiplos) enquanto plano de investigação. Dos dados obtidos, através de uma entrevista **semi-directiva** por via da análise de conteúdo a que submetemos as informações recolhidas nas nossas quatro entrevistas, aferimos por um lado, que estes cursos, na opinião das pessoas entrevistadas, são considerados importantes na medida que enriquecem o currículo de quem os frequenta e contribuem para a sua qualidade de vida no imediato – ainda dentro do estabelecimento prisional - e *à posteriori*, ainda que de forma lenta e gradual após a saída do estabelecimento prisional. Por outro lado, a vivência da reclusão no feminino revela-se uma situação difícil e dramática, mas que propicia de certo modo, um

conjunto de oportunidades e mudanças que se podem traduzir numa vida melhor para estas mulheres, após a sua liberdade.

Este trabalho tem um âmbito limitado, em termos de compreensão do fenómeno na população feminina em geral, porque abrangeu apenas quatro mulheres que passaram por um processo de reclusão. Ainda que as conclusões não se estendam à população prisional feminina no geral, e seja importante ouvir outros protagonistas envolvidos na implementação destes cursos, acreditamos que as reflexões apresentadas podem contribuir para a melhoria das ofertas formativas dentro dos estabelecimentos prisionais e serem importantes para trabalhos futuros no domínio em apreço.

Palavras-chave: educação/formação de pessoas adultas, (re)inserção social, reclusão, estabelecimento prisional, mulheres.

ABSTRACT

This study attempts to understand if the way how ex-secluded women give meaning to the experience of seclusion in their journeys of life and what is the importance given by these women to education/training that they receive within the penal institution, with a view to their social and professional (re)insertion.

Vocational training, education and labour occupation are considered essential tools in the rehabilitation plan of the person in seclusion, to develop social and professional skills and as a way of occupational therapy. The vocational training developed in penal institutions is coordinated by a General Directorate of Penal Institution Services, in collaboration with public and private entities. The aim is to prepare the secluded for working life, both in penal institution as at the time of release. The low educational level and, practically, the absence of skills in the inmate population, makes the education and professional training a key tool to provide this population knowledges and to develop skills that, afterwards, can be an asset in their reintegration.

In an attempt to better understand this reality and attending our previous experience with this type of population, it seemed important to listen in direct speech four voluntary participants which were in seclusion for a certain period of time. During that period they attended actions of education/training for adults.

The methodology used for this empirical research was qualitative, a case study (multiple cases). The results were obtained through a semi-directive interview by analysing the content and submitting the information collected in the four interviews. It was concluded, on the one hand, that these courses are considered, in the opinion of the people interviewed, important because they enrich the curriculum of those who attend it. These courses also contribute to the quality of life in the penal institution and afterwards, even though sluggishly, after being released. On the other hand, the experience of female seclusion proves to be a difficult and dramatic situation but that, however, provides several opportunities and changes that may be reflected on a better life after their freedom.

This research has a limited scope in terms of understanding of the phenomenon in the female population in general, because it covered only four women who have gone through a process of seclusion. Although the findings do not extend to the female prison

population in general, it is important to hear other protagonists involved in the implementation of these courses. Even though, we believe that the reflections presented can contribute to the improvement of educational offerings within the penal institutions and are important for future research in the field.

Key-words: education/training for adult people; social (re)habilitation; seclusion; penal institution; women.

Índice

	Págs.
INTRODUÇÃO GERAL	9
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	
CAPÍTULO I – PROBLEMÁTICA DA RECLUSÃO NO FEMININO	
Introdução	13
1. A prisão	
1.1 Do castigo à reabilitação	14
1.2 A prisão escola e a sua relação com a prisão de hoje	15
1.3 A População prisional em Portugal	18
1.4 A prisão no feminino	19
1.5 Os estereótipos de género e a produção legislativa	24
Conclusão	28
CAPÍTULO II –A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DE ADULTOS EM ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS EM PORTUGAL	
Introdução	30
1. A Educação e Formação de Adultos e o Meio Prisional	
1.1 Perspetivas Teóricas de Educação e Formação de Adultos	31
1.1.1 A Aprendizagem transformativa e a sua aplicação na situação de reclusão feminina	34
1.2 Modalidades de educação e formação profissional nos estabelecimentos prisionais	39
2. Motivações, oportunidades e reabilitação social em contexto Prisional	44
Conclusão	47

ESTUDO EMPÍRICO

CAPITULO I - CONCEPÇÃO, PLANEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA DA INVESTIGAÇÃO

Introdução	51
1. Metodologia	
1.1 Contextualização e Objetivos do Estudo	52
1.2 Participantes	55
1.3 Instrumentos de recolha de dados – A Entrevista Semiestruturada	58
1.4 Procedimento	61
1.5 Opção pela técnica de Análise de Conteúdo	64
Conclusão	66

CAPITULO II - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS RECOLHIDOS

Introdução	67
1. Apresentação da(s) Matriz(es) de Análise de Conteúdo elaborada(s)	67
2. Análise e discussão das informações recolhidas	72
2.1 Matriz da Análise de Conteúdo (MAC1) das Entrevistas às mulheres ex-reclusas quanto à sua opinião sobre as acções de educação/formação que receberam durante o período de reclusão	72
2.1.1 Ofertas de educação e formação de adultos	72
2.1.2 Processo de selecção à frequência de acções de educação/formação	73
2.1.3 Percepção geral sobre as acções de educação/formação de adultos	74
2.1.4 Visão das formandas sobre si próprias	79
2.1.5 Avaliação do impacto das acções de educação/formação na vida pós-reclusão	80

2.2	Matriz de Análise de Conteúdo (MAC2) das Entrevistas às mulheres ex-reclusas quanto à sua percepção sobre a experiência de reclusão	81
2.2.1	Percepções gerais das mulheres entrevistadas sobre a experiência da reclusão	81
2.2.2	Percepções sobre o funcionamento e as dinâmicas dos estabelecimentos prisionais	86
2.2.3	As crianças (filhas das reclusas) e a vida prisional	90
2.2.4	Reinserção das ex-reclusas	92
2.2.5	Sugestões para a melhoria da gestão dos estabelecimentos prisionais	96
	Síntese Conclusiva	100
	CONCLUSÃO GERAL	108
	BIBLIOGRAFIA	
	Referências Bibliográficas	118
	ANEXOS	
	Anexo I – Caracterização da População prisional Portuguesa	124
o	Tabela 1 -Total de mulheres reclusas, existentes a 31 de Dezembro de 2012, segundo nível de instrução e nacionalidade	124
o	Tabela 2 - Total de mulheres reclusas, existentes a 31 de Dezembro de 2012, segundo o estalão etário	125
o	Tabela 3 - Reclusas existentes a 31 de Dezembro 2012 segundo a situação penal e nacionalidade	125
o	Tabela 4 – Caracterização da população reclusa segundo o crime cometido (em%) a 31 de Dezembro 2012	126
o	Tabela 5 – Reclusos existente em 31 de Dezembro de 2012 segundo a situação penal, em formação e em actividade	126

Anexo II - Guião de entrevista	127
Anexo III - Consentimento Informado	135
Anexo IV - Matriz de Análise de Conteúdo (MAC1) das Entrevistas às mulheres ex-reclusas quanto à sua opinião sobre as ações de educação/formação que receberam durante o período de reclusão	136
Anexo V - Matriz de Análise de Conteúdo (MAC2) das Entrevistas às mulheres ex-reclusas quanto à sua perceção sobre a experiência de reclusão	148

INTRODUÇÃO GERAL

Esta tese de Mestrado em Educação, Formação de Adultos e Intervenção Comunitária apresenta uma abordagem aos percursos de vida de mulheres que transgrediram as normas legais e sociais, e foram formal e informalmente penalizadas pelas suas transgressões, em concreto analisam-se aqui às opiniões que mulheres ex-reclusas têm da importância da educação/formação que receberam durante o período de reclusão, para a sua reinserção social posterior. Pretende-se, ainda, conhecer algumas das suas perceções sobre a experiência da reclusão.

A nossa opção pelo objeto de estudo em questão é marcada por dois aspetos fundamentais. O primeiro prende-se com experiências profissionais, como formadora de pessoas adultas e de toda a responsabilidade que esse exercício acarreta. Até que ponto vale a pena o nosso trabalho? De que forma muda/melhora/influencia a vida destes adultos? Estas são questões permanentes no exercício dessa nossa atividade profissional, as quais também estiveram na origem da frequência do Mestrado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

O segundo aspeto que esteve na base da escolha do objeto de estudo é convergente com o primeiro, embora esteja mais baseado na preocupação social e política, face às mulheres detidas. Esta preocupação resultou da nossa experiência profissional com mulheres reclusas de um Estabelecimento Prisional aquando do nosso desempenho de funções como Técnica de Diagnóstico e Encaminhamento e como Formadora de Cidadania e Empregabilidade de um Centro Novas Oportunidades.

No decorrer destas nossas responsabilidades foi possível constatar que a população feminina detida nem sempre tem acesso às mesmas ofertas de educação/formação que a população masculina e por outro lado preocupou-nos o futuro destas reclusas. Ou seja, será que o trabalho de educação/formação que é desenvolvido com estas mulheres tem um retorno positivo nas suas vidas? Ajudou-as a (re) inserirem-se na sociedade fora das paredes do Estabelecimento Prisional?

A verdade é que a sociedade rotula negativamente os indivíduos que têm comportamentos desviantes, penalizando-os. Mesmo após o cumprimento da pena que lhe é estabelecida e o consequente pagamento da sua dívida à sociedade, o indivíduo não se livra do rótulo.

E, embora haja uma lacuna em estudos sobre crime e gênero, acreditamos que esta “rotulagem” e difícil (re)inserção é intensificada quando se trata de uma Mulher.

A distinção entre sexo e gênero é fundamental, na medida em que muita das diferenças entre homens e mulheres não têm uma origem biológica. Enquanto «sexo» se refere às diferenças físicas corporais, «gênero» diz respeito às diferenças culturais entre homens e mulheres. Assim, será utilizada a expressão “sexo” para comparar os indivíduos com base na respetiva categoria sexual de pertença e o «gênero» para nos referirmos a toda a ordem social, estereótipos, papéis), etc. atribuída a uns e a outros em função da respetiva categoria biológica (sexual). No entanto, quando se fizerem citações literais de autores a designação que estes adotam, serão respeitadas.

A fim de compreender e conseguir atingir o objetivo pretendido, ouvindo-as em discurso direto, com o propósito de compreender a importância da Educação/Formação nas trajetórias de vida destas mulheres, este trabalho divide-se em duas grandes componentes.

A primeira parte pretende dar sentido à vivência da criminalidade feminina e à educação/formação de pessoas adultas nas prisões. Foca os discursos científicos que ao longo dos tempos se têm construído sobre mulher e crime, sobre a problemática da Educação e Formação de Adultos, sobre qual o papel desta e das Prisões no apoio ao regresso à vida em sociedade das mulheres que passaram por um período de reclusão e como é que estas vivenciam a experiência da reclusão.

A segunda componente deste trabalho é referente ao estudo empírico. Esta componente é iniciada com um capítulo de fundamentação metodológica, onde se justifica a escolha da metodologia (qualitativa) utilizada, em função dos objetivos definidos para o estudo. Foi escolhida a metodologia qualitativa para a realização desta pesquisa, baseada na análise da construção narrativa dos percursos de vida e das significações que as mulheres ex-reclusas dão à sua experiência de reclusão e à importância da educação e Formação na sua (re) inserção social, profissional.

Finalmente, no capítulo que se segue são apresentados os resultados do estudo empírico realizado. Neste estudo participaram quatro mulheres ex-reclusas. A técnica de amostragem é designada por ‘bola de neve’. Esta técnica de amostragem consiste na localização de um grupo de indivíduos que tenham as características desejadas ou que consigam indicar indivíduos que as tenham.

“É uma forma de amostra intencional em que o investigador pede a cada inquirido, após ser entrevistado, nomes de outros indivíduos que possam ser igualmente

inquiridos. A amostra vai-se tornando uma 'bola de neve' pois vai aumentando à medida que os respondentes identificam outros potenciais respondentes" (Vicente, 2001: 73). É muito utilizada quando se pretende chegar a populações pequenas e muito específicas como é o caso da nossa população-alvo neste estudo.

Finalizar-se-á com uma discussão geral, onde tentaremos integrar as nossas conclusões com as de outros estudos já realizados, refletindo em torno das possíveis implementações desta nossa pesquisa para a prática.

Terminaremos o capítulo, com uma reflexão sobre as limitações metodológicas do estudo apontando também sugestões para trabalhos a realizar no domínio.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I – PROBLEMÁTICA DA RECLUSÃO NO FEMININO

“Quem abre uma escola fecha uma prisão”.
Victor Hugo

Introdução

A ideia que geralmente se tem das prisões não é, com certeza, das mais risonhas. Muitas vezes se diz que as prisões são universidades do crime, onde pequenos delinquentes se transformam em profissionais.

De instrumento de castigo e punição a instrumento de reintegração social do indivíduo a todos os níveis, a prisão também teve de evoluir no sentido de proporcionar aos reclusos os seus direitos. Uma parte desses direitos contempla a possibilidade de escolha e frequência em iniciativas e ações de ensino/formação profissional e de acesso ao trabalho. No entanto, a ideia do interior de uma prisão ainda é, para quem está no exterior, algo que gera receios. Para além disso, a sociedade procura a distância desta realidade, exigindo da prisão apenas, a sua segurança, ou seja, a própria sociedade requer, implicitamente, que a prisão seja um espaço fechado ao exterior dando a percepção que estando ali os “malfeitores” fechados, a sociedade está mais protegida e livre de perigo.

Contudo, o número de reclusos aumenta nos estabelecimentos prisionais independentemente de se ser homem ou mulher (No último semestre de 2011 entraram mais 753 reclusos nas cadeias nacionais, o que significou um aumento de 6,4% da população prisional: de 11 613 presos em Dezembro de 2010 para 12 427 em 1 de Agosto 2011, segundo dados da Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais)

Apesar de a prisão¹ não ser o enfoque desta reflexão, mas sim os trajetos de mulheres que acontece estarem na instituição prisional, esta assume, contudo, inevitavelmente, um papel de destaque.

Assim, neste capítulo, para além de se tornar pertinente uma breve caracterização da população prisional portuguesa, em específico da população feminina,

¹ Entende-se por prisão, um “espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar físico onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registados” (Foucault, 1976: 9).

considerou-se importante refletir sobre o papel da prisão hoje, o papel desta enquanto motor de (re) inserção social, nomeadamente, através de processos de ensino e formação. Atendendo ao objetivo geral do nosso trabalho, não podemos deixar também de tentar compreender, neste capítulo, como é que as mulheres vivenciam e percebem a sua experiência de reclusão. A fim de uma melhor e mais profunda compreensão da importância do género em contexto prisional e do seu possível peso na (re)inserção social das mulheres, este capítulo dedicar-se-á também a uma reflexão em torno dos estereótipos de género.

1. A prisão

1.1 Do castigo à reabilitação

Ao longo da história da humanidade, atos praticados por pessoas que fossem contrários à moral do grupo ou atentatórios contra a integridade física do ser humano foram alvo de punição. No limite, essa punição pode traduzir-se em reclusão. Desde, pelo menos na Grécia Antiga, no Império Romano, na Idade Média, na Idade das Luzes, até aos nossos dias que existem prisões.

Qualquer que seja a finalidade da pena de privação de liberdade, é importante referir que o encarceramento é “sempre um ato de coerção, pois a detenção é, por natureza, não voluntária e a prisão tem sido, desde sempre, um mundo fechado sobre si. Nela, toda a informação é tida como um segredo e obrigada a circular por canais próprios que a deformam e onde tudo se regula ao abrigo dos olhos e ouvidos indiscretos da sociedade envolvente” (Moreira, 1994: 30 cit. por Gomes, 2008: 9).

Em Portugal, com a reforma prisional de 1979, “a nova conceção de tratamento penitenciário pressupunha a elaboração, para cada recluso, de um Plano Individual de Readaptação” (Santos, 2003: 25 cit. por Gomes, 2008: 10). Este plano de reinserção social deve conter os “objetivos de ressocialização a atingir pelo condenado, as atividades que este deve desenvolver, o respetivo faseamento e as medidas de apoio e vigilância a adotar pelos serviços de reinserção social” (idem, 2008: 11). Num plano como este, em que se processa uma certa individualização das pessoas, é necessário ter em conta que o Plano Individual de Readaptação (PIR) deve seguir uma série de indicações: internamento em regime aberto ou regime fechado; afetação a um

estabelecimento ou secção; trabalho, formação e aperfeiçoamento profissionais; escolaridade; participação em atividades formativas; ocupação de tempos livres; medidas especiais de assistência ou tratamento; medidas de flexibilização na execução; e medidas de preparação para a libertação.

Todo o tratamento que era suposto oferecer-se aos reclusos tem como principal intuito minorar os efeitos nocivos da privação da liberdade, principalmente no que diz respeito à sua reintegração na sociedade. Contudo, segundo Gomes (2008) há um longo caminho a percorrer para que estes objetivos deixem de pertencer à teoria e passem a fazer parte do quotidiano de quem está efetivamente detido.

Além disso, o mesmo autor refere que é pertinente “fomentar o envolvimento da comunidade no decurso desta fase. O que se pretende, essencialmente, é uma certa desmassificação do sistema prisional, reduzindo os custos e o índice de reincidência” (Gomes, 2008: 10).

Neste contexto de encarceramento existe uma autoridade formal institucionalizada, ou seja, toda a atividade quotidiana do indivíduo é estritamente programada e planificada. Há como que todo um cumprimento de regras, horários, espaços de convívio, espaços de isolamento, etc. No meio prisional, todas as atividades são reguladas, as interdições variadas e a vigilância é constante.

1.2 A prisão escola e a sua relação com a prisão de hoje

Nascido cem anos após a criação do Sistema Filadélfico², abre, em Nova Iorque, um estabelecimento tendo por base o Sistema Progressivo. O Sistema Progressivo serviu como base para o surgimento dos Reformatórios na América. O primeiro foi criado em New York, em 1869, denominado Reformatório de Elmira, cujo objetivo era o de formar o delinquente. Sendo estabelecimentos especiais, os reformatórios recebiam jovens de 16 a 30 anos de idade, primários e com a fixação de um mínimo e um máximo de pena. Aquele delinquente que trabalhava adequadamente, que tivesse boas condutas,

² O Sistema Filadélfico, não possui uma data certa para o seu início. Para uns, foi em 1790 e 1817 para outros, sob a influência dos Quakers, na penitenciária de Walnut Street Jail, na Pensilvânia, sendo posteriormente adotado na Bélgica. Este sistema também conhecido por *Solitary system*, mantinha o condenado isolado sem ter o direito de receber visitas e de trabalhar, já que era necessário que os presos poupassem energias e dedicassem seu tempo à instrução escolástica e aos serviços religiosos.

instrução moral e religiosa, que desse valor à aprendizagem e à prática de exercícios físicos, recebiam pontos positivos para obter a liberdade condicional.

O paradigma de correção pelo trabalho é alterado sendo que agora o recluso aprende um ofício rentável, não com o intuito de uma produção lucrativa para o estabelecimento, mas no seu próprio interesse, para facilitar a sua saída e a reinserção social.

A influência americana espalhar-se-ia um pouco por toda a Europa, entre os anos de 1900-1940 onde se desenvolveram esforços para transformar o princípio de privação de liberdade num caminho educativo, de atividade profissional.³

Em Portugal, os decretos legais de Setembro de 1934 e de Maio de 1936 instituem as prisões escolas para delinquentes dos 16 aos 21 anos. O local era a prisão de Leiria e os reclusos pessoas do sexo masculino. Consistia numa vasta área de terrenos cultivados (cerca de 130 ha) e 15 pavilhões que tinham como vantagem, segundo Nascimento, (2009: 12), separar os prisioneiros por grupos e assegurar que dentro de cada grupo existia um tratamento individual. As categorias de delinquentes admitidos eram as penas de prisão pouco longas, delinquentes habituais ou por tendência, com ideias subversivas ou socialmente perigosas, que se entregavam à mendicância ou vagabundagem, apresentassem comportamentos incorretos, se mostrassem gravemente corrompidos moralmente, que tenham dado várias demonstrações de rebeldia perante a família, a escola ou no trabalho. O regime era predominantemente educativo mas também coercivo.

Os métodos de reeducação no estabelecimento prisional (EP) de Leiria compreendiam: a) Acção Moral e Social – através da realização de conferências sobre assuntos relevantes e através da influência de todo o pessoal da prisão; b) Formação Profissional – o primeiro estágio era feito nos serviços agrícolas que depois poderia transitar para o artesanato ou para a indústria; c) Ensino Escolar – frequência escolar obrigatória; d) Educação Física – organizada pelos próprios reclusos, que se podiam constituir em associações que também podiam organizar festas e ajudar reclusos em dificuldades e cujos dirigentes (também reclusos) eram eleitos pelos companheiros. As

³ A prisão escola é a forma mais típica para os delinquentes entre os 18 e 21 anos e um dia é composto por trabalho, escola e desporto. A relação familiar é mantida, para que os reclusos não percam o contacto com o mundo.

decisões eram tomadas por este conselho de administração mas eram só postas em prática após aprovação do diretor do estabelecimento prisional.

Este sistema foi também projetado mais tarde para mulheres, sendo que a “primeira etapa, previa o isolamento absoluto da reclusa para observação, depois um período de isolamento noturno e períodos de vida comuns durante o dia, após o qual poderia ocorrer a passagem a uma situação de maior confiança ou a concessão de liberdade condicional” (Nascimento, 2009: 23).

O conceito da prisão-escola levava em consideração os interesses do condenado, integrando-os na sua “cura” física e moral, com o objetivo de o transformar num cidadão útil e inofensivo. Excluía qualquer método que não tivesse como objetivo a educação e utilizava somente métodos que pudessem influenciar o resultado final.

Ocorreu assim uma substituição do trabalho produtivo pela aprendizagem profissional, o que chamaríamos hoje de formação inicial. Os métodos de reeducação seriam: a) A aprendizagem de uma profissão, que leva em consideração os interesses do detido. Este é encaminhado para um curso (existiam cursos de formação profissional acelerada, 6 meses) que lhe confere um diploma; b) Ensino escolar e leitura, com orientação do pessoal e uma espécie de Index; c) Tratamento médico/psíquico; d) Educação física; e) Cinema; f) Educação religiosa; g) Psicoterapia coletiva e terapia ocupacional e h) Influência da vida em grupo.

De salientar as considerações de Cunha (1994 cit. por Gomes 2008) em relação aos educadores: deviam ser vocacionados para a atividade, inteligentes, corretos e muito, muito pacientes. Era necessário que levassem em conta as características desta população e podiam mesmo tornar-se seus confidentes, conselheiros, encarregues da gestão de um grupo, de cursos escolares e da observação.

Hoje é inegável que a formação profissional, o ensino e a ocupação laboral são considerados instrumentos fundamentais no plano de reinserção do recluso, no sentido de desenvolverem competências sociais e profissionais e como forma de terapia ocupacional, assim como o desporto e as atividades culturais, que além das competências enunciadas, permitem também o desenvolvimento de competências no domínio artístico.

Hoje, a formação profissional que se desenvolve nos estabelecimentos prisionais é coordenada pela Direção Geral dos Serviços Prisionais, em colaboração com várias entidades públicas e privadas. O objetivo é preparar o/a recluso/a para a vida ativa, tanto no meio prisional como na altura da saída. A baixa escolaridade e, praticamente, a

ausência de qualificações na população reclusa, torna o ensino e a formação profissional um instrumento fundamental para dotar este público de conhecimentos e desenvolver competências que á posteriori poderão ser uma mais-valia na sua reinserção.

1.3 A População prisional em Portugal

Até ao último semestre de 2012 comparativamente com igual período de 2011, entraram mais 886 reclusos nas cadeias nacionais⁴, o que significou um aumento significativo da população prisional. De 11 674 presos em Dezembro de 2010 passa-se para 13 614 em Dezembro de 2012 e para 14 110 a 15 de Agosto último, segundo dados da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP). Os números encontram-se acima do máximo de presos em Portugal, que foi 14 mil, há dez anos. De acordo com os dados apresentados pela DGSP dos 13 614 reclusos existentes nos estabelecimentos prisionais em Dezembro de 2012, 758 eram do sexo feminino (583 de nacionalidade portuguesa e 175 de nacionalidade estrangeira). Segundo Almeida (2003) o “índice de reclusão feminina em Portugal tem-se destacado nos últimos anos como um dos mais elevados da Europa. Estamos perante uma especificidade não apenas do contexto português, mas de toda a Península Ibérica, onde a proporção de mulheres entre a população prisional tem oscilado entre os 8% e os 9% “ (cit. por Matos e colegas, 2007).

De acordo com a DGSP⁵, a média de idades (em 2012), entre mais de metade dos homens e das mulheres detidas é o escalão 30-49 anos. A escolaridade é mais baixa que a da população em geral, sendo a população feminina a mais afetada. Da população feminina reclusa (758 mulheres), 72 mulheres não sabem ler ou escrever, 78 sabem ler e escrever, 213 possuem o 1º ciclo completo (sendo este o nível de escolaridade o mais significativo entre esta população), 120 o 2º ciclo, 142 o 3º ciclo, 84 o ensino secundário, 27 o ensino superior. Curiosamente entre as mulheres reclusas estrangeiras, o nível de escolaridade mais comum é o ensino secundário e o ensino superior. Os crimes que hoje caracterizam a delinquência feminina estão a mudar. Se os estudos de década de 90, nomeadamente de Alison Hatch e Karlene Faith (1990), Danielle Laberge

⁴ Todos os dados apresentados no que concerne à caracterização da população feminina reclusa, foram consultados na Direcção Geral da Polícia da Justiça e estão disponíveis em www.dgpj.mj.pt. Em anexo encontram-se alguns destes dados trabalhados e resumidos.

⁵ Ver anexo I tabela 1, 2 e 3

e Shirley Roy (1989) citados na obra de Leal (2007) apresentavam os crimes contra a propriedade como o furto em lojas, a emissão de cheques sem provisão entre outros e os crimes de natureza sexual, essencialmente ligados à prostituição como o lenocínio, os que caracterizavam a criminalidade feminina. Os últimos dados da Direção Geral da Polícia da Justiça, revelam que a nível de condenados, e para evidenciar as diferenças de género, entre os homens, a maioria está condenada por crimes contra o património (28,7%), seguindo-se contra as pessoas (25,3%) e os relacionados com estupefacientes (18,8%). No caso das mulheres, encontram-se os crimes relacionados com estupefacientes em primeiro lugar (47,5%), seguindo-se os crimes contra o património (21,47%) e contra as pessoas (17,4%)⁶.

Contudo, se em várias esferas da vida social o facto de se ser homem ou mulher pode ser explicativa de algumas ações e situações, no que toda ao crime praticado por mulheres, este também pode e deve ser lido através das lentes de género, já que há aqui também influência da ordem social instalada.

1.4 A prisão no feminino

Só recentemente o impacto das diferenças de género na abordagem do crime começou a despertar o interesse dos investigadores e profissionais da área do crime, justiça e reinserção social.

Reconhecer a importância do género na vida em sociedade, nomeadamente em relação à questão do crime, equivale a salientar as diferenças políticas, etárias e culturais associadas às diferenças biológicas entre mulheres e homens.

Com efeito, “a criminologia tradicional ignorou a especificidade das mulheres ao nível da criminalidade e do sistema de justiça criminal, produzindo uma teoria generalista, supostamente aplicável aos dois sexos, ou então distorcendo a análise por não se considerar as possíveis especificidades das mulheres” (Smart, 1976 cit. por Machado, 2008:102). “A irrelevância estatística da prática de crime por parte das mulheres e a sua diminuta taxa de reincidência criminal contribuíram para que, durante muito tempo, a prática do crime por parte das mulheres fosse negligenciada” (Machado, 2008:102).

⁶ Estatísticas de 31 de Dezembro de 2012 presentes no Anexo I, Tabela 4 - Caracterização da população reclusa segundo o crime cometido (em%) a 31 de Dezembro 2012

Ainda hoje, a abordagem teórica e empírica do crime parte essencialmente da análise do comportamento dos homens, por serem estes a grande maioria dos autores dos crimes.

Na perspectiva de muitas feministas – Carmo e Fráguas (1999), Manuela Ivone Cunha (2002), Teresa Beleza, Carlen (2002), entre outras, - a Criminologia revela um caráter androcêntrico, que pode enviesar a investigação e os instrumentos analíticos tradicionais podem ser inadequados para o estudo do crime no mundo feminino.

Assim, foi graças ao desenvolvimento das teorias feministas e aos trabalhos de muitas autoras feministas que se tornou tema de debate académico, a necessidade de se produzir uma abordagem capaz de captar as relações sociais de género presentes na criminalidade e o nos modos como as instituições tipificam e lidam com as pessoas criminosas do sexo feminino.

Sabe-se que “não só os homens são mais frequentemente os autores dos crimes, como o sistema de justiça criminal produz tratamento diferenciado para homens e mulheres – por exemplo, verifica-se uma tendência para condenar com penas mais severas as mulheres quando se trata de crimes sexuais, mas geralmente as penas são mais suaves para o género feminino quando ocorrem crimes violentos, como homicídios” (Feinman, 1986 cit. por Machado, 2008: 102).

De acordo com a autora Helena Machado (2008), a variação das sentenças em função do sexo do arguido parece depender das expectativas culturais dominantes, ou seja, quanto mais a prática do crime se revela distante do que é socialmente esperado, maior será a severidade da pena atribuída.

Este facto vem explicar que, por exemplo, as sentenças dirigidas às mulheres tendam também a variar de acordo com a diversidade das situações familiares, na medida em que os papéis sociais femininos estão predominantemente associados à esfera privada. Na realidade, “o sistema jurídico-penal confirma o carácter político da esfera privada, reafirmando a distribuição de papéis. Assim, as mulheres que são mães e que têm filhos menores a cargo tendem a receber penas menos pesadas do que as mulheres sem filhos” (Eaton, 1986 cit. por Machado, 2008: 103).

Na análise dos comportamentos delituosos, concordamos com Leal (2007) que é indubitavelmente a partir do resultado da conjugação de vários elementos de origem distinta e complementar, preditores e potenciadores da tendência para o ato, que é possível identificar o modo como a forma de ir sendo delinquente se constrói ao longo da trajetória de vida dos indivíduos.

No âmbito de uma análise comparativa entre os sexos Stephen Norland e Neal Shover (1977 cit. por Leal, 2007: 66), referem que à “semelhança do sexo masculino a criminalidade das mulheres tende a ser um reflexo dos contextos em que se expressa a sua existência, seja no contexto da família, do mercado ou do trabalho. A manifestação da delinquência feminina tende a ser um reflexo do posicionamento que as mulheres ocupam nas diversas instituições da organização social”.

Nesse sentido, “as diferenças entre género são sustentadas nas diferenças de papéis que cada género desempenha na sociedade. Isto é, às expectativas quanto ao papel sexual de cada um, às posições que ocupam no quotidiano, e logicamente às oportunidades que podem aceder. Estas diferenças são a manifestação da distinção entre géneros, não só na delinquência, como em todos os outros domínios considerados como legítimos. Em suma, não comete determinado tipo de crime quem quer, mas acima de tudo quem lhe pode aceder” (Leal, 2007: 66).

As análises longitudinais revelam que as trajetórias criminais masculinas apresentam valores de participação e frequência substancialmente mais elevados que as trajetórias criminais femininas. Também o número de indivíduos do género feminino que cometem crimes no início da vida adulta é inferior⁷.

Não obstante as discussões em torno do papel social que as mulheres têm assumido ao longo da história, dos processos económicos e culturais de emancipação das mesmas, ou do processo psíquico subjacente à passagem ao ato do crime, (ora justificativos de uma certa passividade e conformidade aos padrões da normatividade, ora explicativos de algumas alterações na participação, na frequência e no tipo de delitos manifestados pelo sexo feminino), no essencial as estatísticas criminais têm demonstrado a evidente assimetria existente entre os sexos na prática dos crimes. A distribuição do crime em função do sexo é desigual.

Uma das dimensões da inclusão das questões de género na abordagem ao crime envolve a análise da figura feminina na sua relação com o direito penal, acreditando-se, antes de mais, tratar-se este de um tema normalmente excluído da literatura penal. Como refere Carlen (2002 cit. por Matos e Machado, 2007: 1042), a “exclusão da relação da mulher com os processos de criação e de aplicação da lei penal deriva da suposta neutralidade do direito relativamente ao sexo. Contudo, quer na interpretação da lei, quer na aplicação da mesma, assiste-se frequentemente a viés de género,

⁷ Ver tabela 2 “Reclusas existentes a 31 de Dezembro de 2012, segundo o escalão etário” no Anexo I.

normalmente em prejuízo das mulheres, sejam elas vítimas ou ofensoras. Tal decorre da estigmatização e desproteção das mulheres no âmbito da prática do direito, reflexos dos discursos dominantes inerentes à estrutura patriarcal vigente na maioria das sociedades atuais”.

Como refere Gilbert (2002 cit. por Matos e Machado, 2007: 1042), o modo como se constroem na sociedade discursos sobre a mulher e sobre a violência feminina “tem implicações nas políticas sociais e na experiência feminina no sistema de justiça criminal”.

A par das críticas tecidas ao sistema de justiça (penal) pelo tratamento diferenciado em função do sexo, de modo aparentemente paradoxal surgem também críticas dirigidas à tendência para que as mulheres sejam punidas em equiparação com as figuras masculinas (Carlen, 2002 cit. por Matos e Machado, 2007: 1043). Tal ideia diz respeito sobretudo ao julgamento de mulheres partindo do pressuposto de que as suas experiências de vida são idênticas às experiências dos homens, como acontece, por exemplo, quando as mulheres são julgadas por crimes contra homens violentos sem se considerar os episódios de vitimação ou de discriminação de género de que poderão ter sido alvo ao longo das suas trajetórias de vida. Também noutras “instâncias formais de controlo para além do sistema de justiça penal, os discursos e atuações sobre a mulher, vítima ou ofensora, refletem os discursos sociais patriarcais. Por exemplo, abordagens centradas na atuação da polícia mostram que esta se pauta sobretudo por valores masculinos e que as mulheres tendem a ser vistas pelos agentes de autoridade policial como necessitando de proteção e não de punição” (Heidensohn, 1997 cit. por Matos e Machado, 2007: 1044).

No que concerne às mulheres ofensoras, como refere Hudson (2002 cit. por Matos e Machado, 2007: 1044), a aplicação da lei penal sobre elas parece menos relacionada com os seus supostos objetivos para a prática da transgressão do que no caso dos homens.

Em vez disso, o direito penal parece julgar mais as mulheres pela maior ou menor conformidade do seu comportamento aos papéis de género tradicionais, do que às normas legais relativas ao comportamento em sociedade. O prejuízo resultante para a mulher na aplicação da lei penal é mais evidente a este nível — ou seja, na sua punição pela imagem social que dela se constrói e não tanto pelo ato de transgressão da lei — do que em termos da maior severidade das penas a que é condenada.

Outra crítica apontada à atuação do sistema de justiça, refere-se, não à determinação, mas sim ao cumprimento de penas, mais concretamente penas de prisão, pelas mulheres. Na base dessa crítica encontramos o argumento de que as mulheres cumprem frequentemente medidas privativas de liberdade em estabelecimentos prisionais criados para a população masculina e só posteriormente readaptados às reclusas, ou então estão detidas em secções de estabelecimentos prisionais masculinos. Desse modo, concordando com Carlen (1983) “considera-se que não há uma resposta adequada por parte destas instituições às necessidades das mulheres. Esta é apenas uma das razões apontadas na literatura para o quase sempre descrito maior sofrimento das reclusas comparativamente com a população detida de sexo masculino” (cit. por Matos e Machado, 2007: 1046). A outra razão está relacionada com os papéis que as mulheres desempenham fora do contexto prisional (e. g., papel maternal), cuja interrupção pela circunstância da reclusão é altamente perturbadora para a mulher, desde logo pela elevada pressão social de que é alvo para se dedicar à família. Importa notar ainda que, “devido à escassez de estabelecimentos prisionais femininos, a reclusão da mulher implica com frequência o afastamento geográfico em relação à família, sendo este um dos problemas mais descritos no contexto da reclusão feminina (Pollock, 1998). (...) Ainda em relação ao cumprimento de penas, autoras feministas argumentam sobre a inadequação do recurso a medidas privativas de liberdade no caso das mulheres, quer porque estas usualmente não representam uma ameaça social, quer porque as suas trajetórias são com frequência marcadas por diversas formas de vitimação. Nesse sentido, reclamam a necessidade de sentenciar as mulheres a medidas alternativas, como, por exemplo, a integração em programas de apoio na comunidade (e. g., Almeda, 2003 e Carlen, 2002)” (cit. por Matos e Machado, 2007: 1047).

As críticas ao modo como se opera a reclusão de figuras femininas, levam-nos a concluir que a discriminação de que as mulheres são alvo no sistema de justiça se estende às diferentes instâncias que o constituem. Não podemos, no entanto, considerar que todas as diferenças constatadas no tratamento de homens e mulheres no âmbito do sistema de justiça se devem apenas às questões de ordem social de género. Como refere Carlen (2002), é “difícil separar as implicações das questões de género das que estão relacionadas com fatores como a etnia ou a classe social” (cit. por Matos e Machado, 2007: 1042). É por essa razão, que se deve considerar a chamada “interseccionalidade do género” com outras categorias de pertença da pessoa para a análise do crime.

1.5 Os estereótipos de género e a produção legislativa.

O termo estereótipo refere-se à representação de um objeto (coisas, pessoas, ideias) mais ou menos desligada da sua realidade objetiva e que é partilhada pelos membros de um grupo social, sendo essa representação detentora de alguma estabilidade. De acordo com o Dicionário de Sociologia (2002) «um estereótipo é a imagem que surge espontaneamente sempre que se fala de um objeto. Como diria Lippman (cit. Dicionário Sociologia, 2002: 141) os estereótipos referem-se à “zona-tampão” que se situa entre a realidade e a nossa perceção.

Os estereótipos sociais são generalizações acerca dos membros de certos grupos e que derivam predominantemente, ou são uma instância do processo cognitivo da categorização.

Os estereótipos servem, de uma forma geral, para fazer ilações acerca de grupos baseados na idade, nacionalidade, etnicidade, raça, género, classe social, profissão, estatura física, orientação sexual, entre outras. Segundo Saavedra e Nogueira (s/d: 13) o primeiro objetivo dos estereótipos é o de simplificar e organizar um meio social complexo, tornando-o menos ambíguo. Mas eles servem também para justificar a discriminação de grupos e gerar preconceitos.

De acordo com as mesmas autoras, os estereótipos, “para além do processo de organização e simplificação do mundo social, “constituem, acima de tudo, construções sobre as relações intergrupos, sendo ideologizações de comportamentos e ações de grupos de pessoas, estratificadas segundo critérios socialmente valorizados (Tajfel, 1981/83; Tajfel & Forgas, 1981), traduzindo, portanto, a representação subjetiva e socialmente partilhada de uma ordem de relações intergrupo” (Saavedra *et all*, s/d: 14).

Segundo Teixeira *et al* (2010: 296) os estereótipos de género “funcionam como esquemas cognitivos que controlam o tratamento da informação recebida e a sua organização, e a interpretação que dela se faz e os comportamentos a adotar. Podem ser divididos em dois tipos: os estereótipos de papéis de género (que dizem respeito às crenças relativas às atividades adequadas a homens ou a mulheres)e os estereótipos de traços de género (que remetem para as características psicológicas e físicas atribuídas distintamente a cada um dos géneros)”.

Se um estereótipo se define como o conjunto de *atributos* que se acredita que definiram os membros de um determinado grupo social (Ashmore, 1990; Oakes, Haslam & Turner, 1994 cit. Saavedra *et all*, s/d: 16), então os estereótipos do género

podem implicar quer os atributos que as pessoas acreditam serem mais características de um ou outro sexo, mas também podem envolver a associação a papéis diferenciados.

Concluindo, os estereótipos de género são um conjunto de crenças largamente partilhadas e organizadas acerca das características dos homens e das mulheres, pensamentos que podem não corresponder à realidade.

“Desde os tempos de Helen Thompson Wooley (1910) que se assiste à afirmação das diferenças sexuais para sustentar a inferioridade feminina, limitando a sua esfera de ação, restringindo a sua autonomia e liberdade de movimentos. Estas diferenças foram atribuídas a fatores de ordem biológica, assumidas como naturais e moralmente corretas. A imagem de uma mulher que difere do homem pela sua emocionalidade mais rica e variada, que condiciona o seu comportamento quotidiano, sendo igualmente tímida, dócil, vaidosa e sem espírito de aventura, torna-se uma espécie de protótipo de temperamento que vem assim a constituir-se como norma para um grupo. Os temperamentos, para além de se tornarem o centro de gravidade dos grupos, o que permite o entendimento da variação individual, estão organizados em função da oposição entre esfera privada e esfera pública, família-trabalho. Estruturam a organização da divisão entre a esfera produtiva e a doméstica” (Giddens, 1996: 20).

Considerando o ideal de feminilidade subjacente ao discurso social que predomina, as mulheres tendem a ser representadas e tratadas de forma dicotomizada, “o que se verifica genericamente nos discursos sociais (com reflexos, por exemplo, na opinião pública e nos *media*), e especificamente no âmbito da criação, interpretação e aplicação da lei. A dicotomização da figura feminina concretiza-se, nos discursos referidos, através de uma visão da mulher como *naturalmente* boa e da rápida passagem para uma representação da mulher como figura maquiavélica quando transgride as normas sociais e legais” (Matos, 2008: 16).

Este simbolismo estereotipado e estigmatizante de género, (que homens e mulheres, no entanto, reproduzem) apresenta a polaridade de valores culturais e históricos como se fossem diferenças naturais (biologicamente determinadas) e as pessoas do sexo feminino como membros de um género subordinado, na medida em que determinadas qualidades, bem como o acesso a certos papéis e esferas (da Política, da Economia e da Justiça, por exemplo) são percebidos como *naturalmente* ligados a um sexo biológico e não ao outro.

Nem sempre os estudos da criminologia tiveram em conta a conceptualização do desvio feminino com base em fatores sociológicos e consideraram as questões de

gênero. Inclusive nas perspectivas dos estudos sobre “controle e conformidade, do mesmo modo que facilmente a mulher é alvo de vitimização e se silencia, também se envolve em atividades desviantes para corresponder à vontade de uma figura masculina que exerce poder sobre ela” (Matos. 2008: 51).

Na arena dos saberes, talvez nenhum outro tenha sido tão prisioneiro do androcentrismo quanto a Criminologia, com seu universo, até então, inteiramente centrado no masculino: seja pelo objeto do saber (o crime e *os criminosos*); seja pelos sujeitos produtores do saber (*os criminólogos*). “O *Homem criminoso* (1871-1876) título da histórica obra do médico italiano César Lombroso, é emblemática a respeito, muito embora, não se olvide, o próprio Lombroso já procurara, à época, conceder respostas causais aos crimes (tidos como excepcionais) das fêmeas. As perguntas no entanto possibilitadas pela perspectiva de gênero vão hoje, na esteira da Criminologia da reação social e Crítica (que deslocou o objeto criminológico do crime e do criminoso para o sistema de justiça criminal e o processo de criminalização por ele exercido), muito além de Lombroso e seu tempo, culminando na chamada Criminologia feminista” (Andrade, s/d: 2).

A primeira pergunta refere-se, precisamente, à ausência secular da mulher, seja como objeto, seja como sujeito da Criminologia e do próprio Sistema de Justiça criminal. Refere-se aos silêncios do saber e do poder: o que sabemos da mulher no universo da chamada criminalidade (como autora e como vítima de crimes) e da criminalização? Por que as mulheres são muito menos criminalizadas do que os homens, como o evidencia a população prisional do mundo ocidental? Praticam elas menos crimes? De que crimes se tratam? Quando as mulheres passaram a desempenhar, com regularidade, funções no sistema de justiça? Como as exercem e que impacto tem sobre o sistema de justiça? Reprodutor ou transformador? Como o sistema de justiça criminal trata a mulher?...

Numa perspectiva de gênero, tal como têm argumentado diversas autoras feministas, o “maior conflito nas prisões femininas não deve ser associado a “características intrínsecas da mulher”, mas antes às exigências e intolerância dos próprios agentes de controle, influenciados pelos estereótipos herdados das abordagens positivistas à criminalidade feminina. Um exemplo será o da mulher ofensora ‘louca’ e não má, ou seja a tendência para a patologização do comportamento criminal da mulher. Outro estereótipo é o da mulher transgressora que é ‘pior do que o homem’, uma vez que transgredir igualmente os papéis de gênero. Se considerarmos, por exemplo, as

preocupações com os filhos, uma das principais fontes de ansiedade da mulher detida, os estudos mostram que os agentes de controlo não dão apoio às reclusas, mas antes punem mais estas mulheres por acharem que não cuidaram da família adequadamente. Isto desencadeia tensão e reação das reclusas, quase sempre interpretada como 'histeria' inerente à sua natureza feminina" (Matos, 2008: 175-176).

Empiricamente, são os homens que lotam as prisões, ao lado da presença de algumas mulheres, que sempre têm a seu favor a existência de um estado especial (puerperal, menstrual, hormonal, emocional) e à sua espera os manicômios, antes que as prisões. Estas, entre outras tantas, ilustram a "dimensão dos interrogantes e dos desafios teórico-práticos que a Criminologia e o sistema de justiça criminal estão terpelados a enfrentar num tempo de profundas transformações nas relações sexuais e de gênero, e no qual não mais se legitimam, nem *desigualdades inferiorizadoras*, nem *igualdades descaracterizadoras*" (Andrade, s/d: 3).

A mulher torna-se assim alvo de controlo mais rígido na prisão funcionando esta hiper-vigilância em si mesma como um impulsionador de violência. Como nos diz Matos (2008: 176), os estereótipos relativos à mulher transgressora, o controlo exercido sobre ela e os conflitos que emergem desse controlo constituem três vetores que se reforçam, funcionando como uma espécie de ciclo que se vai apertando.

Contudo, de acordo com Saavedra e Nogueira (s/d) o que se pode concluir da investigação é que os elementos do sexo feminino e masculino têm "mais semelhanças psicológicas do que diferenças, ou seja, muitos aspetos do comportamento social dos sexos é parecido e quando se encontram discrepâncias elas são geralmente pequenas e baseadas no comportamento médio do grupo. Nesta ordem de ideias, diversas autoras defendem que quando se encontram diferenças entre os sexos estas não passam de médias, o que significa que existe uma grande variabilidade dentro de cada sexo e que, em termos psicológicos, os conteúdos das categorias do género são mais parecidos do que diferentes" (Jacklin, 1981; Jacklin & Baker, 1993; Maccoby, 1980 cit. por Saavedra e colegas, s/d: 18).

Conclusão

Os papéis de gênero são definidos como aquelas expectativas partilhadas acerca das qualidades e comportamentos apropriados dos indivíduos, em função do seu gênero socialmente definido. Estes papéis de gênero induzem, quer direta quer indiretamente, as diferenças sexuais estereotipadas. Diretamente, porque tendem a ser confirmados comportamentalmente, já que as observações dos comportamentos das mulheres e homens afetam as crenças acerca dos comportamentos apropriados a cada gênero (papéis de gênero) e são esses papéis que (juntamente com outros fatores) são responsáveis pelas diferenças sexuais no comportamento. Indiretamente, porque essa distinta distribuição em função dos gêneros é uma parte importante das expectativas das pessoas acerca das características femininas e masculinas.

A distribuição de papéis em função dos contextos (privado/público) torna-se relevante para as diferenças sexuais, já que a experiência em tais papéis sugere as competências e as crenças relevantes para os comportamentos sociais.

“O que `fizemos´ do gênero e a forma como se definir homem e mulher tem influência no modo como as pessoas se percebem a si próprias e ao mundo (Hare-Mustin & Marecek, 1990a). Mas o significado do gênero tem também influência no comportamento, nas instituições sociais e sua organização, tais como o trabalho, a reprodução, os cuidados com as crianças, a família e a educação. (...) Um dos maiores problemas dos estereótipos é que eles permitem que se formem preconceitos (Bourhis, Gagnon & Moise, 1996)” (Saavedra *et all*, s/d: 20).

Estes preconceitos são atitudes problemáticas, na medida em que se traduzem em generalizações, frequentemente abusivas e desfavoráveis face a um ou mais elementos que pertencem a um determinado grupo, sem ter em conta a grande diversidade que existe dentro dessa mesma categoria.

No caso dos estereótipos de gênero, estes podem dar origem a preconceitos relativamente às mulheres (consideradas como um grupo homogêneo e com características estáveis), o que se traduz claramente no sexismo.

Como tentámos demonstrar ao longo deste capítulo, o fator prisão e o fator gênero, entre outros tantos, ilustram os desafios teórico-práticos que a Criminologia e o sistema de justiça criminal estão interpelados a enfrentar num tempo de profundas transformações nas relações sociais e de gênero, e no qual não mais se legitimam, nem *desigualdades inferiorizadoras*, nem *igualdades descaracterizadoras*.

Por todas as características da reclusão vivida e sentida pelas mulheres, presentes na reflexão deste capítulo, reafirma-se a necessidade de olhar para as experiências de transgressão e de reclusão femininas através de uma *lente de gênero*.

Pois, embora os constrangimentos do mercado de trabalho, dos contextos sócio econômicos das reclusas e das suas histórias de vida não possam ser suprimidos, o fato de estas reclusas terem a oportunidade de frequentarem ações de educação e formação bem estruturadas, adequadas a este público e no *timing* certo, podem promover a (re) inserção na vida social fora do estabelecimento prisional já que o carácter reflexivo que poderá levar á mudança da sua ação, está presente de forma muito intensa neste grupo de indivíduos.

De acordo com Machado (2008) os traços característicos das mulheres prisioneiras sugerem que experiências como a pobreza, a falta de proteção social, o abuso e a dependência de drogas levam algumas mulheres a *acreditar* que as suas opções são limitadas. E é a ida para a prisão e a permanência na instituição prisional que corresponde, ao maior desafio identificado na vida destas mulheres

Assim, embora consciente da evolução que a Prisão está a fazer neste sentido, de acordo com o que foi apresentado anteriormente, e relativamente às oportunidades de frequência de ações de educação e formação, por parte da sua população reclusa, é necessário perceber, e é essa a tentativa do próximo capítulo, quais as ofertas de educação e formação presentes nos estabelecimentos prisionais e quais as motivações que levam as pessoas detidas a frequentá-las. Será esse o objetivo principal do próximo capítulo.

CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE PESSOAS ADULTAS EM ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS EM PORTUGAL

"A educação é um processo social, é desenvolvimento.
Não é a preparação para a vida, é a própria vida."
John Dewey

Introdução

Num mundo cada vez mais exigente face às práticas educativas e à valorização curricular no mercado de trabalho, torna-se pertinente a reflexão acerca da necessidade crescente demonstrada pela população adulta em atualizar os seus conhecimentos e ver formalmente reconhecidas as competências adquiridas ao longo da sua vida. Contudo, existem indivíduos em situações particulares, nomeadamente em processo de reclusão, que podem ter mais dificuldade em se envolverem em atividades de educação e formação. No entanto, a formação (profissional), a educação e a ocupação laboral são considerados instrumentos fundamentais no plano de reinserção das pessoas reclusas, no sentido de desenvolverem competências sociais e profissionais e como forma de terapia ocupacional, como se disse no capítulo anterior.

É nesta base que o presente capítulo, assente na revisão crítica da literatura, tem como propósito refletir sobre a importância que a formação profissional e a educação têm nos estabelecimentos prisionais portugueses, se estas são ajustadas às necessidades dos reclusos e se as atividades desenvolvidas promovem, realmente, a sua (re)inserção social.

São ainda apresentadas neste capítulo as modalidades de educação e formação profissional presentes nos estabelecimentos prisionais, assim como dados de 2012 disponibilizados pela Direção Geral da Polícia Judiciária (DGPJ) relativos à oferta/frequência de ensino e formação profissional nos estabelecimentos prisionais.

Desta forma, pretende-se alcançar uma melhor compreensão da atualidade e funcionalidade do conceito educação e formação de adultos e das suas perspetivas teóricas, nomeadamente do paradigma crítico liberal (e neste, da aprendizagem transformativa), “onde a educação se identifica com a ação do sujeito individual e

coletivo, com o objetivo de se transformar e transformar o contexto social que o determinou” (Federighi e Melo, 1999 cit. por Quintas, 2008: 21).

É tendo por base este discurso de natureza crítica e emancipatória que o presente capítulo procura refletir sobre o papel que a educação e formação de adultos pode ter na (re) inserção social dos indivíduos em situação de reclusão, nomeadamente das mulheres presas, já que o estudo apresentado na segunda parte desta tese pretende destacar a visão que deste assunto têm mulheres que passaram por um período de reclusão, entrevistadas em discurso direto.

1 A Educação e Formação de Adultos e o Meio Prisional

1.1 Perspetivas Teóricas de Educação e Formação de Adultos

A educação é um fenómeno presente em quase todas as horas do quotidiano humano. Isoladas ou em grupo, de qualquer idade, as pessoas, às vezes mesmo sem se aperceberem, estão a aprender, a construir-se, a formar-se. As práticas de educação e de formação fazem parte de todas as culturas humanas desde a sua própria história. Todas as atividades humanas, para serem realizadas, necessitam de uma aprendizagem prévia que indica ao novo aprendiz o caminho. E, por sua vez, este aprendiz tornar-se-á num formador/professor que aliará os seus conhecimentos à sua personalidade e experiência e acrescentará mais alguma informação ao que lhe foi transmitido. Deste modo, as culturas humanas vão progredindo, através do enriquecimento individual e coletivo. Verifica-se que, embora a valorização da educação de pessoas adultas seja um fenómeno relativamente recente, é possível concluir que esta forma de educação sempre existiu. Com a Revolução das Luzes, começa a emergir a preocupação de fomentar e formalizar momentos de formação. Após a II Guerra Mundial, com a construção da paz e a necessidade de reconstrução da sociedade e de produção dos bens essenciais à vida, a educação de adultos teve um grande incremento, não só a nível do aumento de iniciativas mas à sua extensão a um maior número de públicos-alvo. Assiste-se, assim, a um processo de complexificação que adveio da sua diversidade e que se afirmou em três planos (Canário, 1999): no plano das práticas educativas (finalidades, modos e públicos); no plano institucional, a nível de instituições e entidades implicadas neste

processo; e no plano profissional, com a emergência de novas categorias profissionais como os educadores e os formadores de adultos.

Segundo Canário (1999) desde a década de 60 do séc. XX que o plano das práticas educativas foi estruturado em torno de quatro eixos fundamentais a Alfabetização, como educação compensatória, para dar uma segunda oportunidade aos adultos iletrados e proporcionar estudos básicos; a formação profissional contínua, (sob a qual se debruça a investigação), que permite aos adultos o aperfeiçoamento ou a reconversão profissionais e a certificação e que garante a adequação com o universo laboral, económico, social e cultural; o desenvolvimento local, que, “numa perspetiva holística e de participação social, procura o desenvolvimento das comunidades através dos seus próprios recursos e atores, em relação estreita com a comunidade, promovendo sectores sociais marginalizados” (Quintana, 1982, cit. por Canário 1999: 14) e, finalmente, a animação sociocultural, que ultrapassa a mera ocupação dos tempos livres, funcionando como instrumento de aprendizagem e formação. O último e mais recente ramo de desenvolvimento da educação de adultos a “nível europeu foi a importância crescente das empresas e dos esquemas de formação profissional e educação de adultos relacionados com o meio laboral” (Finger e Asún, 2003 cit. por Nascimento 2009: 10).

A educação de adultos, a nível europeu e de um modo geral, abarca duas ideias essenciais (Nascimento 2009: 12), que são derivadas do seu campo de ação, das suas práticas: *emancipação*, no sentido de dar às pessoas meios para construir um percurso, no sentido do *empowerment*, e *compensação*, no sentido de compensar alguma coisa que faltou, como a alfabetização e a oferta de estudos básicos aos não escolarizados.

Foi, no entanto, a partir dos anos 70 que surgiu como uma “contracultura perante uma ordem social opressora, quase como um movimento político-ideológico e definiu-se por oposição às formas tradicionais de educação. Todas as suas conceptualizações e abordagens aspiravam à humanização deste processo, através do envolvimento das pessoas na construção do seu percurso. Colocou-se em relevo a alquimia da passagem à ação, a qual se tornou o próprio princípio de qualquer formação oposta ao ensino e deu preferência a uma lógica de passagem à ação” (Malglaiive, 1995 cit. por Nascimento 2009: 13). Assim, na década de 70, foram lançadas as bases de um modo de ensinar diferente do que a escola levava a cabo, onde foi dada demasiada importância à prática e se rejeitou o ensino.

As pessoas adultas têm muitas características e competências desenvolvidas e qualquer saber ou aprendizagem nova terá de ser realizada e integrada num quadro de

conhecimentos já existente. Tem de haver um sentido para o adulto realizar efetivamente aprendizagens e produzir saberes dentro dos saberes que já existem. Assim, são necessárias pessoas com competências para ministrar formação a um público que é distinto das crianças, que é mais heterogéneo, pois tem uma história de vida mais complexa. Desenvolvem-se então vários métodos e técnicas que procuram cada vez mais a adequação e o sentido da formação para o adulto, não apenas como trabalhador mas como um ser com múltiplos aspetos e possibilidades de desenvolvimento. Atualmente, e de acordo com Cabrito (1995), a educação de adultos orienta - se por quatro princípios que lhe conferem um campo próprio e “garantem a apropriação e a determinação do processo formativo pelo formando que são o reconhecimento de que o adulto possui saberes e competências que devem ser integrados e utilizados; que é essencial que a motivação e o interesse venham do próprio adulto e que as aprendizagens para serem efetivas necessitam de ser integradas num quadro de referências previamente existente. Finalmente, que o investimento do adulto feito na aprendizagem terá uma recompensa, um sentido para o seu desenvolvimento pessoal ou profissional” (cit. por Nascimento, 2009: 15).

Contudo, não podemos esquecer a falta de educação básica dos adultos, sobretudo dos adultos mais desfavorecidos, dos grupos de risco e do grupo específico de indivíduos que vive num contexto de reclusão. Assim, e uma vez que a formação não é um fim em si mesma (Meignant, 1999 cit. por Nascimento 2009: 17), a conceção das suas modalidades deve ter em consideração esse facto e, por isso, ser elaborada de acordo com o perfil e as aspirações de quem vai ser o seu principal destinatário. O formando deve ter um papel ativo na construção do seu percurso formativo. A organização dos cursos de formação contínua já não tem como única fonte o conhecimento e como único objetivo o nível de competência a atingir, procura-se também o desenvolvimento centrado no formando, na satisfação das suas necessidades.

Neste sentido, a formação deve ser permeável às várias linguagens e características de cada contexto, de cada prática, pois, como refere autora Josso (2008, cit. por Nascimento 2009: 18), a formação é totalmente experiencial, isto é, a formação não acontece se não for vivida, experienciada, refletida. Segundo a autora, pode haver “informação, mas não há formação” e é necessário que o adulto esteja disponível para aprender, que assuma uma posição proactiva, uma vez que as aprendizagens não são todas iguais, há coisas que se aprendem mais depressa que outras e em tempos distintos.

1.1.1 A Aprendizagem transformativa e a sua aplicação na situação de reclusão feminina

Segundo Illeris (2000 cit. por Quintas 2008), o que distingue as diferentes abordagens em educação e formação de adultos é a sua integração em ideais de 'natureza idealista' ou de 'natureza crítica e emancipatória'.

As abordagens que se apoiam em ideais de natureza idealista partem da hipótese de que todos os seres humanos, devido à sua estrutura psicológica, estão determinados a auto-realizarem-se e a desenvolverem continuamente os seus potenciais. Dentro desta abordagem, a educação e formação de adultos é definida como um processo facilitador, que tende a fornecer um suporte à capacidade de auto-direcionamento e auto-desenvolvimento que os sujeitos possuem naturalmente. As abordagens de natureza crítica e emancipatória tendem a ter uma visão mais interdisciplinar. A educação identifica-se com a ação do sujeito individual e coletivo, ou seja o sujeito histórico, com o objetivo de se transformar e transformar o contexto social que o determinou.

Assim, o autor citado considera que atualmente são três as tendências dominantes que definem as práticas de educação e formação de adultos: a andragogia (Knowles), a reflexão crítica (Brookfield, Habermas), e a aprendizagem transformativa (Mezirow).

Como foi referido na introdução do presente capítulo, é com base num discurso de natureza crítica e emancipatória que iremos procurar refletir sobre o papel que a educação e formação de adultos pode ter na reinserção social de indivíduos em situação de reclusão, nomeadamente das mulheres.

De acordo com Merizow (1996, cit. por Quintas 2008: 22), “a aprendizagem é concebida como um processo de utilizar as interpretações anteriores com vista a construir uma interpretação nova ou uma interpretação alterada acerca do sentido da experiência atual, em ordem a guiar a ação futura”. Ao conceber a aprendizagem dentro desta linha, ou seja, ancorada em perspetivas já existentes, o indivíduo, no processo que o conduzirá à aprendizagem, deverá rever essas interpretações prévias, para que possa construir novas interpretações sobre o presente.

O conceito de aprendizagem transformativa resulta de várias influências das quais se destaca: o construtivismo, a corrente progressista, a teoria crítica de Habermas, a pedagogia crítica (Freire), a reflexão crítica (Brookfield) e o desenvolvimento intelectual e cognitivo (Baltes, Kitchener, Vandenplas-Holper).

O construtivismo assenta no pressuposto, que é fundamental para a aprendizagem transformativa, de acreditar que o sujeito é parte ativa no seu processo de desenvolvimento e que constrói significados acerca da realidade que o envolve. Assim, pelo facto de existir uma potencial capacidade do indivíduo moldar a perceção da realidade ao seu referencial enquanto pessoa, esta perspetiva destaca a competência do indivíduo na construção de significados, sendo este um paradigma que acentua a capacidade de autonomia do sujeito. Com efeito “a corrente progressista, que fez eco no campo educativo na primeira metade do séc. XX, está intimamente ligada ao conceito de progresso e de desenvolvimento e defende a capacidade de desenvolvimento ao longo da vida como consequência de uma ação educativa. Sublinha o papel decisivo da reflexão como instrumento de análise da experiência individual, sendo através dela que o sujeito analisa o sentido do contexto social que o envolve e concebe estratégias de transformação dos comportamentos, quer individuais, quer coletivos. Os ecos da sua influência na aprendizagem transformativa fazem-se sentir na valorização que esta abordagem atribui à reflexão sobre as experiências anteriores dos indivíduos e, sobretudo, à dimensão contextual e social de que se deve revestir essa reflexão” (Quintas, 2008: 25). Reforça-se assim o argumento construtivista que a nossa compreensão do mundo se constrói na interação com os outros, mas também o argumento feminista de que a socialização das mulheres ocorre no sentido da sua realização em termos relacionais e da perceção do seu valor através dos laços que estabelecem e do desempenho de papéis de prestação de cuidados, em particular maternos.

Outra das influências, porventura uma das mais significativas, provém da teoria crítica de Habermas. Manifesta-se na relevância que a aprendizagem transformativa atribui aos “interesses que estão subjacentes aos saberes, bem como às condições que considera ideais para que se concretize e produza o que designa por ‘discurso racional’, aspetos que se constituem como o cerne do pensamento de Habermas” (Quintas, 2008: 26).

Mezirow (2000, cit. por Quintas, 2008: 25) designa de “perspetivas de sentido” as ideias assumidas acriticamente pelo indivíduo e considera que estas são fruto de distorções de diferente natureza: distorções de natureza epistémica – que influenciam o modo de conhecer e a forma como o conhecimento é usado; distorções de natureza sócio-linguística – que se referem aos mecanismos pelos quais a sociedade e a linguagem limitam as perceções dos indivíduos; e distorções de natureza psicológica –

que foram assimiladas durante a infância, no processo de aculturação, e que, por não corresponderem à percepção que o indivíduo possui do que gostaria de ser enquanto adulto, produzem formas de estar e de agir inconsistentes.

Por esse motivo compreende-se o significado de, na perspectiva da aprendizagem transformativa, sermos “levados, através da reflexão, a desafiar as nossas perspectivas de significado distorcidas” (Mezirow cit. por Alcoforado, 2008: 100) quando a prisão assume a ideia simbólica de um ‘mundo novo’, diferente de um mundo anterior, onde a entrada no contexto prisional é a principal mudança ocorrida na trajetória de vida destas mulheres.

A pedagogia crítica de Paulo Freire⁸ constitui, outra das influências da aprendizagem transformativa. O objetivo da pedagogia crítica é o de levar as pessoas a profundamente darem conta da realidade sociocultural que molda as suas vidas, bem como da capacidade de transformar essa mesma realidade agindo nela.

O autor designa de “consciencialização” o processo de reconhecimento das estruturas de opressão e considera que o mesmo só fica concluído quando conduz à efetivação de uma ação coletiva que implica a mudança. Por exemplo, o fato dos reclusos poderem exercer o direito ao voto poderia criar um crescimento de interesse, por parte dos políticos, para com a organização geral das prisões já que as prisões não constituem, ainda, uma prioridade dos governos, tão pouco da opinião pública. Integrar os reclusos nos processos de votação (e de participação social) pode, eventualmente, “tirar as prisões” do isolamento e dessa falta de interesse por parte do poder público e da sociedade em geral.

A reflexão crítica constitui-se como uma importante influência da aprendizagem transformativa. Foca a necessidade do indivíduo se aperceber da realidade sociocultural que o envolve e operacionaliza a capacidade de estar disponível para analisar outras perspectivas. Outra das influências da aprendizagem transformativa provém das abordagens sobre o desenvolvimento intelectual e cognitivo. “De acordo com as linhas de investigação atuais, o desenvolvimento cognitivo não termina com o pensamento formal, existindo um pensamento pós-formal que resulta de um raciocínio dialético

⁸ O Método Paulo Freire consiste numa proposta para a alfabetização de adultos desenvolvida pelo educador Paulo Freire, O método nasceu em 1962 quando Freire era diretor do Departamento de Extensões Culturais da Universidade do Recife onde formou um grupo para testar o método na cidade de Angicos, RN onde alfabetizou 300 cortadores de cana em apenas 45 dias, isso porque o processo se deu em apenas 40 (quarenta) horas de aula e sem cartilha. Freire criticava o sistema tradicional, o qual utilizava a cartilha como ferramenta central da didática para o ensino da leitura e da escrita.

onde se conjugam o universal (regras gerais) e o particular (contextualização e aplicação dessas mesmas regras). A evolução da percepção acerca do conhecimento é caracterizada por uma passagem de uma visão unilateral e extrema do pensamento (uma resposta certa para todas as questões), para uma percepção da possibilidade da existência de múltiplas soluções” (Quintas, 2008: 26). É neste quadro de possibilidades que se inscreve a aprendizagem transformativa, que encara esta capacidade de diferenciação e de multiplicidade de respostas e a integra nos processos de ensino e aprendizagem para públicos adultos.

Nos processos educativos característicos da aprendizagem transformativa o que se pretende, como o próprio nome indica, é uma transformação – que se refere mais a uma transformação dos processos de análise da realidade do que de conteúdos e o fator operativo que conduz a essa transformação é a reflexão.

Mezirow (2000) considera que os indivíduos criam significados a partir de estruturas de compreensão do mundo que se encontram instaladas em si próprios e, neste sentido, o que julga importante mudar é o que designa por perspectivas de sentido e esquemas de sentido. As primeiras são os quadros de referência, os paradigmas, que moldam e condicionam a percepção que o indivíduo tem acerca de si próprio e da realidade. Os segundos são as manifestações concretas que organizam a ação da pessoa, reveladoras de uma determinada perspectiva de sentido. Há assim um conjunto de acontecimentos dilemáticos (experiências que levam o indivíduo a procurar respostas, a refletir sobre o problema ou o dilema que a experiência levantou), que apercebendo-se, da inadequação das suas perspectivas, o que conduzirá à transformação das mesmas.

É através do discurso racional – discurso prático na teoria de Habermas – que o indivíduo comunica com outros e confronta as suas perspectivas de sentido. Para que este discurso seja possível, é necessária uma série de condições, tais como: possuir a informação precisa e completa; ser capaz de analisar os argumentos de forma objetiva; estar disponível para perspectivas alternativas; ser capaz de refletir criticamente sobre as suas convicções e sobre as consequências das mesmas; ter igualdade de oportunidades em relação aos outros, para questionar, refutar, refletir, sendo também capaz de deixar que os outros façam o mesmo; e ser capaz de aceitar o consenso informado, objetivo e racional, como estratégia de validação de sentidos.

Da mesma maneira que, “atualmente, as iniciativas de Formação Profissional são consideradas tão essenciais para a qualificação dos recursos e para aumentar a empregabilidade, ‘na rua’, são-no da mesma maneira, em contexto prisional, embora a

condição de recluso, se sobreponha à de formando” (Nascimento, 2009: 30). É necessário não esquecer, no entanto, que, como refere Canário (1999), a formação não cria empregos. E se o desemprego se faz sentir na sociedade, ainda mais se faz sentir na população que esteve em contexto prisional. Se se coloca a tónica apenas na empregabilidade, corre-se o risco de a formação profissional se tornar numa desilusão porque não se transforma num emprego. Por isso, é urgente a redefinição das finalidades da formação profissional nomeadamente nos estabelecimentos prisionais.

A educação não-formal oferece um leque de possibilidades de formação, de sensibilização e de expressão para os reclusos, que devem ser analisadas com interesse.

“Embora vários países venham implementando a educação não-formal (por exemplo, Bélgica e Espanha), não se assiste ainda à criação de redes de troca. Mais ainda, constata-se uma falta de valorização desse tipo de educação, persistindo uma visão segundo a qual as atividades educativas não-formais são, essencialmente, ‘ocupacionais’. Esses programas constituem meios de expressão e são portadores de uma visão mais aberta, que é necessária à prisão e aos reclusos. Quando se sabe que a maioria dos reclusos teve dificuldades com o ensino formal, a educação não-formal aparece como uma possibilidade de aprender de outra forma” (Rangel, 2007: 88).

Citando Mezirow (1991 cit. por Quintas, 2008: 193), “a aprendizagem transformativa caracteriza-se pela alteração das perspetivas de sentido que enquadram e limitam a interpretação que a pessoa faz da realidade. Insere-se no tipo de saber emancipatório que aponta para o desenvolvimento contínuo da pessoa humana e caracteriza-se pela evolução progressiva para perspetivas de sentido mais desenvolvidas”.

As práticas educativas em contexto prisional, com o seu carácter emancipatório (no sentido de dar às pessoas meios para construir um percurso), e de compensação, (no sentido de compensar alguma coisa que faltou, como a alfabetização e a oferta de estudos básicos aos não escolarizados) podem constituir respostas variadas às lutas de grupos e classes sociais que aspiravam à emancipação na expectativa de uma vida melhor e de uma sociedade melhor, mais livre, justa e democrática.

Contudo um exemplo bem nítido de como a aprendizagem emancipatória pode não conduzir, necessariamente à transformação de perspetivas e esquemas de significado prende-se com o fato de algumas reclusas considerarem a reclusão como uma ‘paragem’ na sua trajetória de vida tendo interrompido uma série de percursos,

projetos e objetivos na sua vida (independentemente de estes serem socialmente considerados de certos ou errados).

.Por isto mesmo, a aprendizagem transformativa pode ocorrer (Mezirow, 1990 cit. por Alcoforado 2008: 101) “ou por alterações ao nível dos esquemas de significado, ou, ao nível das perspetivas de significado, em resposta a um dilema desorientador que nos é imposto do exterior, como, por exemplo, um processo de luto, mudanças no trabalho ou outros”.⁹

1.2 Modalidades de educação e formação profissional nos estabelecimentos prisionais

Sendo a prisão, um “espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar físico onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registados” (Foucault, 1977 cit. por Gomes, 2008: 9), a ideia que geralmente se tem das prisões não é, com certeza, das mais risonhas. Muitas vezes se diz que as prisões são universidades do crime, onde pequenos delinquentes se transformam em profissionais. Até há pouco menos de um século os reclusos não tinham direitos. De instrumento de castigo e punição a instrumento de reintegração social do indivíduo a todos os níveis, a prisão também teve de evoluir no sentido de proporcionar aos reclusos os seus direitos. Uma parte desses direitos contempla a possibilidade de escolha e frequência em iniciativas e ações de ensino/formação profissional e de acesso ao trabalho.

Está previsto na lei de 1979 (Decreto-Lei 265/79) que possa haver “um investimento e uma participação por parte dos reclusos na sua valorização pessoal e na forma produtiva de ocupação do seu tempo, como por exemplo, em atividades relacionadas com programas educacionais, que são instituídos no sentido de proporcionar aos indivíduos em reclusão a aquisição de competências individuais e sociais; no trabalho; em atividades desportivas ou lúdicas; em atividades culturais, etc.” (Gomes, 2008: 4).

Em Portugal, com a reforma prisional de 1979, “a nova conceção de ‘tratamento’ penitenciário pressupunha a elaboração, para cada recluso, de um Plano

⁹ Acrescentamos a estas ideias o facto de se ser condenado por um crime e permanecer em reclusão num Estabelecimento Prisional

Individual de Readaptação” (Santos, 2003: 15). Este plano de reinserção social deve conter os objetivos de ressocialização a atingir pelo condenado, as atividades que este deve desenvolver, o respetivo faseamento e as medidas de apoio e vigilância a adotar pelos serviços de reinserção social, iniciativas de trabalho, formação e aperfeiçoamento profissionais; escolaridade; participação em atividades formativas; ocupação de tempos livres; medidas especiais de assistência ou tratamento; medidas de flexibilização na execução; e medidas de preparação para a libertação etc..

No que respeita ao ensino, até 1979, este era assegurado por técnicos do Ministério da Justiça colocados nos estabelecimentos prisionais que acumulavam as funções docentes com outras tarefas na área da educação. A partir desta data, o ensino passa a ser assumido pelos Ministério da Justiça e pelo Ministério da Educação, nos termos definidos pelo Despacho Conjunto 451/99 de 1/6, que postula não ser aconselhável, quer pedagógica, quer funcionalmente, que a Direção Geral dos Serviços Prisionais tenha um quadro de professores próprio. De acordo com este Despacho, a oferta de ensino deve corresponder às necessidades da população reclusa e o projeto educativo deve ser estruturado de acordo com o funcionamento de cada estabelecimento prisional. É o Diretor do estabelecimento prisional que solicita a oferta educativa à Direção Regional de Educação da área que é organizada pela escola pública mais próxima e existe um interlocutor entre o estabelecimento prisional e o grupo de docentes designados para lecionar no estabelecimento prisional. Este projeto educativo contempla ainda a implementação de várias atividades extracurriculares e que sejam ministrados cursos de educação extra-escolar, como Português para estrangeiros, Educação para a Cidadania, Artes Visuais, Música e Desporto.

Estas turmas são constituídas, no mínimo, por 10 alunos, o ano letivo é independente do ano escolar e o ingresso do aluno é baseado na sua habilitação escolar ou numa avaliação diagnóstico.

Nas equipas pedagógicas designadas deverá ser privilegiada a estabilidade e em relação à seleção dos docentes, é prioritário que tenham experiência de docência nos estabelecimentos prisionais, em primeiro lugar, e em educação de adultos, em segundo.

No que respeita às competências da Direção Geral dos Serviços Prisionais, incluem-se nelas, entre outros, o incentivo da oferta de ensino nos estabelecimentos prisionais para que possam contribuir para o aumento das habilitações e qualificações dos reclusos.

Ainda de acordo com este Despacho Conjunto 451/99 e no âmbito extra-escolar, devem ser lecionados cursos de língua e cultura portuguesas, principalmente quando o estabelecimento prisional integre reclusos de outras nacionalidades e etnias, de modo a promover a aquisição de competências básicas de comunicação, no sentido de uma melhor inserção, deve ser promovida também a integração de componentes de formação profissional neste ensino, sempre que a habilitação do pessoal e as condições físicas o permitam.

De acordo com um estudo de Santos e colegas (2003 cit. por Nascimento 2008: 36) o acesso à escola parece ser relativamente simples, de um modo geral, em todos os estabelecimentos prisionais e existe uma razoável adesão por parte dos reclusos, embora com uma taxa de sucesso ainda reduzida. Uma das grandes motivações apresentadas neste estudo, para a prossecução de estudos, é a possibilidade de obtenção da carta de condução. Salienta-se que, apesar de esta ser uma valência e uma estrutura comum aos vários estabelecimentos prisionais, a dinâmica e o investimento nesta área podem variar significativamente, nomeadamente no que se refere à criação de estímulos e incentivos à frequência escolar, como a atribuição de pequenas bolsas, no caso de o recluso não estar também a trabalhar, ou a atribuição de prémios escolares. Apesar disso, é difícil motivar a maioria da população reclusa, uma vez que são pessoas que tiveram más experiências com a escola e, além disso, o facto de neste contexto a educação ministrada ser semelhante ao modelo escolar, faz com que se continuem a reproduzir insucessos. Um outro fator que não ajuda tem a ver com o número de técnicos existentes, que não são suficientes para garantir o acompanhamento necessário e desejado e ainda o facto de a educação, em contexto prisional, não ser ainda tão valorizada como é o trabalho.

No entanto, estudos demonstram – como é o caso da investigação de Ana Nascimento (2008) - que a formação profissional é uma atividade que, geralmente, é bem aceite pelos reclusos, regista níveis elevados de adesão e é considerada mais motivadora de que a escola porque, por um lado, oferece uma remuneração e, por outro, decorre num espaço de tempo relativamente curto, o que para esta população 'imediatista', que necessita de ver resultados concretos a curto ou a médio prazo, parece ser mais propiciadora de sucesso.

No que respeita às modalidades de formação dentro do contexto prisional, é possível encontrar as seguintes:

- a) *Formação Profissional Especial* – definida no Despacho Normativo n.º 140/93 de 6/6, destina-se à qualificação e integração sócio-profissional das

peças que se encontram em situações particularmente difíceis ou pertençam a grupos sociais mais desfavorecidos, vulneráveis ou marginalizados (art.º. 1º – 2), deficientes, minorias étnicas, imigrantes, reclusos, ex-reclusos, problemas comportamentais, dificuldades de aprendizagem, situações graves – art. 4º) cujas características específicas criam dificuldades acrescidas quanto à participação e inserção na vida ativa, que se procuram atenuar. Tem por isso características próprias que consistem na adaptação e adequação das diversas fases da formação ao público em questão, sendo a tónica na qualificação, reintegração e participação sociais, económicas e profissionais (art. 1º - 3), leva em consideração as características específicas do grupo e do contexto envolvente e tenta articular estas dinâmicas com outras vias de integração económica e social, com acompanhamento dos formandos (art. 2º) ao longo das várias fases do processo formativo que é assegurado pelas entidades promotoras, pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e pelo Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu (art. 6º-5). Estas características não implicam a existência de espaços de formação diferenciados, apenas a de ações de formação que conjugam a adaptação formando/formador, a própria formação e a inserção profissional (art. 3º -1) e que adaptam conteúdos programáticos, níveis de formação, métodos pedagógicos, ritmos e duração temporal dos cursos e a articulação com iniciativas de ação social (art. 3º-2). Podem ser promotoras ou formadoras deste tipo de formação profissional as Instituições Particulares de Solidariedade Social, associações, cooperativas, organizações que se ocupam de grupos sociais desfavorecidos, grupos de ação social, autarquias (art. 5º-5) e podem funcionar como entidades promotoras/formadoras o IEFP, os serviços dos Centros regionais de Segurança Social (art. 5º-6).

b) *Qualificação Inicial* – visa a preparação de jovens e adultos, à procura do primeiro emprego, com a escolaridade obrigatória, para o desempenho de profissões qualificadas, favorecendo a integração na vida ativa. (Decreto-Lei n.º 401/91 e 405/91, de 16 de outubro)

c) *Reciclagem, Atualização e Aperfeiçoamento* – destinada a ativos empregados ou em risco de desemprego que procuram, através da atualização ou do aprofundamento das competências, melhorar o desempenho profissional e

adaptar-se às mudanças tecnológicas e económicas (Decreto-Lei n.º 401/91 e 405/91, de 16 de outubro)

d) *Qualificação e Reconversão Profissional* – tipo de formação que prepara ativos empregados ou em risco de desemprego e desempregados, semi-qualificados ou sem qualificação adequada para a inserção no mercado de trabalho, quer tenham ou não completo da escolaridade obrigatória (Decreto-Lei n.º 401/91 e 405/91, de 16 de outubro)

e) *Educação e Formação de Adultos* – destinam-se a cidadãos maiores de idade, que abandonaram prematuramente o sistema de ensino, não qualificados ou sem qualificação adequada e que não tenham concluído a escolaridade básica de 4, 6 ou 9 anos, permitindo a obtenção do 1º, 2º ou 3º ciclos do Ensino Básico, associado a uma qualificação profissional de níveis I ou II, numa ótica de dupla certificação escolar e profissional. (Despacho conjunto n.º 1083/2000, de 20 de novembro)

Para além destas modalidades de formação, existem nos estabelecimentos prisionais ações de educação/formação que no fundo, são mais ações de sensibilização e Workshops de variados temáticas nomeadamente, Doenças Sexualmente Transmissíveis, Cuidados de Higiene etc.

Apesar, de acordo com Filomena Teixeira (2010: 326), o conhecimento e apreciação do corpo, contribuindo para o seu desenvolvimento através de hábitos que valorizem as repercussões de determinados comportamentos sobre a saúde e a qualidade de vida, serem finalidades da educação para a saúde na escolaridade básica, o facto é que neste grupo específico da população é sentida a mesma necessidade.

O facto de existir uma oferta de educação e formação diversificada e adequada aos diferentes níveis escolares e profissionais da população em geral e da população prisional em particular, é de salutar importância. Contudo, seria irrealista considerar-se que a existência destas ofertas só por si sejam suficientes para o sucesso de quem as frequenta. Assim, importa refletir sobre as motivações e os constrangimentos (físicos, económicos, sociais, pessoais e institucionais) inerentes a estas ofertas de educação e formação, que poderão ser o catalisador do sucesso ou insucesso das mesmas.

2 Motivações, oportunidades e reabilitação social em contexto Prisional

Toda esta oferta de educação e formação nos Estabelecimentos Prisionais como o tratamento que se oferece aos reclusos tem como principal intuito minorar os efeitos nocivos da privação da liberdade, principalmente no que diz respeito à sua reintegração na sociedade¹⁰. Porém, nem sempre é fácil fazer com que estes objetivos deixem de pertencer à teoria e passem a fazer parte do quotidiano destes indivíduos.

Contudo, se é certo que com a privação da liberdade, os reclusos não perdem o direito de aprender e tem havido alguma articulação entre o Ministério da Educação e da Justiça com o intuito de os reclusos poderem ter acesso ao ensino, é notório que “a resposta educativa e formativa das prisões é ainda insuficiente.

Segundo o Relatório de Atividades de 2010 da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, nesse ano e respondendo às necessidades educativas da população prisional, o número total de reclusos a frequentar o ensino situa-se próximo dos 3700 indivíduos, correspondendo a 28% da população prisional. Em 2012 esse número ronda os 2400 indivíduos abrangidos, correspondendo assim a apenas 4,6% da população¹¹.

Verifica-se assim, que o ensino apenas abrange menos de um quarto desta população e desta, o aproveitamento situa-se entre os 40% e os 45%, e os melhores resultados aparecem nos cursos EFA B3 e de nível secundário.

Já em 1989, o Comité de Ministros do Conselho da Europa, reconhecendo que a fraca escolaridade dos reclusos dificultava a sua reinserção social, recomendou aos Estados Membros que implementassem políticas que proporcionassem a todos os reclusos o acesso a um tipo de ensino semelhante ao ministrado no exterior, reconhecendo que a educação na prisão deve ter como objetivo o desenvolvimento integral do indivíduo, tendo em conta os seus contextos (Santos 2003). É recomendado ainda que os programas de formação sejam feitos de acordo com as necessidades da população prisional, que sejam adequados ao mercado de trabalho da área e que englobem a formação de competências sociais que permitam aos reclusos lidar melhor com o seu quotidiano e permita preparar o seu regresso à sociedade e a formação de

¹⁰ O trabalho assume um significado central na vidas dos sujeitos, e o próprio desenvolvimento humano pode ser compreendido através do conjunto das transições em torno do trabalho efetuadas ao longo do ciclo de vida.

¹¹ Ver Anexo I Tabela 5 - Reclusos existente em 31 de Dezembro de 2012 segundo a situação penal, em formação e em actividade

competências individuais, de acordo com as tendências do mercado de trabalho. Sempre que possível, os reclusos devem assistir a aulas fora da prisão e que a comunidade esteja o mais envolvida possível.

Contudo, a realidade é que “muitas vezes não existe coordenação entre os programas de ensino e formação em meio prisional com iguais oportunidades existentes em meio exterior” (Gomes, 2008: 13).

Como referi anteriormente, alguns estudos referem que a frequência em ações de formação durante a reclusão contribui para aumentar a motivação e auto-estima dos reclusos, melhora as possibilidades de encontrar um emprego¹² e tem um efeito inibidor na reincidência destes. No entanto, as ações de ensino e formação profissional levadas a cabo neste contexto ainda são consideradas, tanto pelas administrações prisionais como pelos reclusos, apenas como forma de passar e ocupar o tempo (King e McDermott, 1995 cit. por Nascimento, 2009)

É comum verificar-se que os próprios reclusos não se inscrevem nas iniciativas de formação com uma visão de emprego futuro ou para desenvolver competências, mas como uma maneira de ocupar o tempo e de contribuir para a liberdade condicional. No entanto, King e McDermott, (1995 cit. por Nascimento, 2009) salientam o facto de que, no que respeita às ações de ensino, estas apresentam uma maior frequência de reclusos do que as de formação profissional, mesmo tendo em conta que os reclusos que trabalham nas oficinas têm uma compensação monetária que não tem os que frequentam ações de ensino, embora experimentassem condições de cumprimento de pena menos severas.

Atualmente, “o objetivo fundamental do ensino e da formação em meio prisional é entendido no sentido de proporcionar ao recluso meios credíveis para que, após a reclusão, possa ser economicamente independente e viver a sua vida sem ter que recorrer a atos criminosos para sobreviver” (Santos, 2003:106). A participação, o empenho e o consentimento do recluso são essenciais neste processo para alcançar resultados, contribuindo também para desenvolver o seu sentido de responsabilidade. O “consentimento do recluso é fundamental uma vez que a eficácia dos programas de

¹² De acordo com Blusteins (2006 cit. por Paixão, 2011: 53), o trabalho envolve o sujeito numa relação com o mundo, representando a interface mais consistente com os contextos sociais, económicos e políticos. O trabalho enquanto construção psicossocial, permite satisfazer algumas necessidades, organizadoras do nosso sentido de identidade: - Necessidades de sobrevivência e de poder; - necessidades de estabelecimento e envolvimento num conjunto amplo de redes sociais; - Necessidade de autodeterminação. Em suma, o trabalho está indissociavelmente ligado á construção e reconstrução da identidade pessoal.

formação depende do seu empenho, não tendo o Estado legitimidade para impor códigos morais, tendo sempre de respeitar a liberdade individual dos reclusos” (Rodrigues, 1999, cit. por Santos, 2003)

De acordo com o Estudo da *Social Exclusion Unit* (SEU, 2002, *Reducing re-offending by ex-prisoners*), deveria dar-se mais atenção ao ensino de competências sociais básicas por se adequar melhor ao perfil médio da população prisional. O estudo deteta alguns problemas como, o facto de a elaboração de currículos não ter em conta as características, da população prisional, o tempo de permanência do recluso e os espaços necessários; o facto de os reclusos não se sentirem motivados a participar, uma vez que muitos apresentam experiências escolares negativas, considerando que já passaram a idade de aprender; e o facto de as prisões, muitas vezes, avaliarem as qualificações e as necessidades de formação de forma imprecisa e divergente, sujeitando o recluso a nova avaliação sempre que muda de estabelecimento prisional. Para além disto, muitas vezes com o prolongar do tempo da pena, a formação que frequentaram já está desajustada das necessidades do mercado de trabalho, além de que não existe coordenação entre os programas de ensino e formação com a oferta da comunidade exterior, nem programas de apoio a ex-reclusos para continuarem os seus estudos, o que torna inviável os esforços do recluso e do sistema prisional.

O referido estudo conclui, neste sentido, que as áreas de formação profissional não têm sofrido grandes alterações ao longo dos anos e por isso estão desadaptadas tanto às exigências do mercado de trabalho como ao próprio perfil do recluso. Esta situação é variável nos estabelecimentos prisionais, existindo alguns que apresentam maior diversidade de oferta. A disponibilização da oferta está condicionada quer ao espaço existente para este efeito, quer também à dinâmica dos corpos diretivos da Instituição. A duração da pena do recluso é importante no sentido em que se ele fizer determinado curso, onde desenvolve determinadas competências, e depois não as pode aplicar porque vai permanecer preso e dentro do estabelecimento prisional não existe local onde as possa exercer, estas competências acabam por se perder e o investimento da formação profissional não tira retorno, tanto a nível de competências, como a nível de reinserção.

Outra situação a ter em conta quando se avalia o papel do ensino e da formação profissional nos estabelecimentos prisionais tem a ver com o financiamento dos cursos, que são muitas vezes financiados por fundos comunitários. Se existir interrupção deste financiamento, esta pode causar uma diminuição de formação profissional nos

estabelecimentos prisionais, situação que pode originar um aumento da tensão interna resultante da falta de ocupação dos reclusos e na prossecução da reinserção social.

Uma outra questão prende-se com a seleção dos reclusos que vão frequentar os cursos, uma vez que estes procedimentos não são uniformes em todos os estabelecimentos prisionais e dentro de um estabelecimento prisional, podem ser diferentes consoante a entidade que o administra. Outra situação frequente, de acordo com (Nascimento, 2009) é o facto de a frequência na formação profissional exigir determinados graus de escolaridade que muitos não possuem e a Formação Profissional pode constituir, nestes casos, um estigma e uma exclusão (é o caso dos indivíduos de etnia cigana, uma vez que a maioria não tem o ensino básico completo ou tem mesmo necessidades de alfabetização, assim como os reclusos estrangeiros com dificuldades na língua portuguesa). Esta situação pode ser atenuada com a existência de cursos de alfabetização ou cursos EFA B1.

Outras apostas podem ser os cursos de dupla certificação e a existência de técnicos de Reconhecimento e Validação de Competências que realizem diagnósticos de competência e ajudem na realização do processo de Reconhecimento Validação e Certificação de Competências. No estudo de Santos (2003), uma das sugestões apontadas vai no sentido de se fazerem ateliers ocupacionais em vez de formação profissional e, no caso de realização efetiva de formação profissional, ser feita uma análise de necessidades dos reclusos, uma avaliação das condições onde a Formação Profissional se pode desenvolver e uma avaliação das condições do recluso antes e no final da Formação Profissional, se vai poder pôr em prática as competências que aprendeu e se podem ser uma mais-valia aquando da libertação. Uma outra questão é o subsídio atribuído, criticado porque atrai o recluso sem ser pela oferta de formação mas apenas pelo incentivo financeiro, o que põe em causa também a Formação Profissional para formar competências e para a reinserção social.

Conclusão

É inegável a importância dos contextos de interação social na construção discursiva de percursos de vida. É através da 'lente da reclusão' que as experiências passadas, presentes e futuras, das mulheres reclusas, particularmente as relações que estabelecem com os outros, são resignificadas.

De acordo com a revisão da literatura, está presente na reflexão destas mulheres, o que a aprendizagem transformativa designa de 'desafio das perspectivas de significado distorcidas' uma vez que estas atribuem significados positivos ao contexto prisional, por exemplo, através da descrição de relações favoráveis com outras reclusas ou da construção da reclusão como uma viragem positiva, essencialmente, por interromper consumos ou relações de vitimação. Existe assim, uma aprendizagem emancipatória apesar de se acreditar que este discurso da reclusão como transição 'para melhor', não seja pacífico. Não deixando de ser interessante (talvez aqui resida a essência e a pertinência da 'aprendizagem transformativa') como é que a reclusão possa não ser exclusivamente negativa, já que é socialmente construída como o contexto de máxima punição.

A educação e a formação de adultos, mas na forma contrária à 'educação bancária', uma abordagem mais do tipo freiriano, são urgentes para os estabelecimentos prisionais, independentemente das motivações que levam as pessoas a frequentá-los. Pode criticar-se e critica-se a utilização da formação profissional como terapia ocupacional, como fonte de rendimento ou apenas com objetivos da certificação, em vez de instrumento para o desenvolvimento pessoal.

Mas, o facto é que muita desta população (para não dizer a maioria) necessita de incentivos. Não se pode apelar ao desenvolvimento pessoal quando às pessoas falta a estrutura básica para iniciar esse desenvolvimento. Apesar das motivações, o facto é que as pessoas aprendem e se qualificam e que não partiria da sua iniciativa pessoal o desejo ou a necessidade de frequência numa qualquer oferta formativa porque, simplesmente, não se veriam a si próprias a frequentar esses cursos, que os mesmos não enquadram na sua história pessoal, muitas vezes com experiências negativas associadas à escola. Neste sentido, a modalidade EFA e RVCC é uma boa aposta como se disse ao longo deste capítulo. Além disso, depois de as pessoas ingressarem na formação, surpreendem-se, realizam-se, ultrapassam os seus limites, gostam, crescem e desenvolvem competências que lhes são fundamentais à reinserção na vida ativa após saírem dos estabelecimentos Prisionais.

Em nosso entender, é muito exigir desta população motivações 'puras' de formação pessoal. É certo que tem de se ter um caminho de futuro e que a prisão pode ser o início desse caminho. "Para exigir essa "pureza" as condições teriam de ser outras, tanto a nível de execução das medidas privativas de liberdade, como a nível da arquitetura dos próprios estabelecimentos prisionais, onde muitas vezes é difícil haver

espaços para a realização deste tipo de atividades, que não acompanharam a filosofia do sistema prisional, a substituição da punição pela reabilitação” (Nascimento. 2009: 25).

É com base em todo este quadro teórico que partimos para o estudo empírico. Os próximos dois capítulos fazem parte do “Enquadramento Metodológico” O primeiro destina-se à explicação da conceção, do planeamento e da caracterização metodológica da investigação. O segundo pretende a apresentação, análise e discussão dos resultados da investigação.

ESTUDO EMPÍRICO

CAPÍTULO I - CONCEPÇÃO, PLANEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA DA INVESTIGAÇÃO

“Toda arte e toda investigação, assim como toda ação
e toda escolha tem em mente um bem qualquer.”
Aristóteles

Introdução

O campo da educação e formação de adultos ganhou em Portugal, na última década, um dinamismo muito forte. Fruto de políticas¹³ diretamente direcionadas para tal, as ações de educação/formação de adultos, procuraram chegar a todos, inclusive às franjas da população portuguesa. Assim, o nosso estudo, pretende contribuir para a compreensão de uma realidade tão pouco explorada como é, por um lado, a reclusão feminina e, por outro, a importância da educação e formação de adultos nos estabelecimentos prisionais. Conhecer a perspectiva de quem frequenta essas ações de educação e formação, nomeadamente sobre o contributo das mesmas para a sua (re)integração social pareceu-nos um tema interessante e que se insere na área de especialidade do nosso Mestrado.

De facto, “nunca, como hoje, a Educação e a Formação para pessoas adultas foi tão necessária, porque, nunca como hoje, foi tão obrigatório provocar mudanças essenciais. Por isso mesmo é preciso repensá-la, na especificidade das experiências que pode proporcionar e na coerência do seu corpus teórico, como veículo mediador de verdadeiras transformações individuais e sociais” (Alcoforado, 2011: 11).

Para que o estudo empírico descrito nesta segunda parte fosse possível, foi necessário estudarmos e adquirirmos conhecimentos sobre metodologia de investigação. Assim, neste capítulo, apresentamos o estudo empírico enunciando alguns dos seus

¹³ Os baixos níveis de qualificação escolar e profissional da população ativa portuguesa impulsionaram a concretização e o reforço de uma rede nacional de iniciativas destinadas a assegurar a todos os cidadãos, maiores de 18 anos, a possibilidade de se candidatarem a uma qualificação escolar, de nível básico ou secundário, e profissional. Sob os princípios e objetivos da Agência Nacional para a Qualificação (Decreto-Lei n.º 276-C/2007) foram assim, convertidos em Centros Novas Oportunidades os Centros de RVCC (Portaria n.º 1082-A/2001), intensificados os cursos de Educação e Formação de Adultos em diversas instituições de formação, criados cursos de especialização tecnológica, promovidas iniciativas de acesso ensino superior aos “Maiores de 23” anos etc.

pressupostos metodológicos, fazemos a sua contextualização e a indicação dos objetivos que orientaram a pesquisa.

Seguidamente, procedemos à descrição das participantes, e dos instrumentos de recolha de dados, sendo que neste estudo a nossa opção recaiu na entrevista semiestruturada. Por fim, exporemos os procedimentos desenvolvidos para a recolha de dados no terreno, fazendo referência aos cuidados éticos.

1. Metodologia

1.1 Contextualização e Objetivos do Estudo

A nossa prática profissional na área da educação e formação de adultos nomeadamente como formadora em cursos Educação e Formação de Adultos (EFA) e processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) com mulheres e homens, jovens e adultos, em situação de reclusão, assim como a revisão crítica da literatura fomentaram o nosso interesse em compreender melhor qual o papel/impacto que essas mesmas políticas e práticas de educação e formação de adultos desempenham na vida destas pessoas, durante e após a situação de reclusão.

Talvez por uma questão de preocupação nossa também com as questões de género e em virtude de escassa expressão de estudos em Portugal sobre as mulheres que transgridem as normas sociais e legais, este trabalho incide sobre as opiniões que mulheres reclusas têm da importância da educação/formação que recebem durante o período de reclusão, para a sua reintegração social posterior e pretende ainda conhecer algumas das suas perceções sobre a experiência da reclusão.

Assim, enquanto “investigadores de cariz qualitativo (...) acreditando que o comportamento humano é mediado pelas circunstâncias em que ocorre, estando mais preocupados com a *compreensão* dos fenómenos na perspetiva dos participante” (Vieira, 1995: 65), delineámos os seguintes objetivos para o trabalho de campo desenvolvido:

- Conhecer a perceção das participantes sobre a adequação das modalidades de educação/formação existentes nos estabelecimentos prisionais, em termos de recursos materiais, conteúdos, da relação com os formadores etc.;

- Perceber qual o impacto dos cursos EFA na vida futura destas mulheres;
- Saber qual a percepção das ex-reclusas sobre a importância da existência de formação nos estabelecimentos prisionais;
- Perceber se houve algum contributo da educação/formação recebida no estabelecimento prisional (EP) para a reinserção socioprofissional das ex-reclusas na vida ativa;
- Identificar aspetos positivos e negativos das vivências das mulheres participantes neste estudo durante o período de reclusão;
- Compreender, através do discurso direto das mulheres participantes neste estudo, que tipo de mudanças se operaram nas suas vidas, na sequência da experiência da reclusão.

Para o alcance destes objetivos foram ouvidas neste estudo, em discurso direto quatro mulheres ex-reclusas que se voluntariaram para participar após o nosso contacto e explicação do propósito do mesmo. Elas são, de facto, as detentoras de informações privilegiadas, uma vez que são mulheres que já passaram pela experiência da reclusão, onde tiveram oportunidade de frequentar ações de educação e formação de adultos.

Uma vez que “na investigação qualitativa os sujeitos em estudo desempenham um papel ativo na medida em que, constroem subjetivamente a sua realidade” (Vieira, 1995: 47), para a realização desta investigação foi escolhida essa abordagem - metodologia qualitativa - através do estudo de caso. Este tipo de plano qualitativo de investigação constitui “um dos referenciais metodológicos com maiores potencialidades para o estudo da diversidade de problemáticas que se colocam ao cientista social. Trata-se de uma metodologia de investigação que não é fácil levar a cabo. (...) A característica que melhor identifica e distingue esta abordagem metodológica é o facto de se tratar de um plano de investigação que envolve o estudo intensivo e detalhado de uma entidade bem definida: caso” (Coutinho, 2011: 293).

No estudo de caso, tal como a expressão indica, examina-se o caso em detalhe, em profundidade, reconhecendo-se a sua complexidade. “A finalidade da pesquisa essa é sempre holística ou seja, visa preservar e compreender o caso no seu todo e na sua unicidade. (...) o estudo de caso é uma investigação empírica, que se

baseia no raciocínio indutivo, que depende fortemente do trabalho de campo, que não é experimental, que se baseia em fontes de dados múltiplos e variadas” (idem: 294).

Para Yin (1994, cit. por Coutinho, 2011: 295) o estudo de caso pode ser conduzido para um dos três propósitos básicos: explorar, descrever ou ainda explicar.

De acordo com Amado (2009) e Coutinho (2011), atendendo aos métodos e procedimentos que se adotam em cada estudo de caso específico assim é a sua tipologia. Existe uma grande diversidade de ‘casos’ e de ‘objetivos’ e por esse facto existe também uma grande variedade de tipos de estudo de caso. .

De acordo com os nossos objectivos de estudo, consideramos que o nosso trabalho se caracteriza como um estudo de caso múltiplo, uma vez que a diferença entre “estudo de um caso e o ‘estudo de casos múltiplos’ não está só no número de casos a estudar mas, também, na existência de uma coordenação do estudo desses diferentes casos. (...) Quando se trata de um estudo de casos múltiplos, deve procurar-se que eles possuam “um mínimo de representatividade; ao escolhê-los podemos basear-nos em algumas características contrastáveis. Esta representatividade mínima pode ajudar a alcançar alguns objetivos diferentes, como o de construir generalizações moderadas (transferência de conclusões) e na medida em que elas sejam possíveis e pertinentes) ou, pelo contrário, o objetivo de encontrar e interpretar as diferenças” (Amado, 2009: 127-134).

Para Bravo (1992, cit. por Coutinho, 2011) a seleção da amostra num estudo de caso adquire um sentido muito particular, sendo a sua “essência metodológica” (p.297). De facto, ao escolher o *caso* o investigador estabelece o referencial lógico que orientará todo o processo de recolha de dados.

É importante termos sempre presente que o “estudo de caso não é uma investigação baseada em amostragem. Não se estuda um caso para compreender outros casos mas para compreender o caso” (Stake, 1995 cit. por Coutinho, 2011: 298).

1.2 Participantes

Atendendo às características do 'estudo de caso' anteriormente apontadas, e explicadas, e tendo em conta os objetivos do nosso estudo e a leitura de obras de referência respeitantes à investigação em educação de adultos, considerámos que a natureza deste trabalho deveria ser qualitativa, através do estudo de caso utilizando a técnica da entrevista semiestruturada que no próximo ponto deste capítulo será apresentada.

No entanto, antecede à técnica de recolha de dados a constituição da amostra. Esta, por se tratar de um estudo de caso, "é sempre intencional baseando-se em critérios pragmáticos e teóricos em vez de critérios probabilísticos" (Coutinho, 2011: 298). Ou seja, "a seleção dos participantes nos estudos qualitativos não tem como objetivo primordial garantir a sua representatividade, para possibilitar, posteriormente a generalização das conclusões. Por este facto, em vez de utilizar prioritariamente técnicas de amostragem aleatória, para selecionar amostras algumas vezes de grande dimensão, o investigador qualitativo estuda frequentemente *amostras intencionais*, habitualmente de menor tamanho" (Vieira, 1995: 88).

Assim, neste trabalho, a nossa amostra é intencional sendo uma "amostra composta de elementos selecionados deliberadamente (intencionalmente) pelo investigador, geralmente porque este considera que possuem características que são típicas ou representativas da população (...) a amostra intencional existe igualmente quando a escolha dos indivíduos é feita, não tanto pela representatividade, mas porque eles podem prestar a colaboração de que se necessita" (Vicente *et al*, 2001: 73).

Uma outra forma de amostra intencional é a amostra *snowball* ("bola de neve"), utilizada para selecionar amostras da população específicas como é o caso da população alvo deste estudo.

Atendendo aos propósitos deste estudo definimos como público-alvo mulheres que reunissem simultaneamente três características:

- Ex-reclusas;
- Não ser de etnia cigana,
- Ter frequentado na prisão ações de educação/formação

Para além de não ter sido tarefa fácil encontrar mulheres ex-reclusas ou a cumprir liberdade condicional, o fato do público-alvo não englobar mulheres de etnia

cigana dificultou (uma vez que 60% da população prisional feminina é de etnia cigana) a identificação de possíveis casos a entrevistar.

Esta exigência por nós definida tem como base a especificidade das mulheres de etnia cigana, no que concerne à sua inserção social por via do mercado de trabalho. A sua (re)inserção social, profissional e cultural não passa por uma atividade profissional. Assim, sabendo-se que a educação e formação de adultos promovida nos estabelecimentos prisionais tem como principal objetivo a reinserção social das formandas por via do mercado de trabalho, considerámos não fazer sentido para os objetivos do nosso estudo considerar como casos de investigação mulheres de etnia cigana.

Esta técnica de amostragem (bola de neve) requer por “parte do investigador a capacidade para localizar de início um grupo de indivíduos que tenham as características desejadas ou que consigam indicar indivíduos que as tenham” (Vicente *et al*, 2001: 73). Foi através da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais no organismo da Delegação Regional de Reinserção do Centro, na pessoa da Diretora do Núcleo de Apoio Técnico, que foi possível identificar e contactar algumas mulheres que, posteriormente, se voluntariaram para participar no nosso trabalho, pelo que deixamos aqui o nosso agradecimento.

No processo de recolha de dados, o estudo de caso recorre a várias técnicas próprias da investigação qualitativa. A utilização destes instrumentos constitui uma forma de obtenção de dados de diferentes tipos, os quais proporcionam a possibilidade de cruzamento ou triangulação da informação.

Assim sendo, são utilizadas múltiplas “fontes de evidência ou dados por permitir por um lado, assegurar as diferentes perspetivas dos participantes no estudo e por outro, obter várias medidas do mesmo fenómeno, criando condições para uma triangulação dos dados, durante a fase de análise dos mesmos” (Coutinho, 2011: 298-299).

Como já referimos anteriormente, optámos pela *entrevista semiestruturada* como técnica de recolha de dados, pois através dela poderemos perceber a forma como estas mulheres interpretam as suas vivências, já que ela é utilizada para recolher dados de pessoas em voz ativa, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo“ (Bogdan & Bilden, 1999).

Para a realização das entrevistas qualitativas elaborámos um guião composto por partes distintas (ver anexo II): a legitimação da entrevista; caracterização e recolha

de dados biográficos; Identificação da oferta de educação/formação, motivações e impactos; opinião sobre a importância da educação/formação recebida para a reabilitação pessoal, social e profissional das mulheres ex-reclusas; e a experiência da reclusão.

Quanto à caracterização das mulheres participantes no estudo, passamos à apresentação dos dados biográficos que recolhemos. A fim de manter o anonimato das participantes no estudo, estão serão apresentadas e designadas por entrevistadas E1, E2, E3 e E4.

Tabela 1 – Caracterização demográfica e biográfica das mulheres participantes nesta investigação

	<i>E1</i>	<i>E2</i>	<i>E3</i>	<i>E4</i>
<i>Idade</i>	40 anos	53 anos	49 anos	45 anos
<i>Escolaridade quando entrou no EP</i>	9º ano	4º classe	10º ano	12º ano
<i>Escolaridade actual</i>	12º ano	4º classe	10º ano	Mestrado
<i>Nacionalidade</i>	Portuguesa	Portuguesa	Brasileira	Portuguesa
<i>Estado Civil quando ingressou no EP</i>	Casada	Casada	Casada	Casada
<i>Estado Civil após cumprimento de pena</i>	Separada	Separada	Casada (com outra pessoa)	Casada
<i>Condição perante o mercado de trabalho antes da reclusão</i>	Empregada	Desempregada	Empregada	Empregada
<i>Condição perante o mercado actualmente</i>	Empregada	Desempregada	Desempregada	Empregada
<i>Duração do período de reclusão</i>	8 anos e 6 meses	17 anos	14 anos	3 anos
<i>Idade quando ingressou no EP</i>	26 anos	34 anos	32 anos	34 anos
<i>Número de vezes que cumpriu pena</i>	Uma	Duas (11 anos + 6 anos)	Uma	Uma
<i>Existência de filhos</i>	2 Filhos	7 Filhos	2 Filhos	1 Filho

As entrevistas foram gravadas com autorização das participantes e posteriormente transcritas e analisadas. Destes procedimentos daremos conta mais à frente neste capítulo.

1.3 Instrumentos de recolha de dados – A Entrevista Semiestruturada

Estando cientes que os nossos objetivos do estudo só seriam cumpridos se fosse analisado o sentido que as mulheres dão às suas vivências, às suas práticas e acontecimentos com os quais se vêm confrontadas, só a metodologia qualitativa de investigação nos permitiria ir ao encontro desses propósitos, com as suas diferentes técnicas. Isto porque, na metodologia qualitativa, primeiramente, o interesse do investigador volta-se para a busca do *significado* das coisas, porque este mesmo significado tem um *papel organizador* para seres humanos. O que as 'coisas' (fenómenos, manifestações, ocorrências, fatos, eventos, vivências, ideias, sentimentos, assuntos) representam dá molde à vida das pessoas.

Como já referimos, a metodologia utilizada foi a do estudo de caso, sendo que privilegiámos a entrevista semidiretiva como técnica de recolha de dados. Com efeito, a entrevista semiestruturada ou semidiretiva permite ao investigador ouvir as pessoas em escuta ativa, sendo possível ao interlocutor exprimir as suas perceções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências, nas quais ele/ela é protagonista. Através das suas perguntas abertas e interação face-a-face, o investigador facilita essa expressão, evita que a pessoa entrevistada se afaste dos objetivos da investigação e permite que o interlocutor aprofunde as temáticas em análise, com a ajuda de perguntas de recurso.

Nas palavras de Quivy e Campenhoudt (2003: 192), “se a entrevista é, antes de mais, primeiro um método de recolha de informações, no sentido mais rico da expressão, o espírito teórico do investigador deve, no entanto, permanecer continuamente atento, de modo que as suas intervenções tragam elementos de análise tão fecundos quanto possível”.

Segundo Amado (2009), a entrevista assume uma grande variedade de formas (cara a cara, pelo telefone ou *e-mail*, etc.), ao mesmo tempo que se apresenta com os mais diversos fins e usos. Tendo em conta esses aspetos, as entrevistas podem classificar-se de diferentes modos de acordo com a sua estrutura e funções. Quanto à

sua estrutura, essa percorre uma linha imaginária e contínua, desde a estruturação rígida até à sua completa ausência. Temos assim, a entrevista estruturada ou directiva, a entrevista semiestruturada ou semidirectiva e a entrevista não estruturada ou não-directiva

Nesta investigação optámos pela entrevista semiestruturada, uma vez que nesta “as questões derivam de um plano prévio, um guião onde se define e regista, numa ordem lógica para o entrevistador, o essencial do que se pretende obter, embora, na interação se venha a dar uma grande liberdade de resposta ao entrevistado” (Amado, 2009: 181).

A entrevista semiestruturada (ou semidirectiva) é um dos principais instrumentos da pesquisa de natureza qualitativa, sobretudo pelo facto de não haver uma imposição rígida de questões, o que permite ao entrevistado discorrer sobre o tema proposto, salientando o que para ele for mais relevante, com as palavras e a ordem que mais lhe convier, e possibilitando a captação imediata corrente das informações desejadas. Os dados obtidos, geralmente audiogravados e posteriormente transcritos, são posteriormente sujeitos à análise de conteúdo (técnica que desenvolveremos no ponto 1.5 deste capítulo).

Segundo Amado (2009), esta técnica deve ser usada como principal meio de recolha de informação que tem o seu mais direto apoio nos objetivos da investigação. Trata-se de uma técnica que permite um acesso ao que está na cabeça das pessoas, ao não-observável: opiniões, atitudes, representações, recordações, afetos, intenções, ideais e valores. Tudo isto anima uma pessoa a comportar-se de determinado modo.

A entrevista, como substituto de uma observação de acontecimentos ou comportamentos passados, “não obtém senão representações atuais acerca desses acontecimentos. Uma vez que toda a reconstrução é sempre uma alteração, o acesso aos acontecimentos através da entrevista será sempre limitado, a não ser que se pretendam atingir, precisamente, essas representações atuais” (Amado, 2009: 185).

Na utilização que fizemos desta técnica de recolha de dados, nesta investigação, as entrevistas semiestruturadas ofereceram o material central e de maior significado para os nossos propósitos. Através delas, e privilegiando uma relação de escuta ativa e metódica, tentámos chegar ao sentido que as pessoas entrevistadas atribuíram à frequência de ações de educação/formação dentro dos estabelecimentos prisionais. Quisemos ainda perceber qual foi o contributo desta para a sua (re)inserção social assim como a forma como avaliam a sua passagem e vivências dentro dos estabelecimentos prisionais.

A condução deste tipo de entrevista implica a atenção a um número variado de aspetos, imprescindíveis não só para se obter informação válida, mas para se respeitar os princípios éticos que norteiam qualquer trabalho científico. Antes de mais, a entrevista de investigação não se improvisa; pelo contrário, ela exige um elevado esforço de preparação.

A entrevista deve ser estruturada em termos de objetivos e em blocos temáticos, constituindo esse 'instrumento' o que passamos a designar por *guião* de entrevista.

O nosso guião (ver anexo II), como referimos anteriormente, é composto por seis blocos onde cada bloco é constituído por objetivos gerais, objetivos específicos, questões orientadoras e questões específicas.

Este guião, como qualquer outro guião de uma entrevista semiestruturada, trata-se do “resultado de uma preparação profunda para a entrevista, além de ser um instrumento que na hora da sua realização nos pode ajudar a gerir questões e relações” (Amado, 2009: 187).

O nosso guião é considerado um “instrumento não standardizado” (Coutinho, 2011: 107), na medida que foi por nós construído para este estudo. E ao querermos que os resultados da investigação sejam *válidos*, os dados em que nos baseamos terão de ser *fiáveis*.

Tratando-se de um instrumento fundamental para a correta e útil condução da entrevista, é conveniente fazer um teste-ensaio do guião. Esse procedimento, segundo Amado (2009), consiste em fazer algumas (pelo menos duas) entrevistas com base no guião a elementos do universo a estudar (mas que não fazem parte da população) e analisar de seguida os dados no sentido de saber se os objetivos previstos foram ou não alcançados. Nesta investigação, este teste-ensaio foi feito com a ajuda dos Técnicos de Reinserção Social das Equipas de Intervenção às quais pertenciam as mulheres participantes.

1.4 Procedimento

Posteriormente à decisão da temática a estudar e à definição do público-alvo, começámos à procura desse mesmo público (de casos) ou seja, de mulheres ex-reclusas voluntárias.

Esta revelou-se uma tarefa muito difícil pelas razões que já enunciámos anteriormente e foi por via de algumas instituições que trabalham com problemas sociais que conseguimos chegar ao público-alvo, nomeadamente através Cáritas da Zona Centro, que nos aconselhou a contactarmos o Instituto de Reinserção Social, uma vez que na altura do contacto por nós efetuado (Fevereiro de 2013) só nos podiam sinalizar mulheres de etnia cigana.

Após envio de email com pedido de ajuda e exposição dos objetivos desta investigação à Delegação Regional de Reinserção do Centro da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, fomos contactada pela Dra. Esmeralda Coelho (Diretora do Núcleo de Apoio Técnico), a quem indicámos a área de procura¹⁴; a qual nos indicou que iria ser reenviado email para as equipas da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais desta mesma área, a fim de nos conseguirem sinalizar casos com as características pretendidas. Passadas duas semanas fomos novamente contactada pela Sra. Diretora do Núcleo de Apoio Técnico que nos indicou haver casos assinalados na Equipa de Dão-Lafões (Viseu), assim como nos deu o contacto das Técnicas responsáveis pelo acompanhamento desses casos¹⁵.

Contactadas as Técnicas e informadas mais pormenorizadamente dos objetivos do estudo, foi solicitado pelas mesmas o envio do guião de entrevista, a fim de o analisarem e verificarem se estava ajustado ao pretendido e se não levantava questões de natureza ética. No mesmo e-mail foi também enviado o Consentimento Informado (ver anexo III), de forma a fazê-lo chegar às possíveis entrevistadas.

Ao fim de alguns dias fomos contactada por estas Técnicas, com quem agendamos dia e hora para a realização das entrevistas. Estas iriam acontecer numa das salas do Instituto de Reinserção Social em Viseu.

¹⁴ Por questões de disponibilidade de recursos (tempo, financeiros, deslocações, conciliação com horários de trabalho) foram por nós definidas como áreas limites de procura de público-alvo, os distritos de Coimbra, Aveiro, Viseu Guarda e Castelo Branco

¹⁵ Gostariamos de expressar a nossa gratidão e reconhecimento, por um lado, à Dra Esmeralda Coelho e aos Técnicos das Delegações Regionais pela identificação de possíveis casos e pela forma como conduziram todo o processo para a realização das entrevistas e por outro, às mulheres entrevistadas por toda a abertura e partilha de informações.

Tivemos em consideração a duração, assim como o local e horas da entrevista, de modo a serem ajustados consoante a disponibilidade da pessoa entrevistada, influenciando o menos possível o quotidiano da mesma¹⁶.

Neste primeiro contacto, apesar de nos terem sido sinalizados dois casos para estudo, só se realizou a entrevista a um, pois embora a possível entrevistada tivesse assinado o consentimento informado quando isso lhe foi proposto pela Técnica que a acompanha, ela faltou sempre à marcação da entrevista. Após três tentativas de contacto achámos por bem, não insistir, respeitando assim, o direito da pessoa não querer participar no estudo.

Em finais de Maio recebemos outro contacto da Sra. Directora do Núcleo de Apoio Técnico da Delegação Regional de Reinserção do Centro, a dar-nos conhecimento de mais dois casos disponíveis para uma entrevista. Um foi assinalado pela Equipa do Baixo Mondego e outro pela Equipa da Beira Norte (Guarda).

O procedimento para contacto com estas possíveis entrevistadas foi o mesmo desenvolvido com a Equipa de Dão-Lafões, apesar de a entrevista do caso sinalizado pela Equipa da Beira Norte não acontecer nas suas instalações, mas sim em uma casa abrigo onde a pessoa residia na altura.

Em todas as entrevistas tentámos escolher um local seguro, que permitisse à entrevistada sentir-se à-vontade e de forma descontraída, que nos levasse a poder criar um ambiente empático, onde predominasse a confiança, o respeito e a escuta ativa, tendo todas as entrevistas sido conduzidas num local escolhido pelas entrevistadas.

Assim, foi possível entrevistar três mulheres ex-reclusas. Todas elas foram informadas dos objetivos do estudo e foi-lhes solicitada permissão para gravação das entrevistas, assegurando o anonimato e a confidencialidade dos dados recolhidos. No fim de cada entrevista foi solicitado às entrevistadas a indicação de outros casos que conhecessem e que pudessem colaborar no estudo.

Apesar destas três entrevistadas conhecerem várias mulheres ex-reclusas que poderiam colaborar connosco, tal identificação de casos revelou-se muito difícil, pois ou não tinham o contacto das colegas, ou aquelas já se encontravam novamente detidas ou não estavam disponíveis para colaborar pois não queriam 'mexer no passado'.

¹⁶ Apesar das entrevistas se realizarem no espaço das Delegações Regionais de Reinserção, não existiu por parte dos Técnicos ou Diretores qualquer influência ou relação de poder sobre as mulheres participantes enquanto as entrevistas decorriam.

No entanto, conseguimos através do processo de amostragem descrito no ponto 1.1 deste capítulo (Bola de Neve) entrevistar mais um caso. Este foi-nos indicado por uma das mulheres entrevistadas, que encontrou em contacto com a colega e posteriormente nos informou através do *facebook* que a colega estava disponível para colaborar e que aguardava um contacto nosso.

Assim, uma vez que o único contacto que possuíamos dessa senhora era através desta rede social, foi-lhe enviado um 'pedido de amizade', acompanhado de uma mensagem com a indicação dos objetivos da estudo assim como dos nossos contactos telefónicos e de email.

Fomos posteriormente contactada, por telefone, onde após a nossa identificação e apresentação do estudo, foi combinado dia e local para a realização da entrevista.

Enquanto entrevistadora, em todas as entrevistas tentámos, e julgamos ter conseguido, que a pessoa fosse respeitada em toda a sua plenitude. A identidade da entrevistada foi sempre protegida, garantindo-se absoluta confidencialidade dos dados que recolhemos com a entrevista.

Segundo Amado (2009: 161) “não podemos esquecer que as memórias são simultaneamente seletivas (o entrevistado apenas conta o que quer) e afetivas. E porque assim é, torna-se importante criar um ambiente propício à sua emergência, ganhando a confiança dos entrevistados”. Como diz Pais (2001, cit. por Amado, 2009) é a obtenção desta confiança que permite que se ultrapasse rapidamente o momento em que antes de se ser observador se é observado.

Após a apresentação da entrevistadora e dos objetivos do estudo, lembraram-se as regras da entrevista (uma vez que anteriormente as entrevistadas já tinham assinado o consentimento informado), assim como o meio a utilizar para a recolha da informação. Este procedimento teve como objectivo obter diretamente a anuência das mulheres participantes para conclusão da entrevista.

Tentámos sempre estar atenta à reação da entrevistada, mantendo-nos calma, fazendo com que a entrevistada pudesse falar sem inibição, interrompendo ou acrescentando algo, apenas de forma a poder clarificar qualquer questão que não tenha sido bem compreendida.

Contudo, nem sempre foi fácil para nós enquanto entrevistadora, lidar com as expressões de sentimentos muito específicos, sem nos envolvermos emocionalmente e, na verdade, foram alguns os momentos emotivos durante as entrevistas.

1.5 Opção pela técnica da Análise de Conteúdo

Na sequência das opções metodológicas descritas anteriormente, e considerando o objeto de estudo, os objetivos e os pressupostos teóricos em que assenta o presente trabalho, no que diz respeito à técnica de tratamento de dados optou-se pela *análise de conteúdo*.

Como nos dizem Quivy e Campenhoudt (2003: 227), “o lugar ocupado pela análise de conteúdo na investigação social é cada vez maior, nomeadamente porque oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de complexidade, como por exemplo, os relatórios das entrevistas não diretivas ou das semidirectivas. (...) melhor do que qualquer outro método de trabalho, a análise de conteúdo (ou pelo menos, algumas das suas variantes), permite, quando incide sobre material rico e penetrante, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva que nem sempre são facilmente conciliáveis”.

Para Amado (2009), também o primeiro grande objetivo da análise de conteúdo “é o de organizar os conteúdos de um conjunto de mensagens num sistema de categorias que traduzam as ideias-chave veiculadas pelos documentos em análise” (p. 244).

Com efeito, a análise de conteúdo na definição de um dos seus criadores, Berelson (1952, cit. por Amado, 2009), consiste numa “técnica de pesquisa documental que procura ‘arrumar’ num conjunto de categorias de significação o ‘conteúdo manifesto’ dos mais diversos tipos de comunicações (protocolo de entrevistas e histórias de vida, documentos de natureza vária, imagens, filmes, propaganda e publicidade)” (p. 236).

Pelo carácter aberto e flexível, os planos qualitativos, tal como aconteceu nesta investigação, produzem quase sempre uma enorme quantidade de informação descritiva que necessita de ser “organizada e reduzida por forma a possibilitar a descrição e interpretação do fenómeno em estudo” (Coutinho, 2011: 192).

Essa tarefa realiza-se através de “uma operação designada de codificação que vai permitir ao investigador saber o que ‘contêm’ os dados. (...) A codificação ocorre na maior parte das vezes numa fase posterior à recolha dos dados, em que o investigador busca padrões de pensamentos ou comportamento, palavras, frases, ou seja

regularidades nos dados que justifiquem, uma categorização” (Wiersma, 1995; Bravo, 1998, cit. por Coutinho, 2011: 192).

Assim, após a transcrição de todas as entrevistas, iniciámos uma fase de leitura de todos os testemunhos, inicialmente de forma livre, mas sucessivamente mais meticulosa e enquadrada segundo o guião e as categorias de partida. Refletiu-se sobre o tipo de informação que se procurava ao fazer as entrevistas, e agrupámos os temas e subtemas que nos ocorreram. Este trabalho consiste numa “primeira orientação para a leitura e para o recorte do material, mantendo-se, porém, numa postura aberta aos necessários acrescentos e refinamentos que as novas e subseqüentes leituras impuserem” (Amado, 2009: 245).

Surgiram assim os sistemas de codificação que deram origem à criação das matrizes de análise de conteúdo apresentadas no próximo capítulo (ver tabela 2 e tabela 3) que tentamos que obedecessem às duas características básicas dos mesmos segundo Coutinho (2011: 192), “captar a informação relevante dos dados a codificar e, recolher informação útil para descrever e compreender o fenómeno que se estuda.”

Este longo e exaustivo processo de exploração do material foi bastante minucioso, de constante aperfeiçoamento e refinamento. Cada um dos fragmentos das narrativas das mulheres entrevistadas constitui uma *unidade de registo* (Amado 2009) ou *unidades de análise* (Coutinho, 2011).

A ideia básica foi a de organizar categorias conceptuais através do discurso destas mulheres, e essas categorias poderem representar aspetos de uma teoria que se pretendia apresentar.

Ao longo deste processo, as matrizes de análise de conteúdo elaboradas foram sendo reformuladas e aperfeiçoadas, inscrevendo, para além das categorias e das subcategorias, os indicadores. Estes surgem como um elo entre as categorias e as unidades de registo, e respeitam o que as pessoas realmente disseram, pois são “expressões construídas pelo analista, que resumem ou expressam o traço geral de uma ou, preferentemente, de várias unidades de registo” (Amado, 2009: 256). Estas unidades devem respeitar o princípio do literalismo, por ser fulcral para a credibilidade das conclusões.

Uma vez estabelecidas as categorias, podemos passar para a etapa seguinte da análise de conteúdo: a inferência e a interpretação. A esse desafio dedicamos o próximo capítulo.

Conclusão

Neste capítulo procurámos contextualizar o nosso estudo e definir os seus objetivos, identificámos também a sua natureza, participantes, instrumento e procedimentos. Com esta clarificação pretende-se proporcionar uma visão holística e pormenorizada do trabalho realizado.

A investigação qualitativa, através do estudo de caso, é a que melhor se adequa à realidade que pretendemos investigar, com o recurso à entrevista semiestruturada para a recolha dos dados. Por essa razão, procedemos ainda a uma breve reflexão sobre a entrevista semiestruturada como técnica de recolha de dados. Falámos da técnica de análise de conteúdo, a qual usámos para a interpretação das informações recolhidas.

No capítulo seguinte apresentamos e discutimos as informações recolhidas com as nossas quatro participantes, fazendo-se de seguida uma síntese comparativa e conclusiva, atendendo aos objetivos que deram rumo a este trabalho.

CAPÍTULO II - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS RECOLHIDOS

“A prisão não são as grades, e a liberdade não é a rua;
existem homens presos na rua e livres na prisão.
É uma questão de consciência”
Mahatma Gandhi

Introdução

Neste capítulo procederemos à apresentação e discussão dos dados obtidos a partir da realização das entrevistas semiestruturadas. Após a primeira fase da análise de conteúdo, onde fizemos uma leitura vertical de cada participante, encetámos uma leitura horizontal, com base nos guiões elaborados para o efeito, da qual resultaram as matrizes que se encontram nos anexos 4 e 5.

Inicialmente, apresentaremos os dados relativos às percepções das entrevistadas sobre as ações de educação/formação dos estabelecimentos prisionais, obtidos através das respostas obtidas durante as entrevistas, e posteriormente exporemos os dados relativos à opinião das mesmas sobre a sua vivência de reclusão. Esta apresentação desenvolver-se-á partindo da informação contida nas matrizes e consequente análise de cada categoria construída, onde se detetaram semelhanças e divergências, entre as visões das participantes, no que concerne às principais temáticas em estudo.

1. Apresentação da(s) Matriz(es) da Análise de Conteúdo elaborada(s).

No sentido de facilitar a análise de conteúdo, o próximo passo do nosso trabalho consistiu em construir as matrizes de análise de conteúdo das entrevistas (MAC) (ver anexo IV).

Esta análise, no fundo, foi dividida em duas matrizes. Uma matriz de análise de conteúdo das entrevistas às mulheres ex-reclusas, quanto à sua opinião sobre as ações de educação/formação que receberam durante o período de reclusão (MAC1) e uma outra

matriz de análise de conteúdo das entrevistas às mulheres ex-reclusas, quanto à sua percepção sobre a experiência de reclusão (MAC2)

Tanto a MAC1 como a MAC2 estão divididas em cinco categorias, que por sua vez estão divididas em subcategorias e em indicadores, como é possível observar nas tabelas que se seguem (ver tabela 2 e tabela 3).

A apresentação destas tabelas nesta parte da tese permite oferecer uma visão de conjunto do material interpretado, tanto no que concerne às modalidades de educação/formação de adultos no estabelecimento prisional, como à própria vivência da situação de reclusão, antes de passarmos a um exercício mais interpretativo do que ouvimos por parte das entrevistadas.

Tabela 2 - Síntese da Matriz de Análise de Conteúdo (MAC1) das Entrevistas às mulheres ex-reclusas, quanto à sua opinião sobre as acções de educação/formação que receberam durante o período de reclusão.

<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>Indicadores</i>
1. Ofertas de educação e formação de adultos	1. Alternativas de ofertas formativas	Existe uma variedade de ofertas formativas dentro do EP que permitem obter certificação escolar e profissional
	2. Desigualdade de oportunidades para homens e mulheres	Os homens têm um maior leque de ofertas formativas do que as mulheres
2. Processo de selecção para a frequência de acções de educação/formação	1. Grau de liberdade de escolha das acções a frequentar	As mulheres adultas podiam escolher livremente a formação a frequentar
		As mulheres adultas frequentavam as acções por imposição dos técnicos do EP
3. Percepção geral sobre as acções de educação/formação de adultos	1. Avaliação sobre o grau de correspondência entre as expectativas iniciais e a oferta real	As acções de formação correspondiam ao que era esperado e era-lhes reconhecida utilidade futura
		As acções de educação/formação eram de alguma forma limitadas
	2. Percepções relativamente aos recursos materiais	As acções de formação tinham recursos materiais adequados
	3. Percepções relativamente aos	Os formadores criavam empatia com as formandas e transmitiam

Tabela 2 – Continuação

	formadores	conhecimentos de forma adequada.
	4. Mais-valias das acções de educação/formação	As acções eram vistas como adequadas e interessantes, dado o enriquecimento curricular das formandas e a melhoria da sua qualidade de vida
	5. Limitações das acções de educação/formação	As acções eram vistas como uma forma de “passar o tempo” ou de conseguir outros privilégios.
	6. Divergência de opiniões quanto à adequação da formação recebida ao mercado de trabalho.	A formação recebida era adequada ao mercado de trabalho
		A formação recebida era desadequada ao mercado de trabalho
4. Visão das formandas sobre si próprias	1. Opiniões sobre as motivações que levam as adultas a frequentar ofertas de educação/formação	As formandas frequentam as acções pelo gosto pela aquisição de conhecimentos e de competências
		As formandas frequentam as acções para a obtenção de regalias (financeiras, privilégios vários, mais tempo fora da cela etc.)
		As formandas sentem falta de vontade em ter uma vida melhor e não encaram as acções como algo vantajoso para elas.
5. Avaliação do impacto das acções de educação/formação na vida pós-reclusão	1. Impacto positivo das acções na reinserção social e profissional	A frequência das acções contribuiu para a obtenção de mais conhecimentos técnicos e permitiu arranjar emprego com mais facilidade
	2. Ausência de impacto das acções na vida pós-reclusão	Não se verificou qualquer mudança na vida das mulheres, após a saída do EP, pelo facto de terem frequentado as acções.

No que diz respeito à vivência da situação de reclusão, foi construída a MAC 2, apresentada na tabela que se segue (tabela 3).

Tabela 3 – Síntese da Matriz de Análise de Conteúdo (MAC2) das entrevistas às mulheres ex-reclusas quanto à sua percepção sobre a experiência e efeito da reclusão

<i>Categories</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>Indicadores</i>	
1. Percepções gerais das mulheres entrevistadas sobre a experiência da reclusão	1. Percepções positivas sobre a reclusão	O período de reclusão foi um período de oportunidades e de mudanças positivas Há coisas boas a destacar na vida da reclusão	
	2. Percepções negativas sobre a reclusão	O período de reclusão foi um período de estagnação e de retrocesso na vida Há coisas más a destacar na vida da reclusão	
	3. Relacionamento dentro do EP	Balço positivo do relacionamento dentro do EP	
		Balço negativo do relacionamento dentro do EP	
	2. Percepções sobre o funcionamento e as dinâmicas dos estabelecimentos prisionais (EP)	1. Avaliação das rotinas impostas no EP	É considerada importante a existência de rotinas no EP
		2. Distinções entre homens e mulheres dentro do EP	Há visões estereotipadas dentro do EP sobre as mulheres e os homens, o que se reflete no tratamento que é dado a ambos os sexos e na liberdade que lhes é concedida.
3. Visões sobre a gestão do tempo dentro do EP		Durante a reclusão havia mulheres que estudavam e que tinham rotinas saudáveis para o seu futuro.	
4. Gestão das finanças pessoais dentro do EP		Existência de formas diversas, lícitas, e ilícitas de obtenção de dinheiro.	
3. As crianças (filhas das reclusas) e a vida prisional	1. O modo de tratamento das crianças que residiam com as mães no EP	As crianças são sempre bem tratadas dentro do EP e têm uma vida com a qualidade possível	
	2. O impacto da reclusão das mães na vida das crianças	As mulheres ex reclusas consideram negativo o impacto da reclusão na vida das suas crianças.	

Tabela 3 - Continuação

4. Reinserção das ex-reclusas	1. Peso negativo da reclusão sobre as ex-reclusas	A reinserção social é difícil após a obtenção da liberdade, dado o estigma da reclusão
	2. Mudanças nas redes de suporte social após a experiência de reclusão	Vivência de mudanças diversas ao nível dos laços sociais
	3. Relacionamento com a família após a liberdade	Houve perda de contactos com diferentes pessoas da família e alteração dos laços afectivos
	4. Relacionamento conjugal	A vida de reclusão teve como desfecho o fim do relacionamento conjugal A vida da reclusão não teve qualquer impacto na manutenção do casamento.
5. Sugestões para a melhoria da gestão dos EP	1. Gestão dos medicamentos e das questões da saúde	Deveria evitar-se que a toma excessiva de medicação
	2. Criação de oportunidades mais diversificadas de educação/formação	Deveria haver um maior leque de ofertas formativas
	3. Preparação atempada da saída/reinserção socioprofissional	A saída das mulheres do EP deveria ser preparada com alguma antecedência
	4. Estabelecimento de ligações com o mundo do trabalho para a criação de oportunidades de trabalho	O EP poderia tentar criar oportunidades de trabalho no mundo profissional, em função da formação dada durante a reclusão.

Como referimos anteriormente, cada categoria encontra-se, ainda, repartida em subcategorias e em indicadores como se pode ver pela análise das tabelas 2 e 3. Após a construção e preenchimento das MAC's numa tentativa de síntese da informação recolhida, passámos à interpretação da mesma, no sentido de compreender e, posteriormente, refletir em torno do fenómeno estudado, estabelecendo relações com a revisão da literatura por nós realizada. Sempre que se revelar necessário e respeitando o chamado princípio do literalismo, ilustramos as nossas observações com excertos retirados das entrevistas.

2. Análise e discussão das informações recolhidas

O texto de análise e discussão dos dados recolhidos, vai ser organizado em duas partes em função das matrizes de análise de conteúdo construídas e anteriormente apresentadas. Esta `divisão` tem por objetivo permitir uma melhor sistematização e análise das informações recolhidas. Assim, em função das categorias construídas em cada uma das matrizes de análise de conteúdo, seguindo a ordem das mesmas faremos a apresentação, análise e interpretação das unidades de registo. Como referimos no ponto 1.2 do capítulo anterior, as entrevistadas serão identificadas como E1, E2, E3 e E4.

2.1 Matriz da Análise de Conteúdo (MAC1) das Entrevistas às mulheres ex-reclusas quanto à sua opinião sobre as acções de educação/formação que receberam durante o período de reclusão.

O texto vai ser organizado em função das categorias construídas seguindo a ordem das mesmas na MAC1.

2.1.1 Ofertas de educação e formação de adultos

Nesta categoria foram identificadas as modalidades educativas e formativas que existiam nos estabelecimentos prisionais (EP) em que as entrevistadas estiveram detidas. Não quer com isto dizer que foram apresentadas por elas todas as ofertas formativas existentes nesses EP's, mas sim as que as entrevistadas se lembravam e/ou frequentaram.

“Durante esse período só tive conhecimento de formações na área dos bordados e penso que de tapetes de arraiolos para além da educação de adultos desde o primeiro ciclo ao ensino superior (...) No que respeita às dez ou doze mulheres que se encontravam residentes durante o meu período de reclusão, sei que duas fizeram o 9º ano e 3 o 1º ciclo (...) também posso adiantar que essa formação era por módulos” (E4)

“Primeiro fui completar o 12º ano por módulos. Porque ao fim de um ano eu estava condenada. Foi num curso EFA só escolar onde fiz por módulos. Também me inscrevi num curso de cabeleireira que fiz. Fui pioneira no Curso de Empreendedorismo no estabelecimento prisional. Na altura o empreendedorismo estava na moda. (...) Às vezes havia vários cursos: bordados, costura, arraiolos, os escolares...” (E1)

“Vários, há vários. Havia arraiolos, Mesa e Bar, jardinagem (...) depois havia os outros para fazermos a 4ª classe o 6º ou o 9º. (...) havia computadores, inglês ou francês...” (E2)

“Fiz um curso de informática de 9 meses. Fui logo das primeiras. Fiz curso de trabalhos manuais, de bordados, arraiolos, bainhas abertas. (...) Os que eu fiz eram só profissionais. Mas havia cursos para a 4ª classe e outros níveis e havia os profissionais.” (E3)

Contudo, de acordo com os testemunhos das mulheres entrevistadas nos estabelecimentos em que cumpriram pena (mistos), os homens usufruem de maior variedade de oferta formativa, assim como mais oportunidades de trabalho e de circulação pelos espaços comuns nos estabelecimentos prisionais.

“Em (...) eles tinham um maior leque de escolha do que nós. Para nós era curso de arraiolos, curso de arraiolos, curso de arraiolos, depois lá apareceu um curso de cabeleireiros mas não apareceu mais. Quando se perguntava para onde vais? Para o curso de arraiolos. De onde vens? Do curso de arraiolos. Enquanto que eles tinham carpintaria, mecânica, tudo o que era profissões eles tinham, e tinham formação escolar. Nós não. Só tínhamos os arraiolos. Em (...) tínhamos aqueles três - cabeleireiros, empreendedorismo e bordados - eles não, tinham muito mais, madeiras, mecânica, pintura, electricidade e mais que agora não me lembro” (E1)

“Nós só tínhamos os cursos de bordados e arraiolos eles tinham serralharia, carpintaria, construção civil.” (E3)

“Para além da formação escolar, que existia para homens e mulheres, nós só tínhamos os cursos de bordados e arraiolos eles tinham serralharia, carpintaria, construção civil.” (E4)

2.1.2 Processo de selecção à frequência de acções de educação/formação

Atendendo à experiência pessoal das entrevistadas, no que se refere ao grau seu de liberdade de escolha das acções a frequentar, a opinião é unânime quanto a terem podido escolher livremente as acções que frequentaram.

“Os cursos eram afixados, às vezes havia vários cursos, bordados, costura. Eram afixados num placard no corredor, nós púnhamos lá o nome e depois podíamos ser aceites ou não. Podíamos escolher dentro do que havia.” (E1)

“A Dra. chamava a gente e dizia o que havia, nós dizíamos se queríamos.” (E2)

“Eles chegam lá e dizem: vai haver o curso tal e nós inscrevemo-nos se estivermos interessados. Eles não obrigam ninguém. Para quem não tem a escolaridade, eles até incentivam a ir mas não obrigam ninguém.” (E3)

No entanto, também há quem tenha referido que, nalguns casos, esta escolha era de alguma forma condicionada pelos técnicos dos estabelecimentos prisionais.

“Julgo que, tendo em conta os recursos humanos e físicos do estabelecimento, eram propostos aos reclusos esses cursos, posso adiantar que ao ser feita essa proposta já existia como que uma pré-seleção, isto é, no dia-a-dia estávamos sujeitos a uma "apreciação" de técnicos e restante pessoal do estabelecimento e perante o comportamento e interesses de cada um iam fazendo essas propostas, normalmente através dos chamados educadores” (E4)

“A nível de escolaridade lá os técnicos chamavam toda a gente pois havia muita gente sem escolaridade e sem a quarta classe para fazer com que as pessoas quisessem.” (E1)

2.1.3 Percepção geral sobre as acções de educação/formação de adultos

Relativamente ao grau de correspondência entre as expectativas iniciais e a oferta de educação/formação real, as mulheres entrevistadas indicam que as acções que frequentaram corresponderam ao esperado e reconhecem-lhes utilidade futura.

“É bom. Quando se sai em liberdade já se sai com o inglês, com o francês, com várias línguas (...) aprendi como se tratam das plantas para não morrerem, como se regam e assim (...) nos tapetes de arraiolos aprendi a fazer e é bom. Podemos sempre vender. Eu é que não posso fazer porque

estou paralisada da mão esquerda por causa do acidente. Mas o meu companheiro faz. Eu ensino-lhe alguns pontos.” (E2)

“Eu andava sempre em cursos e formações, formação de HIV, cuidados de saúde, aproveitava tudo, informática, (...) Eu aprendi sempre ” (E3)

“Após a minha condenação e uma vez que teria de permanecer no EP durante 3 anos, numa conversa com a educadora referi que sempre gostei de estudar, ela sabendo que eu tinha o 12º ano propôs-me a possibilidade de ingressar no ensino superior, não pensei duas vezes e aceitei desde logo a proposta. (...) Licenciiei-me e hoje já tenho também mestrado” (E4)

Contudo, na opinião da entrevistada 4, as ofertas de educação/formação são, de alguma forma, limitadas.

“Penso que todos eles se encontravam na altura um pouco desajustados (...) havia pouca oferta, que de certo modo era devido aos fracos recursos do estabelecimento uma vez que se limitavam muito ao que existia no estabelecimento, do género: serralharia porque o EP tinha serralharia, bordados porque existia alguém com disponibilidade e formação para dar... no que respeita ao nível escolar existia uma oferta mais alargada porque havia parcerias com os diversos níveis de ensino da cidade onde se inseria o EP e depois também dependia do próprio espaço físico do EP, vai-se remediando” (E4)

Quanto às percepções sobre os recursos materiais utilizados e disponíveis nas acções de formação, as entrevistadas 2 e 3 consideram-nos adequados.

“Tínhamos tudo, botas, luvas e assim (...) Davam-nos umas botas, luvas cacholas e nós tínhamos de ir trabalhar e aprender. Cada um tinha uma marca no material para se saber se algum material se estragasse” (E2)

“Na parte da manhã, das 10h ao meio dia os cursos eram dados no sótão da cadeia. Havia várias salas, cada uma para cada curso, ficávamos lá com a professora (eramos 12 mulheres, não há mistura com os homens). Nós tínhamos de manhã, os homens á tarde. A sala tinha computadores, temos biblioteca (...) As formações tinham tudo, projectores, computadores, fotocópias, e quando tínhamos alguma dúvida era sempre respondida ao minino detalhe.” (E3)

A opinião que as entrevistadas têm sobre os formadores que ministram formação nos estabelecimentos prisionais, e, em particular, os das acções em que elas participaram é positiva, na medida em que elas consideram que havia um bom clima, respeito e profissionalismo por parte destes.

As entrevistadas revelam valorizar muito os aspectos pessoais e relacionais dos formadores. Todas as entrevistadas, enquanto formandas, referem ter gostado muito dos formadores, considerando-os boas pessoas, compreensivos, amigos e que com disponibilidade para lhes explicarem bem as coisas que tinham de aprender.

“Os formadores eram bons. Respeitavam-nos. Foi o melhor tempo que eu passei na cadeia. Foi, foi... ou nos cursos ou no trabalho foi o melhor tempo (...) Vamos sabendo como a vida está cá fora, se a vida está cara se está barata o que se vai passando se não, não sabemos nada.” (E2)

“(...) como passou a ser cá fora, muito boa.(...) Enquanto estive no EP só frequentava a escola no dia das frequências, o que restringia a convivência, embora sempre que precisei fui sempre bem recebida pelos professores e colegas. A maioria não tinha conhecimento da situação e alguns só souberam porque era acompanhada por uma guarda à civil e que aconteceu algumas vezes alguém conhecer e a partir daí ficarem a saber, tudo se manteve e nunca ninguém me discriminou (...) Para a admissão foram-me disponibilizados pelo EP os manuais que necessitava, estudava sozinha e sempre que necessitava de esclarecimentos ou tinha dúvidas tinha os professores da escola secundária da cidade e que davam aulas no estabelecimento sempre disponíveis para ajudar. Posteriormente, e já a frequentar o ensino superior, alguns professores do instituto politécnico voluntariaram-se para me ir dar aulas e preparar para as frequências, sendo-me ao mesmo tempo disponibilizada toda a matéria existente na reprografia da escola.” (E4)

“Eram pessoas de fora do estabelecimento (...) Bom. Muito bom, as pessoas viam-nos como nós erámos. Era a Joaquina, era a Paula¹⁷ era a “X” e não a reclusa. Uma porque matou outra porque vendeu droga. Não. Nada. Cada uma tinha o seu nome e eramos tartadas como nós somos.” (E1)

“São umas meninas que vão de fora nos ensinar. Muito boas raparigas. (...) com muita paciência repetiam sempre até a gente perceber.” (E2)

“Temos professores que nos dão aulas. Ou são directamente lá de dentro, ou externos, ou pessoas que são voluntárias e nos vão lá ensinar. Acabamos por ter um diploma (...) nos que eu fiz, por norma são por professores externos. (...) Na medida do possível a relação é boa. Eles

¹⁷ Todos os nomes mencionados são fictícios.

também não se podiam chegar muito a nós. Não por medo mas por regras do estabelecimento. Se vissem um professor a falar mais de perto com um de nós, já era chamado a atenção. Havia guardas a assistir (...) Os professores preocupavam-se connosco, respondiam a qualquer dúvida ao mínimo detalhe” (E3)

As mais-valias, apontadas por estas mulheres ex-reclusas para a frequência de acções de educação/formação, por parte da população dos estabelecimentos prisionais, prendem-se com o enriquecimento curricular das formandas e a melhoria da sua qualidade de vida no imediato e *á posteriori*.

“É bom em dois sentidos. Ficamos com uma escolaridade quem vai do zero ou tem pouca e por outro lado ocupamos o tempo.” (E1)

“Eu acho óptimo haver cursos de formação. É bom, muitas pessoas que vão para lá não sabem uma letra e lá dentro aprendem e podem aprender tudo. Curso de cozinha, (...) os que eu fiz eram só profissionais. Mas havia cursos para a 4ª classe e outros níveis e havia os profissionais.” (E3)

“Foi útil. Por exemplo a informática que eu aprendi apesar de já ter sido há alguns anos atrás mas hoje é útil e tenho bases. Se estivesse a trabalhar mais seria. Mas enfim, falo com os meus filhos no facebook que estão no Brasil, ou pesquisar coisas...” (E3)

Paralelamente a estas opiniões, encontramos o ponto de vista da entrevistada 4, que menciona algumas limitações das acções de educação/formação proporcionadas, pelo menos no estabelecimento prisional em que cumpriu pena.

“Penso que a nível de formação deveria existir uma maior variedade e ter sempre em conta as necessidades da população, não é que eu tenha queixas, mas era necessário muito mais (...) Deveria ao mesmo tempo existir um leque mais alargado de formações e sempre tendo em conta os gostos das pessoas que iriam frequentar e não apenas os recursos do EP” (E4)

No entanto, todas as entrevistadas reconhecem que a participação em acções de educação/formação funciona, de uma forma geral, como ‘terapia’ uma vez que lhes dá uma rotina, uma boa maneira de passar o tempo e uma forma de não pensarem que estão presas.

“Daquilo que me pude aperceber a maioria lutava pelas regalias das saídas (precárias e condicionais) essencialmente, havia outros que

consideravam uma forma de "levar" melhor a condenação, outros ainda que era a possibilidade de andar um pouco mais em liberdade, pois permitia a saída, embora dentro do EP, para diversos sectores do mesmo (biblioteca, salas de aula) e não estar fechado tanto tempo dentro do mesmo espaço,"(E4)

"As pessoas pensam vou para a escola porque assim sai-o da cela. Se for uma manhã estou uma manhã inteira fora da cela. É um 50/50." (E1)

Encontramos divergência de opiniões quanto à adequação da formação recebida ao mercado de trabalho. Se, por um lado, há quem considere as acções, pelo menos as que frequentou, adequadas e provavelmente geradoras de emprego, outras têm uma visão mais reticente, pelo menos numa primeira fase pós-libertação.

"Bem, agora nenhum curso é adequado. Mas se estivesse o mercado melhor acho que por exemplo os que existiam em (...) e falo neste porque foi onde estive mais tempo, acabam por se aplicar porque costura, uma bainha é sempre precisa, uma saia, um fato... o de cabeleireiros também o de bordador só com sorte e a nível muito pessoal." (E1)

"Ou seja, só quando se consegue alguma estabilidade cá fora, fruto do seu empenho, é que se consegue aplicar conhecimentos, competência adquiridos lá dentro...Sim, de tudo que se aprendeu. Mesmo agora ao sábado lá vem uma vizinha ó (...) dás-me um jeitinho? Pintas-me o cabelo? E eu lá vou e ganho mais algum assim, mas só depois de as pessoas voltarem a confiar em nós." (E1)

"Na altura eu ainda disse para uma guarda que lá fora gostava de abrir uma lavandaria e na altura a costura era tanta que durante muitos anos me convenci que poderia abrir um atelier. Só não o fiz porque quando sai, casada, fui para um meio onde tudo se fechou. Onde tudo foi diferente do que eu esperava. Eu casei lá dentro ele tinha pena de 9 anos e 8 meses mas só cumpriu 4. Mas cá fora foi uma pessoa diferente. Lá dentro era bom, estava sempre lá quando eu precisava (...) este tipo de trabalhos são sempre precisos e teria dado o negócio." (E3)

"Em primeiro lugar, tendo em conta o contexto onde estava inserida, posso referir que se tratava maioritariamente de pessoas com pouca formação tanto escolar como profissional, o que de certa forma dificulta também o papel dos técnicos, numa sociedade cada vez mais escolarizada, a pouca formação que se fazia no EP, penso que estava longe de se encontrar adequada ao mercado de trabalho, isto nessa altura" (E4)

"Não me ajudou a encontrar trabalho. Está mau para os empregos. E eu também não posso trabalhar por este problema e não há trabalho, não há dinheiro. Mas acho bem porque os mais novos do que eu podem

aproveitar. Temos de fazer trabalhos. (...) Alguns sim, são bons cursos para quem possa trabalhar e está bom da cabeça para aprender. “ (E2)

2.1.4 Visão das formandas sobre si próprias.

Como vimos no ponto anterior, as mulheres entrevistadas têm uma opinião muito firme quanto à avaliação geral que fazem sobre as acções de educação/formação de adultos existentes nos estabelecimentos prisionais onde cumpriram a sua pena. No que diz respeito à visão sobre si próprias enquanto formandas, nomeadamente sobre as motivações que as levaram a frequentar as acções de educação/formação que frequentaram e às das suas colegas, nota-se alguma variedade de opiniões..

Enquanto que três entrevistadas indicam que frequentaram as acções, somente, pelo gosto pela aquisição de conhecimentos e de competências, tirando assim proveito de tudo quanto o estabelecimento tinha para oferecer-lhes, a entrevistada 2 reconhece que frequentou as acções de educação formação para a obtenção de regalias (financeiras, privilégios vários, mais tempo fora da cela...)

“Em menor número estariam os que tal como eu acharam que era, e nunca descorando também todas estas possibilidades, uma forma de fazer algo por nós próprios provando a nós mesmos que somos capazes e que tudo um dia seria uma mais-valia na nossa vida pessoal e profissional (...) Para a minha vida, assim como acontece com qualquer pessoa, a formação é sempre algo que nunca é demais e apesar de não estar a trabalhar na área sei que tudo quanto aprendi me tem sido e vai ser sempre muito útil.”(E4)

“Há quem vá, que foi o que eu fiz, já que aqui estou vou aproveitar. Foi o que eu fiz, aproveitei tudo aquilo que o EP tinha para me dar. Tudo o que eles tinham para me dar eu aproveitei” (E1)

“Todos os que eu pude. Já que estava ali tinha de tirar proveito de qualquer maneira. Não ia estar ali parada. Fiz um curso de informática de 9 meses. Fui logo das primeiras. Fiz curso de trabalhos manuais, de bordados, arraiolos, bainhas abertas.” (E3)

“Embora quando saí tivesse mudado de curso considero uma mais-valia este meu percurso, não só como meio de reinserção, como e acima de tudo me possibilitar realizar o sonho da minha vida e fazer aquilo que sempre gostei de fazer: estudar. O EP foi sem dúvida o trampolim para atingir tudo o que consegui, a nível escolar.” (E4)

“Tirei um curso de jardinagem e de arraiolos mas continuo com a 4ª classe (...) Era bom, tínhamos um grupo e assim passava-se melhor o tempo (...) Mas quase toda a gente quer porque mesmo que não se vá para não se fazer nada sempre se sai da cela e passa melhor o tempo e ganhava-se algum. Um tanto para nós para comprar qualquer coisa e outro para o estabelecimento. Dá jeito porque havia um bar muito grande onde há tudo. Temos é de fazer a requisição.” (E2)

Embora havendo diferentes opiniões e visões sobre as motivações que levam à frequência de acções de educação/formação, nenhuma mulher entrevistada referiu sentir falta de vontade em ter uma vida melhor e todas encaram as acções como algo de vantajoso para si, nem que fosse no imediato, no seu dia-a-dia dentro da prisão.

2.1.5 Avaliação do impacto das acções de educação/formação na vida pós-reclusão

Mais uma vez as opiniões divergem quanto a esta questão do impacto das acções de educação/formação na vida destas mulheres pós-reclusão. Se para a entrevistada 2 este impacto é positivo, para a entrevistada 1 não se verificou qualquer mudança na sua vida após a saída do estabelecimento prisional, pelo facto de ter frequentado as acções, pelo menos nos primeiros tempos de liberdade.

“Agora mesmo estou a fazer um quadro a ponto cruz para oferecer à instituição, muito bonito. Tudo depende da pessoa. Uma pessoa portuguesa por exemplo, porque eu não posso arranjar trabalho porque neste momento estou ilegal no país, com o que aprende lá dentro pode sempre arrumar trabalho ou ganhar dinheiro fazendo alguma coisa. Conheço casos de colegas minhas que lhes foi muito útil continuaram a estudar, estão a exercer cá fora de acordo com o que estudaram lá dentro. Por exemplo uma está a trabalhar numa escola porque lá dentro trabalhou numa creche e teve formação adequada. Eu por exemplo, se estivesse noutra situação, podia aproveitar o que sei de lavandaria e ter a minha. Lá dentro eu fiquei mais tarde responsável pela lavandaria, fui eu que abri a nova lavandaria. Foram técnicos para todas as máquinas porque eram digitais, a de costura,

a de lavar e secar... eu tive de aprender e num quarto de hora eu aprendi tudo. Eles até deram os parabéns ao director da cadeia. Quem passou a mandar na lavanderia fui eu eu é que sabia ligar e funcionar com as máquinas.” (E3)

“Pouca. Ao fim de 8 anos é começar do zero, é voltar a nascer (...) É assim, na nossa situação, eu tenho todas as bases, tenho tudo, para pedir um apoio ao Estado que eles financiam mas se eu chegar e dizer que estive detida e o sr ministro de Lisboa disse-me que sim... eu não acredito (...) e eu mesmo do que aprendi do empreendedorismo a gerir os materiais a tirar daqui para ali, porque a empresa não é minha mas sou eu que dou a cara, aproveito esses conhecimentos nesta fase onde estou a começar outra vez. Porque eu volta e meia começo do zero da mesma firma, mas pronto neste momento o que aprendi dá. Mas no momento da saída? Não. Aliás quase nada do que se lá aprende dá cá fora. No início não (...) A gente chega. Quem nos conhece não nos dá trabalho. A gente vem com uma mentalidade lá de dentro daquele corredor e só daquele corredor. Perdemos a noção do mundo cá de fora. O chegar e dizer trouxe isto tudo, vou começar amanhã. Não isso não. Com o tempo dá para aplicar mas só com tempo.” (E1)

Depois de analisada a informação para as categorias da MAC1, passamos a fazer o mesmo exercício interpretativo, mas desta vez para a MAC2 que tinha a ver com as percepções das mulheres ex-reclusas quanto à sua experiência de reclusão.

2.2 Matriz da Análise de Conteúdo (MAC2) das Entrevistas às mulheres ex-reclusas quanto à sua percepção sobre a experiência de reclusão

Tal como foi feito anteriormente na análise da MAC1, também aqui na análise e interpretação da MAC2, iremos respeitar a ordem das categorias da mesma.

2.2.1 Percepções gerais das mulheres entrevistadas sobre a experiência da reclusão.

No decorrer das entrevistas, encontramos, no discurso de algumas participantes, percepções positivas sobre a reclusão. Este foi, para algumas destas mulheres entrevistadas, um período de oportunidades e de mudanças positivas.

“Provavelmente a minha vida seria igual à que tinha e que me levou precisamente a essa situação, não sei...ninguém pode prever isso...mas não

havia grandes expectativas... embora pensasse e quisesse todos os dias mudar... Eu costumo dizer: se há males que vêm por bem, este foi um deles. Uma lição de vida. (...) De certa forma, para mim foi a oportunidade para mudar de vida. Sempre consciente de que não estava bem no entanto não mudava...este foi o impulso que necessitava para atingir o meu querer. As oportunidades, no meu caso vejo-as mais neste âmbito: a possibilidade de mudar de vida. Foi um período de reflexão e de que precisava para ser aquilo que sou hoje e que, conscientemente, sempre fui. Foi a oportunidade de me colocar novamente no caminho de onde nunca devia ter saído” (E4)

“Para mim a entrada no estabelecimento foi uma ajuda para me livrar dele¹⁸ e da droga.”(E1)

Há inclusive coisas boas a destacar na vida da reclusão, que ficaram patentes no discurso das entrevistadas.

“(...) a lição de vida, todas as experiências vividas que jamais, em contexto algum, se vivem a não ser passando por elas, as aprendizagens a todos os níveis: o espírito de sobrevivência, os diferentes contextos em que cada um esteve e estava inserido, as diversas culturas, o mundo à parte que ali existe...as boas pessoas que ali conheci e que ainda hoje contribuem de alguma forma para um pouquinho da minha felicidade...” (E4)

“O melhor de tudo foi a coragem de ter deixado a droga. Que eu fiz por mim própria não o estabelecimento por mim. Houve coisas boas, não é? Foram muitos anos.” (E1)

“O melhor foi dar-me tempo para pensar no que eu fiz. Porque há muita maneira de nos separarmos de uma pessoa sem fazer o que eu fiz. E se o arrependimento matasse eu já estava morta. Foi mesmo o ter tempo para pensar e reflectir. Que podia ainda ter sido mais atenciosa com os meus filhos, apesar de sempre ter tentado ser. Que quando criança podia ter sido diferente com a minha mãe. Aprende-se muito. Aprendi a calar quando era preciso. A ser humilde, eu não era humilde. Às vezes olho para algumas pessoas pouco humildes e penso: precisavam de um dia lá dentro” (E3)

Apesar destas percepções positivas, por parte de algumas participantes, existem também nas suas narrativas percepções negativas sobre a reclusão. Este período das suas vidas é sentido como um período de estagnação e de retrocesso na vida, dedução que é possível fazer-se a partir de todas as entrevistas.

“De estagnação ou mesmo de atraso? Sempre. Isto porque deixei de viver um dos melhores bens que possuímos: a liberdade!! Logo aí há

¹⁸ Leia-se: marido

estagnação, vivi 3 anos de paragem no tempo com a minha família, com a minha filha essencialmente com a sociedade com tudo que temos cá fora e por vezes não damos valor” (E4)

“A bem dizer não há nada de bom na prisão (...) Tinha sido melhor a minha vida. Não estava afastada dos meus filhos. A ausência era de mais. Nunca tinham dinheiro para me visitarem (...) A minha vida parou. Nunca mais se volta atrás. Estar presa é parar.” (E2)

“Seria boa a minha vida se não tivesse ido presa. Não teria razão de queixa. Eu trabalhava como auxiliar de acção médica no Hospital (...). Tinha a minha família, vim para Portugal com o meu companheiro e os meus dois filhos, que eu conheci no Brasil e que era português. Podia ter continuado a trabalhar de certeza que estava lá a trabalhar. Eu sou uma pessoa muito perfeccionista. O meu último salário eu recebi já lá dentro. (...)A minha vida parou. Eu estava de mãos e pés atados, não podia fazer o que queria. Lá dentro não somos donos da própria vida. (...) A verdade é que nós temos que ser o que eles querem e não o que nós somos ou queremos.” (E3)

“Se não tivesse ido presa ainda manteria o meu emprego na (...) Era socorrista. Tenho muita, muita, pena do que perdi” (E1)

Para além destas percepções gerais negativas das mulheres entrevistadas, há ainda coisas más a destacar na vida de reclusão, sendo que todas elas quiseram dar conta de particularidades que as marcaram.

“O pior: a falta de liberdade. O fecho das celas, a convivência inevitável com pessoas que se pudéssemos evitar jamais escolheríamos para viver e conviver, a falta de pequenas coisas proibidas neste regime.” (E4)

“Má, muito má. Muita revolta, muito tudo, desde celas disciplinares a tudo. Eu andei ali um ano e meio, ui... muito mal. Também sei que não tenho um feitio fácil mas para mim na altura toda a gente tinha culpa menos eu. Todos os outros eram culpados. (...) O pior foi o estar fechada o estar presa, a privação da liberdade. E os meus amigos sabiam onde eu estava se não foram lá é porque não eram meus amigos. ” (E1)

“O pior de tudo é aquelas raparigas que aparecem lá, toxicodependentes, a vomitarem por todo o lado, ao pé de nós, só pele e osso. E a droga. Há muita droga lá dentro. Eu nunca fumei nada mas via não é? Sempre a fumarem nas casas de banho, com uma prata sabe como é? Quando as guardas as caçam vão para a cela disciplinar e a droga é muita não sei como entra mas é muita. E depois ficam com uma moca. Ai Jesus. E os garotos vêm sabe, nem sempre se consegue esconder. Agora já

há umas salas e eles agora também vão para a creche mas quando eu lá tive os meus, não havia.” (E2)

“Por tudo e por nada poderíamos ir de castigo. Não quer dizer que fosse comigo ou sempre mas bastava a guarda também ir chateada e com os seus problemas e descarregar em nós. E para umas nós podemos ser umas maravilhas de reclusas e para outras não. Não agradamos a 100%.” (E3)

“Em (...) eu não tinha nada. Não havia condições nenhuma. Olhe que eu chegava a meter garrafas de água quente que enchia por lá para meter nos pés que tinha os pés geladinhos na cama. Não havia condições nenhuma. Nem para nós nem para os homens (...) Os meninos dormiam comigo na cama. Agora as celas já são muito boas nestes últimos que eu estive já têm casa de banho dentro do quarto mas ao início não, fazíamos num balde. Ui eu já passei muito, só Deus sabe.” (E2)

“ (...) porque é verdade que quem trabalha ou estuda tem menos tempo para brigas mas quem está ali a ouvir isto e aquilo dá chatice. Depois vai-se de castigo. E o castigo para além de estar sozinha e fechada, tenho de elevar o meu cobertor e dormir no chão. Se a pessoa fuma a guarda põe um cigarro e um esqueiro na grade e diz ora vem cá. E a pessoa não pode ir. Ora isso é tortura para quem tem o vício. A guarda para além de acatar as ordens dela, ainda gosta de massacrar.” (E3)

Relativamente ao relacionamento dentro do estabelecimento prisional tal como pode deduzir-se, as opiniões divergem. Há quem faça um balanço positivo deste relacionamento, dos seguintes discursos, em que inclusive as relações perduraram no tempo e extrapuseram-se às paredes do EP. No discurso das entrevistadas, este bom relacionamento foi, de uma maneira geral, remetido para as colegas e para as guardas-prisionais apesar da entrevistada 4 nos referir também ter bom relacionamento com os quadros técnicos, nomeadamente com a sua educadora.

“Hoje mantenho contacto com a minha educadora a quem sempre faço gosto em dar a conhecer o meu percurso, principalmente escolar, já que foi ela a impulsionadora (via e-mail), com algumas guardas (via telemóvel) e apenas com duas reclusas via facebook” (E4)

“Criei amizades com algumas. Uma saem, outras já entrarem novamente (...) com as guardas de bem, depende umas pensam, ‘eu sou a guarda, eu sou a autoridade e tu és uma presa’ mas também havia outras guardas que elas eram a nossa família e nós também já fazíamos um bocadinho parte da família delas. Todas com o seu feitio, mesmo as mais rebeldes, havia quem refilasse com os chefes, com as guardas mas com o tempo... Eu tenho uma guarda que discutíamos muito uma com a outra por causa do futebol que ela é toda benfiquista mas impunha respeito enquanto

autoridade, brincava e eu dizia-lhe que ainda ia ser minha madrinha. E ficou, ainda ontem quando lá estive, tomei café com ela.” (E1)

“As guardas, já as havia melhores e as mais regulas (...) às vezes ainda me escrevo com colegas minhas ou mandamos uma sms pelo telemóvel. Ajudaram-me quando necessitava. Davam-me a mim o trabalho a fazer e pagavam-me. Se tinham visitas davam-me uma peça de fruta que eu dava aos meus filhos. Era assim. (...) Também havia algumas guardas boas. Eu era amiga de duas. A (...) e outra. Essa até ia buscar a minha (...) e dava-lhe o peito porque eu não tinha leite e ela tinha tido um bebé há pouco tempo. Depois foram para outras cadeias. Há de tudo, boas e más. Há as que a falarmos com elas compreendem a nossa situação outras só pensam em castigar.” (E2)

“Era outra família que ajuda muito. Não se consegue ter bom ambiente com toda a gente, é impossível mas consegue-se ter um grupinho porreiro que ajuda a normalizar a nossa vida. Sim porque aquela é a nossa vida e temos de dizer pronto, estou presa.” (E1)

“Era bom o relacionamento com as guardas. São pessoas que eu nunca esqueci nem nunca vou esquecer. Elas durante muitos anos foram a minha família. Não tenho que dizer delas, nem deles apesar de não ter uma relação tão directa. Por exemplo, lá dentro não pode entrar bolo com recheio eu às vezes havia dias que me apeteciam tanto, e elas levavam para elas, no lanche delas e davam-me. Como posso esquecer estas coisas?” (E3)

“Sabe que eu estive sempre no mesmo estabelecimento e as colegas vão sendo muitas. As que cumprem pena por droga estão uns anos saiem, umas voltam a entrar, não dá para grandes relações. E eu aprendi a não criar muitas amizades porque depois eu sofria porque estavam sempre a sair e a entrar pessoas novas. Por exemplo, tive uma que esteve comigo 14 anos, tinha lá dentro o bebe que eu ajudei a criar, era eu que comprava fraldas, papa. Tive um carinho tão grande tão grande com a (...) e depois ela foi embora... acabou.” (E3)

“Todos me tentavam animar, acarinhar, puxar para a frente mas quando começo a falar neles mostro a minha tristeza. Tirando isso tento ser simpática pois a única culpada sou eu mesma. Ninguém teve culpa.” (E3)

No entanto, há também um balanço negativo do relacionamento dentro do estabelecimento prisional, principalmente com colegas.

“Mas as (...) é muito difícil. Eu não sou racista mas elas são muito más, só andam à pancada umas com as outras (...) e depois as drogadas a vomitarem tudo quando estão com ressaca nas celas, fica tudo sujo, as crianças a verem, enfim.” (E2)

”Encontrei e tive de conviver com pessoas que cá fora nunca as escolheria para tal” (E4)

2.2.2 Percepções sobre o funcionamento e as dinâmicas dos estabelecimentos prisionais

Nos estabelecimentos prisionais há a criação de rotinas, quer seja para quem trabalhe e/ou estude, como foi o caso de todas as participantes do estudo, quer para quem não tenha qualquer actividade. No discurso das entrevistadas transparece uma avaliação positiva da existência destas rotinas, pois é criado nelas próprias um 'sentimento de normalidade'. Apresentamos algumas descrições do seu 'dia-a-dia'.

“Depois de nos irem abrir a porta e nos contarem todas, íamos tomar o pequeno almoço no refeitório. Somos todas contadas de novo. Eu ia abrir o bar. Outras iam para a escola para os cursos ou quem não fazia nada para a cela. Este eram um bar para reclusos apesar dos guardas também lá irem pois era mais perto do que o deles. Depois ia para a lavandaria, deixava o trabalho orientado com uma colega minha e ia para o meu curso. Ia para o refeitório almoçava e ia abrir o bar de novo. Depois voltava para a lavandaria até às 15h.30h, depois ia até às 16h abrir o bar novamente. Voltava para a lavandaria até às 18h. tinha o dia todo ocupado para não pensar. Depois do jantar abria novamente o bar.” (E3)

“Primeiro abria-se a cela depois de acordar tínhamos a nossa higiene, descia-mos para a copa com as colegas para prepararmos o pequeno-almoço. Com as outras colegas púnhamos as chávenas, os tabuleiros e tudo. Depois de limparmos e refeitório, íamos para a escola. Às 11.30 vinha e íamos preparar o refeitório para o almoço. Até às 3h estava tudo arrumado. Recolhíamos às celas até às 17h30. Como não queria estar fechadas íamos ter com o chefe e andávamos a arrancar ervas, fazíamos tudo e mais alguma coisa, de borla, para não estarmos fechadas. Continuei a estudar mas depois deixei a copa e fui tomar conta do bar. Lá dentro cada piso tinha um bar com tabaco, café. Abria o bar de manha para as colegas. Era um bar só para reclusas só para nós mulheres. ” (E1)

“Dia-a-dia: acordar às 7.30h fazer a higiene pessoal e a cama, às 8 horas era a abertura das celas, a partir daí tomava o pequeno almoço e como trabalhava dentro do estabelecimento saía do espaço reservado às mulheres e realizava trabalhos de limpeza nos gabinetes existentes no EP (director, secretaria, IRS), almoçava e no espaço após almoço estudava, participava em todas as actividades que nos eram destinadas, ia ao recreio e

tentava estar ativa sempre que possível, o fecho era novamente às 19.30 após o jantar às 18.30h” (E4)

“Sempre a trabalhar, sempre desde que me levantava até me deitar. Nem tempo para ver televisão. Eu estive muito Tempo sem ver televisão. Até foi um padre que me arranhou uma a preto e branco. Nunca parava, sempre a trabalhar.” (E2)

As nossas mulheres entrevistadas consideram que dentro dos estabelecimentos prisionais em que estiveram há distinção entre homens e mulheres, nomeadamente no que se refere ao tratamento que é dado a ambos os sexos à liberdade que lhes é concedida. Parece haver, visões estereotipadas dentro dos estabelecimentos prisionais sobre as mulheres e os homens.

“Nós éramos as meninas dela (directora de um EP) e os homens eram os bandidos. Éramos mais protegidas por ela. Mesmo quando havia os namoricos e os homens pediam visitas, ela não autorizava aos homens. Mesmo na festa de natal os chefes faziam tipo uma redoma, nós dizíamos que era a redoma de vidro, e nós estávamos ali inseridas para que não viesse o bandido do outro lado e nos fizesse mal e nos tocasse. É claro que no que tocava a regras ela era rígida e compreendendo que tinha de ser mas nisso era. Nós eramos as meninas eles os bandidos. E claro, nós aproveitávamo-nos da situação.” (E1)

“Mas o que sei é que em termos de trabalhos os homens são mais favorecidos do que as mulheres. Mas as mulheres também se acomodam mais á situação do que eles. Acomodam-se mais. Por exemplo num EP eles tinham um maior leque de escolha do que nós. Mas em relação ao sairmos para o ar livre era igual. Nós tínhamos uma hora e eles também tinham uma hora.” (E1)

“No recreio nós estamos num cubículo. Não há um livro para ler. Com os homens é diferente. Tudo o que eles quiserem dos guardas eles têm. Se eles disserem: preciso de falar com a sra directora, eles dizem então vai lá nós não. eles têm mais liberdade dentro do EP. Nós para irmos á lavandaria e eu por exemplo há anos que trabalhava lá, uma guarda tinha de ir sempre comigo. Eles não. Mesmo nas limpezas cada um limpa a sua cela tanto nós como eles, mas outras partes específicas como a parte dos gabinetes somos nós que limpamos mas há duas mulheres específicas não pode ser qualquer uma. E aí vai uma guarda também com elas. Até as guardas são mais... não sei também têm mais medo. Os guardas não têm medo. Se alguém pede para trazer um maço de tabaco da rua elas até podem trazer mas avisam logo que se alguém perguntar é para dizer que foi dado por uma colega. Os guardas são na boa. ” (E3)

A gestão do tempo dentro do estabelecimento prisional varia muito e depende de cada reclusa. Há mulheres, como foi o caso das nossas participantes, que estudavam e que tinham rotinas saudáveis para o seu futuro.

“Trabalhava dentro do estabelecimento saía do espaço reservado às mulheres e realizava trabalhos de limpeza nos gabinetes existentes no EP (director, secretaria, irs) (...) Após a minha condenação e uma vez que teria de permanecer no EP durante 3 anos, numa conversa com a educadora referi que sempre gostei de estudar; ela sabendo que eu tinha o 12º ano propôs-me a possibilidade de ingressar no ensino superior. Não pensei duas vezes e aceitei desde logo a proposta. Como aconteceu numa fase em que estavam perto os exames de admissão para a Universidade (...) com quem o EP tinha pareceria comecei logo a estudar e após a realização dos mesmos entrei neste estabelecimento de ensino, posteriormente o EP propôs ao Instituto Politécnico e a uma escola secundária da cidade a possibilidade de eu fazer os exames de admissão e frequência do ensino superior e foi tudo aceite. (...) Tinha acesso à biblioteca na maioria do tempo, normalmente nos dois períodos do dia (manhã e tarde) depois das refeições e durante a noite na cela onde dormia com outra mulher e onde me era facultada luz durante toda a noite desde que essa senhora não se sentisse incomodada” (E4)

“Eu disse-lhe: eu quero trabalhar, quero estudar, quero ocupar o meu tempo pois estou a ficar maluca lá em cima e não tomava medicação senão ainda era pior. A directora ficou a olhar para mim mas ao outro dia ela mandou-me chamar e disse-me: “olha a partir de hoje vai estudar e vai trabalhar para a copa”. Eu disse logo que sim. (...) Só as (...) é que não querem porque também para além de venderem em feiras e droga não sabem nem querem fazer mais nada” (E1)

“Andei a trabalhar fora. Com o meu bom comportamento, puseram-me a trabalhar numas confecções em Amarante, tirava o passe ia de manhã, tinha a menina comigo ia levá-la ao infantário, ao fim do dia ia buscá-la e voltava para o estabelecimento. Estive assim sem precárias nem nada durante 8 ou 9 anos. (...) Sempre a trabalhar, sempre desde que me levantava até me deitar.” (E2)

Desta gestão do tempo dentro do estabelecimento prisional, principalmente do factor trabalho, advém a existência de formas lícitas de obtenção de dinheiro. Porém, haverá também formas ilícitas de obtenção de dinheiro, como veremos mais à frente quando forem referidas as questões da medicação e como esta se constitui como um negócio ilícito dentro dos estabelecimentos prisionais.

“Na altura havia lá um salão. Eu fiz a proposta ao director, de abrir o salão para pôr em prática os conhecimentos do curso. Podiam ir os

reclusos, os guardas, os administrativos. Porque na altura eu estava no curso de empreendedorismo e o meu objectivo era formar-me com uma pequena empresa então perguntei se eu poderia pôr em prática lá no salão. Ser o salão meu, eu explorar, eu gerir o salão, ser eu a comprar tintas, encomendar as tintas, e ter o meu ordenado. E isso foi possível. Ganhei o meu dinheiro, trabalhei, ajudou a passar o tempo” (E1)

“Ganhei dinheiro e a carta do meu garoto quando fez 18 anos fui eu que paguei. Eu até mandava dinheiro para os meus filhos de lá de dentro todos os meses (...) Eu fazia bordados e bainhas abertas para pessoas de fora. Todos os anos lá no estabelecimento havia uns dias abertos e havia exposições dos nossos trabalhos. No início não era eu que ia eram outras colegas depois eu comecei a ir apresentar os nossos trabalhos. Aí, havia pessoas que viam, gostavam e podiam encomendar ou então iam mesmo lá, ao estabelecimento falar com a pessoa, com a educadora responsável e nós fazíamos. Bordados, bainhas abertas, arraiolos (...) Nós é que fazíamos o preço depois era metade para nós de imediato e a outra metade para o EP. Esse dinheiro era dividido em dois, um para a conta corrente que nós podíamos mexer e gastar outro para a conta reserva que ficava lá só para quando precisássemos, para oculista, dentista, coisas que não fossem urgentes.” (E3)

”Todos os serviços mesmo de faxina, copa eram remunerados só o de arrancar ervas é que não porque era para não estarmos fechados o resto era e isso permitia ter também dinheiro para uns mimos para o (...) Metade ficava disponível outra metade fica na reserva. Uma vez por mês podíamos levantar 20 euros. O restante, guardavam para as precárias e para quando viéssemos embora.” (E1)

“Mas trabalhei muito muito para sobreviver. (...) Tive de trabalhar muito as minhas colegas que não queriam lavar ou passar as suas roupas davam-mas mesmo os lençóis e assim e eu lava, passava e pagavam-me. Fazia a faxina das celas e assim (...) no meu tempo era tudinho, agora por último onde estive já tinham umas máquinas que pomos uma moeda mas antes não. Tudo à mão. A minha e dos meus filhos dos que estavam comigo. Havia um tanque. Eu lavava a minha e a das outras. Na altura pagavam-me 500 escudos por mês. (...) algum, elas não sabiam senão tinha de o depositar. Mas quando trabalhava para as guardas, quando lhes lavava os carros, as limpezas, pronto já tinham confiança em mim, esse tinha de o declarar. O dinheiro já ia para cima e uma parte ficava para quando saíssemos, outra podíamos levantar. Já nem sei bem quanto era mas acho que eram 2 contos por mês. Só uma parte ficava disponível mas se precisássemos tínhamos de fazer um requerimento á Directora, que era uma jóia de pessoa.” (E2)

“Puseram-me logo com tarefas. Uma semana limpar as casas de banho, outra o corredor, outra o refeitório, as janelas era assim, e fazia as minhas coisas e os trabalhos das outras para me pagarem. E fazia as tarefas das outras e assim ganhava por elas e passava o tempo. Assim nem dava conta do tempo passar. Senão ficava doida. (...) Era bom, passava o

tempo quando dava conta era noite e tinha dinheiro para comprar iogurtes, as fraldas um bolito às vezes, isto lá dentro no nosso bar. (...) Eu ia ao sr do bar, até já faleceu, e pedia-lhe se quisesse alguma coisa que ali não houvesse, que me trouxesse quando fosse às compras e ele trazia. Mas a senhora directora tinha de dar autorização. Mas ela dava sempre, como era para as crianças. Mas tanto me dava a mim como dava às outras.” (E2)

“Eu quando entrei só fiquei 15 dias sem fazer nada. Comecei logo a fazer arraiolos nas horas vagas que era na cela e fui logo trabalhar para a lavandaria. Na lavandaria também fazia costura. Eles quando vêem que nós sabemos fazer alguma perguntam-nos se queremos trabalhar nisso. No meu caso foi a costura inicialmente. E para nós é melhor em vez de estarmos sem fazer nada e seja qual for o trabalho é sempre pago. Eu ganhava 60€ por mês. 30 para a reserva 30 para o disponível. E depois também trabalhava na cozinha. Conheci o (...), que morreu lá dentro. Depois conheci o (...) que trabalhava na cozinha e ia muitas vezes à lavandaria. As guardas fechavam os olhos porque eu também fazia muitas coisas para elas.” (E3)

2.2.3 As crianças (filhas das reclusas) e a vida prisional

Este ponto da investigação foi para nós marcante e muito revelante, pois tinha a ver com as percepções sobre o modo de tratamento das crianças que residiam com as mães no estabelecimento prisional. A opinião das participantes é a de que as crianças são sempre bem tratadas dentro do estabelecimento prisional e têm uma vida com a qualidade possível. Há também o testemunho de envolvimento pessoal e sentimental dessas mulheres, com algumas dessas crianças mesmo não sendo as suas.

“(...)têm creche têm tudo e podem ficar até aos 3 anos e meio. Se a família exterior tiver condições pode ir busca-los se não vão para colégios. Quem entrar com a criança, a criança dá para lá estar. É assim, concordo e não concordo. Não é fácil para uma criança estar ali dentro. Nem sei (...) Muita discussão tive com os chefes por causa dele. Era eu que lhe dava as refeições ele não queria a mãe mas os chefes achavam que era a mãe que tinha de tomar conta (...) Eu sempre gostei de crianças e dei muito ao (...) do que não pude dar aos meus filhos. Mesmo a compra dos chocapic´s no bar. Eu via o meu filho no (...) e gostava de o ver hoje. Já fui à procura dele mas nada.” (E1)

“Elas tinham a cela delas com a caminha do bebé ao lado. Lá nisso em (...) podia não haver para nós mas para as crianças... a frutinha passada e a directora todos os dias ia provar a comida das crianças. Nós até podíamos morrer não era grave mas para as crianças, tudo. Mesmo vinham educadoras de fora a trabalhar para lá. Tinham os seus brinquedos,

o pátio de brincar. Embora dentro do mau, as crianças eram muito bem tratadas. Para elas aquele era o mundo delas apesar de já saberem o que era uma precária. Eles diziam 'xau, vou de precária'" (E1)

"Mas é muito mau criar os filhos dentro do estabelecimento. No meu tempo não havia muitas fraldas, querermos comprar fraldas e não podermos... agora não sei se dão. Em (...) já davam e têm creche mas noutras em que estive não davam. (...) Os meninos dormiam comigo na cama. Agora as celas já são muito boas nestes últimos que eu estive já têm casa de banho dentro do quarto mas ao início não, fazíamos num balde. Tive de trabalhar muito para dar alguma coisita aos meus filhos. As minhas colegas que não queriam lavar ou passar as suas roupas davam-mas mesmo os lençóis e assim e eu lavava, passava e pagavam-me. Fazia a faxina das celas e assim." (E2)

"O cuidado com as mães é importante. Havia de haver uma cadeia só para as mães. Para as que têm os filhos com elas porque essas sofrem muito. As crianças podem ficar com elas até aos 4 anos lá dentro e depois se têm família cá fora mandam para fora, se não vão para instituições. E quando a criança precisa da mãe é quando levam ela. Eu via o sofrimento delas todos os dias. Eu podia sofrer por não ter os meus mas sabia que estavam com a família, amados, protegidos. Mas muitos dos delas não. E eu via o tanto que elas choravam, que elas sofriam. " (E3)

Para além `dos filhos das outras´ existiam também os próprios filhos. E, apesar de nos testemunhos destas mulheres estar presente a preocupação delas em minimizar os impactos negativos da reclusão na vida das suas crianças, o certo é que é assim que o consideram: negativo.

"Ui, hoje está casada tem duas meninas mas nem quer que lhe fale nisso. Ninguém lhe pode falar nisso. Muito revoltada. Ela quando via um carro até saltava com o medo, tinha medo de tudo. Andava sempre comigo mesmo quando ia ao tribunal da Boa Hora ia atrás comigo, enjoava muito, tinha sempre de a levar. Tinha muitos pesadelos, muito medo. Correu tudo comigo. Ela entrou comigo com 2 meses e meio de lá aos 3 anos e meio foi para uma instituição e depois vinha à noite para ao pé de mim. Mas depois acabou por ficar sempre na instituição porque eu cai e não a podia ter comigo. Se fosse agora não. (...) Tinha mais dois filhos do meu primeiro casamento. Ao todo tinha 7 filhos mas morreu-me um. Tive também um menino lá dentro que aconteceu quando fui de precária. Uns a mãe dele ficou-me com eles. Outros com uma tia. Mas graças a Deus estão todos bem. Uma está na Suíça veio cá casar-se agora até tem uma menina e chama pais aos avós porque foram eles que a criaram. Eu não fui ao casamento. Tenho pena mas não queria ir mal apresentada. (...) Outra está no Porto a estudar para Veterinária." (E2)

“Não posso dizer que sofri por me tratarem mal, o meu sofrimento maior foi ter ficado sem os meus filhos. Toda a mãe é mãe coruja cada uma à sua maneira, não sou melhor que nenhuma mas aquela sensação de não os poder ver. Até hoje. Eu já saí há 2 anos e ainda não os vi. Até hoje, eu falo com eles por vídeo chamada e tudo mas só consigo sonhar com eles da maneira que os deixei a imagem que aparecem é com eles como eram” (E3)

“A garota não entendia porque é que não podia estar com a mãe. Na altura tinha 9 anos, o meu garoto tinha 13 anos e é uma idade muito complicada. A garota tinha alturas que ficava mais revoltada mesmo ao telefone ela mostrava essa revolta. O garoto não, dizia que apesar de tudo eu era a mãe dele. Por ironia do destino ele é polícia. Eu digo-lhe você polícia e a sua mãe a bandida. Mas a garota agora para eu me ir embora é ela que vai pagar a passagem. “ (E3)

“Como mãe considero que nem sempre estive presente, fisicamente, na vida da minha filha devido às circunstâncias de um percurso de vida que me impossibilitou de o fazer, considero no entanto que estive sempre presente e que a acompanhei da melhor forma que me foi possível, sempre me considereei uma boa mãe, e embora ausente nalguns momentos estive sempre presente em todos com muito amor. Apesar de todas as dificuldades mantive e mantenho um bom relacionamento com a minha filha com quem vivo atualmente e tenho consciência que ela sente um grande orgulho na mãe que tem.” (E4)

“Perdi o contacto por completo com a minha filha. Pelo meu filho só por telefone. Dei muito ao (...) do que não pude dar aos meus filhos, a compra de “Chocapic” no bar (...) O (...) tinha 7 anos, ficou com a minha mãe e a minha mãe disse-lhe que eu estava no hospital, que estava doente. Depois com os anos ele soube a verdade. Eu saio e ele é um homem. Encontrei um adolescente rebelde. A (...), deixei-a com três aninhos. Disse-lhe eu venho já e nunca mais vim. Com a outra avó que a afastou completamente, que incutiu nela tudo de mau, que eu a maltratei, que a abandonei... sei lá o que ela lhe disse. Quando saí, saí com o intuito de ir a (...) buscar a minha filha. Contactei-os, acharam que não, que era melhor não. Eu só dizia que queria a minha filha, que era minha. Optei por esperar pelo fim da minha pena, e pela minha liberdade pois se acontecesse alguma coisa má não tinha que cumprir o resto da pena. Pronto e assim foi, a (...) foi ficando adiada. Até porque eu tinha medo de chegar lá e que chamassem a polícia e eu era sempre uma ex-reclusa não é? Enfim tive sempre muito receio de lá ir. Mas Deus Nosso Senhor deu-me uma ajudinha e a (...) foi para um colégio e ao fim de 10 anos foi possível. 10 anos de ausência é muito tempo (...) e pronto aos poucos vai-se. Ela agora já vem nas férias. Aos poucos estou a reconstruir a minha família só me falta ela mesma. Quando terminar a escola já vem.” (E1)

2.2.4 Reinserção das ex-reclusas

O processo de (re)inserção social é difícil após a obtenção a liberdade. O peso negativo da reclusão sobre as ex-reclusas é representado no estigma que estas sentem, assim como a falta de 'contacto com o exterior' limita e dificulta este processo.

“A pessoa cumpre a pena lá dentro e para o resto da vida cá fora. Nunca mais nos livramos desse castigo. Ficamos sempre com um rótulo. Tive pessoas que realmente me ajudaram, que sabem mas outras nunca souberam e vão continuar sem saber (...) Mal, é diferente, é o estranho, é olhar para tudo e não conhecer nada (...) e metade das pessoas por onde eu passei já cá fora, se soubesse onde eu tinha estado não me aceitavam.”
(E1)

*“É o encontrar trabalho, é o ter de esconder sistematicamente e permanentemente o meu passado todo porque nem conseguiria chegar aqui. Diariamente faço o exercício de me esconder. Raramente falo da minha vida já não correr o risco de entrar em contradição. Às vezes até me consigo baralhar a mim própria. É como se tivesse tido duas vias, a de lá e a de cá. Ainda agora quando foi a entrevista para a vaga de supervisão da firma de limpeza onde eu estava e eu concorri e mandei o meu curriculum, com os cursos, com tudo e com tudo o que fiz até hoje. O director a olhar para mim e perguntou-me: casada? E eu lembrei-me: casada, filhos, filhos, presa e virei-me para ele e disse: esteja descansado que o meu marido é uma joinha esteja descansado não se preocupe com ele. Mas pronto tentei contornar a situação para não se chegar à família porque é assim nós falamos hoje com o chefe, falamos daqui a um ano, já não me recordo de tudo mas ele pode lembrar-se não é? Quando é assim, evito falar é uma pedra que está ali. O que digo é casei-me fui viver para (...) não correu bem o meu casamento como o de tanta gente não corre e pronto separei-me e vim refazer a minha vida. “***(E1)**

“Mas ainda estou à espera de autorização do SEF para ir embora porque ainda estou com as apresentações. Continuo presa... não tenho documentação porque como estava presa os documentos caducaram. É que o EP trata de todos os documentos, de toda a documentação mas para Portugueses, para estrangeiros não. E parecendo que não, há discriminação. Eu nunca me envolvi em chatices porque fechava os olhos e os ouvidos. Porque por ser brasileira ouvia bocas como se fosse uma qualquer. Seja bocas dos guardas, seja dos colegas. Os portugueses tinham direito ou prioridades nalgumas coisas e os brasileiros ficavam de lado. Isso me magoava muito. Mesmo quando começaram a aparecer mais mulheres brasileiras a fazer determinados serviços, eu não tinha nada a ver com elas mas também levava bocas. Ora por favor... depois queriam que eu pagasse 1300€ de multa por não ter renovado documentos. Como queriam que eu tivesse renovado se eu estava lá dentro?”
(E3)

“Falta abertura do estabelecimento e da sociedade. Saímos e não temos nada disso da reinserção social é zero. Eu lembro-me que sai e vim aqui à minha primeira entrevista na apresentação e ela vai lá em baixo á

segurança social (...) Estamos sozinhos, por própria conta e risco. Porque eu disse na Segurança Social eu não estou a pedir ajuda para o resto da vida, é para agora, para começar. Eu estive ausente 8 anos e 8 anos não são 8 dias. Vou aqui vou ali mas isso onde é? Tudo mudou de sítio na cidade. O que era qui agora é do outro lado. Esses pequenos passos que para nós são muito grandes. É fácil para quem está mas eu cheguei. É preciso alguém que nos empurre que nos dê alguns meios e depois diga agora já tens segue a tua vidinha. Para além de que não há quem tenha assim tanta força de vontade, que ao primeiro obstáculo, ao fecho de portas desanime e faz o que sabe, vai ao parque e compra um pacote se for consumidor. Se for traficante vai compra 5gr e vai vender. É este o caminho e são estas as opções ou se quer muito, se tem capacidade, força de vontade e se encontra apoio ou são estes os caminhos. Por muito que o EP com tanta pedra no caminho (...)E realmente tive, tive quem me oferecesse, tive os pacotes à minha frente mas não quis. (...) Pode realmente o estabelecimento ser o melhor, o processo de integração ser o melhor mas temos de ser nós a escolher e a dizer o que queremos e o que não queremos. Mas é complicado querermos e não termos quem nos ajude.(...) Aliás eu cheguei aqui ao Instituto de Reinserção Social e perguntei à dra (...) mas afinal o que é isto de reinserção social se eu quero um empurrão, quero um trabalho, quero uma ajuda e ninguém me dá? Porque eu queria era começar a andar queria refazer a minha vida. Queria alguém que me dissesse: olha ao fim de 8 anos é por ali que tu podes ir. É verdade que às vezes chegar e falar ajudava muito mas não chega mas enfim hoje foi a minha última apresentação” (E1)

Como se pode constatar por estes discursos, não basta querer, é necessário uma ajuda, uma `mão invisível´ que oriente e abra portas.

A vivência de diversas mudanças ao nível dos laços sociais poderá ter impacto neste processo de reinserção destas mulheres, na medida em que a maior parte das relações de amizade existentes antes da entrada para a prisão se perderam. No entanto, também há o recuperar de laços sociais e familiares antes quebrados.

“Alguns eu estava a contar que desaparecessem. Aliás estava a contar e não estava. Alguns mantiveram-se, uma amiga foi lá ver-me esteve 10 minutos e foi-se embora disse que não conseguia.” (E1)

“Não quiseram saber mais de mim. Nunca ligaram nunca me visitaram” (E3)

“Há sempre quem se afaste. Outros que eu própria tinha afastado pela vida que levava, recuperei-os até porque entendo que eu teria sido a causadora de várias situações que levaram a esse afastamento.” (E4)

Outro domínio da vida destas entrevistadas em que se manifestaram mudanças foi o relacionamento familiar. Este é um suporte importante aquando da saída da tentativa de reinserção social. Existe, por um lado, um sentimento de culpa nos discursos destas mulheres entrevistadas, por fazerem sofrer a família, e, por outro lado um sentimento de gratidão pelo apoio e acompanhamento manifestados ao longo dos anos de reclusão, quer às próprias, quer aos seus filhos.

“Fiz tudo o que era possível. Telefonava diariamente e tinha visitas semanais. Era casada, mantive o casamento até um ano após a minha saída” (E4)

“Não tive visitas, de ninguém os anos todos que estive presa não tive visitas. No natal, a maioria deles recebia alguma coisa e sempre visitas. Eu não. Até eu ser condenada, os meus amigos iam visitar-me depois não. Eu apanhei 20 anos, na altura pena máxima. Eu telefonava, não atendiam, deixaram de ir. A minha família estava toda no Brasil. Eu ligava para lá todos os sábados. O meu irmão veio cá buscar os meus filhos e depositou-me dinheiro numa conta, conta essa que também sumiu e nunca mais vi. Também por isso é que eu tinha de trabalhar, precisava de dinheiro para mandar para eles, para lhes telefonar. Eles também me escreviam e o meu irmão perguntava-me se precisava de dinheiro mas eu dizia sempre que não. Muito já estavam eles a fazer por mim, ao cuidarem dos meus filhos. Os meus filhos se formaram, andaram nas actividades foram judocas não graças a mim mas sim ao meu irmão. Além de gastarem dinheiro com os meus filhos não podia exigir que ainda me dessem dinheiro a mim. Mas foi preferível do que os ter numa instituição. Na altura preferi saber que não os voltava a ver tão breve. Agora que estou aqui sei que as instituições não são assim más, mas na altura... Não me arrependo. Lá estavam no seio da família, com carinho. O meu irmão trata os meus filhos por filhos. Eu não posso levar a mal. Só agradecer. Hoje os meus filhos já estão casados eu já tenho um neto, o (...), a coisa mais linda, tem dois anos.” (E3)

“Perdi o contacto por completo com a minha filha. Pelo meu filho só por telefone. E estive sempre só. Nunca tive visitas. A minha mãe nunca me foi ver. Na altura não compreendi, não aceitei não quis. Porque era a minha mãe á partida tinha que me ir ver. Mas agora se calhar até hoje dou uma certa razão porque se na altura eu tivesse tudo lá dentro, visitas, o colo da mãe se calhar eu não tinha aprendido. (...) Eu falava todas as semanas por telefone com a minha mãe. Só não me ia visitar. Se precisasse de alguma coisa mandava-me. Ajudou-me e tudo mas visitar não ía.” (E1)

“A família cá fora a sofrer por nós, nós a sofrermos por eles. Não compensa o crime. Muitas vezes a passarem fome para levarem comida para quem está dentro da cadeia. Não compensa. (...) quando saí foi uma alegria (...) Uns a mãe dele ficou-me com eles. Outros com uma tia. Mas graças a Deus estão todos bem.” (E2)

“Muito fez a minha mãe em dar-me um prato de comida senão ia para de baixo da ponte. Porque de reinserção social, zero, zerinho. Estamos sozinhos, por própria conta e risco (...) foram os meus pais que me criaram o meu filho. Não podia exigir mais” (E1)

Em relação ao relacionamento conjugal, se houve casos em que este se manteve durante o período de reclusão destas mulheres um dos casos (E2) porque o marido estava no mesmo estabelecimento prisional, outros houve que se desfizeram. Este desfecho não representou, para estas mulheres, uma situação dramática e alheia à sua vontade, como poderemos ver nos seguintes testemunhos.

“Acabei por o abandonar porque quando saía lá vinha outra vez ter comigo e lá íamos para a vida do crime. Ui! (...) Agora estou com um senhor muito meu amigo. Vê eu tenho este problema na bacia e no braço por um acidente que o outro me provocou. Eu não o quero mais (...) eu fui para uma cadeia ele foi para outra. (...) Telefonávamo-nos uma vez por semana e quando estávamos na mesma prisão as guardas levavam-me para o visitar. Era, elas levavam-nos para visitarmos os maridos ou os companheiros. Agora não o quero ver mais, ele nem sabe onde estou porque a vida do crime não compensa. Ai Jesus só de pensar no que a gente passa lá dentro e fica afetada da cabeça, não compensa. E ele depois saiu uma vez primeiro do que eu e não me foi ver. Nem uma vez e eu aí é então também já não te ligo mais. “ (E2)

“Era casada. E ao entrar para a cadeia essa situação desfez-se. Ele entrou comigo, saiu, tornou a entrar e agora já lá está outra vez e deixe-o lá estar sossegadito. Eu até me esqueço que ele é pai. Foi tanta coisa má, tanta estupidez e coisas más que eu fiz por um traste. Que enfim quem eu era e quem fui. Tudo de mau, aprendi com ele desde maus tratos, etc. então eu não levei pancada dos meus pais e agora levo dele. (...) Para mim a entrada no estabelecimento foi uma ajuda para me livrar dele.” (E1)

“Aprendi que há muitas formas para acabar com um casamento. Não tinha que ser a que me levou a ser presa” (E3)

“Mantive o casamento após um ano da minha saída” (E4)

2.2.5 Sugestões para a melhoria da gestão dos estabelecimentos prisionais

São várias as sugestões de quem viveu na primeira pessoa a reclusão, no que diz respeito à melhoria da gestão dos estabelecimentos prisionais. Estas sugestões vão desde as questões dos cuidados de saúde, nomeadamente, na gestão dos medicamentos, à preparação atempada da saída/reinserção socioprofissional passando pela criação de

oportunidades a nível de educação/formação e de ligações com o mercado de trabalho exterior ao estabelecimento. Em relação ao primeiro aspecto mencionado, as mulheres entrevistadas consideram que deveria evitar-se a toma de medicação.

“As mulheres acomodam-se à situação, refugiam-se na medicação. (...) Nós vamos ao médico e pronto, se dizer ao médico que não durmo. E o que não durmo o que é? Se eu estiver fechada sem fazer nada, tiro um soninho à tarde ora se tiro um soninho só consigo dormir lá para as 10, 11 ou às 3h, 4h pronto começam os sonos trocados. Digo ao médico que não durmo lá me dá um calmantezito. Atrás desse calmantezito vem outro que esse já não faz grande efeito depois há as tentativas de suicídio, há isso tudo e passam para a psiquiatria. Passando para a psiquiatria já se sabe. Depois há uma ou outra que não toma a medicação que às vezes vem uma do lado “não há aí nada para dormir?” e pronto faz negócio”(E1)

“Cortava muita medicação. E aí seria muito radical. Cortava.” (E1)

“A gente fica afetada da cabeça, toma muitos medicamentos e não é só um ano. São muitos. Nunca mais fiquei bem. Ainda agora tomo muitos comprimidos para dormir. Lá eu não conseguia dormir. Estava sempre a pensar e de repente acordava nem percebia onde estava.” (E2)

“Outra coisa que eu mudava era a medicação. Na altura a directora da cadeia até dizia que gastava mais em medicação do que em comida. Gastava-se muito em medicação. As pessoas quando entram ali dentro ficam meio doidas. Eu nos dois primeiros anos pensava que estava num pesadelo. E depois quando se cai na real as pessoas ali dentro não conseguem dormir. Ou só choram ou andam nervosas, sei lá, depende depois das pessoas. Depois há quem faça negócio com a medicação. Uma pessoa vai ao médico, começa a dar um medicamento fraquinho depois a própria pessoa começa a pedir mais e mais. A pessoa depois vai toda a hora ao médico. E essas deviam ser melhor vigiadas porque é assim só se pode tomar a medicação á frente das guardas. Se estas mandam levantar a língua tudo bem e a pessoa tomou; se não manda quando a guarda vira costa esta tira-a e depois vende-a a outra ou trocá-la por um cigarro. E isto era escusado. Às que consumiam, para matarem a ressaca de alguma maneira, era capaz de comprar. Só quem passa por lá é que sabe. ” (E3)

Quanto às acções de educação/formação, estas deveriam ser mais diversificadas, no entender das entrevistadas deveria haver uma avaliação das necessidades para posterior satisfação das mesmas.

“Tentava dar mais oferta mesmo a nível de trabalho e mesmo a nível de formação. Jogar o curso escolar com a profissão. Porque lá nós era ou profissional ou só escolar. Não havia os dois complementos.” (E1)

“E claro ter sempre em conta que se trata de pessoas adultas em circunstâncias muito especiais e onde é preciso ter sempre em conta os gostos (...) formação pessoal e estímulo dos reclusos para uma maior aposta em si próprios. Que não se imponham formações ou métodos sem ter em conta as necessidades e principalmente os gostos de cada um (...) formação sim, mas no verdadeiro sentido.” (E4)

A preparação para a saída, como já foi em parte demonstrado anteriormente, não está bem preparada, na opinião das participantes.

“Apostava mais na formação e na preparação da sociedade. Porque não se está preparado. Quem quer traz tudo de lá mas chega cá fora... Falta uma maior abertura para nos preparar para a saída. Porque o RAVE¹⁹ é só para quem está no fim da pena. É um regime virado para o exterior. Eu posso trabalhar cá fora e só ir dormir ao estabelecimento. Mas isto é só no fim da pena e quem está no fim da pena não precisa. Devia ser um processo mais lento e contínuo. As precárias não devem ser só ao meio da pena. Porque veja, numa pena de 10 anos só se vem de precária ao fim de 5 anos. Em 5 anos muda muito cá fora...Porque há as precárias, há o regime aberto mas não chega para preparar a pessoa para a liberdade.” (E1)

“Que se aposte numa reinserção de verdade e não apenas em dar meras oportunidades de sair para um mundo para o qual não se está preparado e onde sem a verdadeira formação se volta a ‘cair’” (E4)

“O que se precisa lá dentro é oportunidades para estas mulheres porque há quem não queira largar a vida que tem e é essa que vai continuar quando sair, mas também há muita gente boa que pode ser aproveitada reintegrada na sociedade. Falta abertura do estabelecimento e da sociedade. Saímos e não temos nada disso da reinserção social é zero. Eu lembro-me que sai e vim aqui á minha primeira entrevista na apresentação e ela vai lá em baixo á segurança social pede o rendimento mínimo. E eu fui, sou bem mandada. Cheguei lá, foi-me negado porque eu morava em casa dos meus pais. Eu disse lá á dra eu sai há 15 dias do estabelecimento prisional, preciso de um empurrão, alguém que me diga vai por ali. Já viu a minha mãe, não é obrigada a dar-me dinheiro para eu ir tomar café, para um cigarro, para sustentar o meu filho.(...) Porque de reinserção social, zero, zerinho. Estamos sozinhos, por própria conta e risco. Porque eu disse na segurança social eu não estou a pedir ajuda para o resto da vida, é para agora, para começar. Eu estive ausente 8 anos. E 8 anos não são 8 dias. Vou aqui vou ali mas isso onde é? Tudo mudou de sítio na cidade. O que

¹⁹ RAVE – Regime Aberto Voltado para o Exterior

era qui agora é do outro lado. Esses pequenos passos que para nós são muito grandes. É fácil para quem está mas eu cheguei. É preciso alguém que nos empurre que nos dê alguns meios e depois diga agora já tens segue a tua vidinha. Para além de que não há quem tenha assim tanta força de vontade, que ao primeiro obstáculo, ao fecho de portas desanime e faz o que sabe, vai ao parque e compra um pacote se for consumidor. Se for traficante vai compra 5gr e vai vender. É este o caminho e são estas as opções ou se quer muito, se tem capacidade, força de vontade e se encontra apoio ou são estes os caminhos. Por muito que o EP faça com tanta pedra no caminho...” (E1)

“Em respeito aos estudos, eu acho que está espectacular. Só acho que deviam dar mais apoio quando se sai de lá. Por exemplo eu tive a primeira precária depois de 9 anos e 4 meses, o mundo era diferente. Fiquei 24h numa instituição religiosa. Isso não é preparar. ” (E3)

Para as mulheres entrevistadas o estabelecimento prisional poderia tentar criar oportunidades de trabalho no mundo profissional, em função da formação dada durante a reclusão.

“Tentava dar mais oferta mesmo a nível de trabalho” (E1)

“Tentava arranjar empregos para quando saíssem. Aprendem, aprendem mas depois chegam cá fora e não têm para onde ir trabalhar.”(E2)

Depois da apresentação, em função das categorias das Matrizes de Análise de Conteúdo, das narrativas das participantes procederemos a uma síntese interpretativa das mesmas.

Síntese Conclusiva

Da informação recolhida nas entrevistas realizadas pudemos identificar algumas das modalidades educativas e formativas existentes nos estabelecimentos prisionais, naqueles em que as entrevistadas cumpriram a sua pena. As participantes não sabiam classificar essas modalidades, quanto à sua tipologia (Cursos de Educação e Formação de Adultos, Reconhecimento Validação e Certificação de Competências, Ensino Recorrente, etc.), apenas sabiam distingui-las quanto à sua vertente: escolar ou profissional. Pudemos inferir das informações recolhidas que este leque de ofertas de educação/formação varia em função do sexo, e é sentido como uma forma de discriminação para elas, uma vez que as entrevistadas indicam haver maior número e mais variedade de oferta de ensino e formação para os homens.

Para além das ações de formação, nomeadamente de cariz profissional, disponíveis para a população reclusa feminina corresponderem a papéis 'tipicamente atribuído a mulheres' (cursos de bordados, costura, arraiolos, cabeleireiros), a população reclusa masculina também tem ao seu dispor mais variedade de ofertas de educação/formação (ex. carpintaria, mecânica, pintura, jardinagem, serralharia). Para além desta distinção nas ofertas de ações de educação/formação, há também, segundo a narrativa das entrevistadas, visões estereotipadas dentro do estabelecimento prisional sobre as mulheres e os homens, o que se reflete no tratamento que é dado a ambos os sexos e na liberdade que lhes é concedida. Assim, segundo a visão das participantes, aos homens é permitida uma 'circulação mais livre' dentro do estabelecimento, sem receios e eles tendem a solicitar mais do que elas pequenos favores aos guardas prisionais. É interessante perceber, destas entrevistas, que mesmo entre guardas prisionais do sexo masculino e guardas prisionais do sexo feminino há diferenças de comportamentos e de assunção de riscos.

Em nosso entender esta situação, em particular a variedade de modalidades de ações de educação/formação disponíveis, poderá acontecer nestes estabelecimentos prisionais, onde estas mulheres estiveram detidas, por estes serem mistos. Este aspeto poderá condicionar a escolha e a possibilidade de oferta de ações de educação e formação nos estabelecimentos prisionais, uma vez que a indicação da oferta educativa/formativa, como referimos na parte do enquadramento teórico desta tese, é feita pelo Diretor do estabelecimento prisional à Direção Regional de Educação e, com

certeza, que este terá de adequar às condições, limitações e recursos do próprio estabelecimento prisional.

No entanto, apesar das limitadas ofertas formativas para as mulheres reclusas, as participantes consideram que as que existem estão bem organizadas e estruturadas, existindo recursos materiais adequados para o desenvolvimento das mesmas. Para além disso reconhecem, aos formadores e professores que ministram estas ações de educação/formação, competências pessoais, sociais e profissionais. Segundo as mulheres entrevistadas, estes são pessoas simpáticas, prestáveis, disponíveis, atenciosas, profissionais e pacientes, que não vêm nas suas formandas 'a reclusa mas sim a pessoa em si'.

Para além da transmissão de conhecimentos, são os formadores/professores que lhes vão dando conhecimento do dia-a-dia do mundo exterior aos muros da prisão. Este aspeto é importante, principalmente para as reclusas que estiveram durante muitos anos sem visitas de familiares e/ou amigos.

A frequência nas ações de educação/formação não é imposta pelos técnicos dos estabelecimentos prisionais, sendo esta de livre escolha por parte da(s) reclusa(s). Contudo, há sempre por parte dos técnicos uma palavra de incentivo à frequência dos mesmos e uma indicação de qual a modalidade e oferta de educação/formação a frequentar.

No entanto, depois de analisados os dados recolhidos nestas quatro entrevistas, não podemos considerar que 'escolha livre' seja sinónimo de 'motivações genuínas' por parte das mulheres. Neste caso, de acordo com a opinião das entrevistadas, de uma forma geral, o que leva as pessoas reclusas a decidirem frequentar alguma ação de educação/formação não é simplesmente a aquisição de conhecimentos e competências, mas sim porque isso lhes trás um conjunto de mais-valias e regalias a curto prazo, nomeadamente, menos tempo fechadas na cela, possibilidade de remuneração (se a formação for de cariz profissional), uma forma de 'passar o tempo' etc.

No entanto, é interessante verificarmos, no que diz respeito às motivações que levam as/os adultas/os reclusos a frequentar ações de educação/formação, que o discurso das entrevistadas se divide entre o 'eu' e os/as 'outras/os' ou, entre 'as minhas motivações' e as 'motivações das outras'. Queremos com isto dizer que, enquanto que as mulheres entrevistadas consideram que o que as levou a frequentar as ações de educação/formação foi o enriquecimento curricular, a aquisição de conhecimentos e competências 'aproveitando e tirando partido do que o estabelecimento tem para lhes

dar', que se poderá traduzir-se numa melhoria da sua qualidade de vida dentro e fora da prisão, às suas colegas o que as leva, a frequentar as mesmas ações de educação/formação era a obtenção de regalias (financeiras, privilégios vários, mais tempo fora da cela,...

Contudo, nunca foi mencionado pelas quatro mulheres entrevistadas que elas ou as suas colegas sentissem falta de vontade em ter uma vida melhor e que as ações não fossem vantajosas para tal, tanto dentro como fora da prisão. No entanto, as opiniões quanto à adequação da formação recebida ao mercado de trabalho divergem. A maioria das entrevistadas reconhece que embora haja sempre conhecimentos que perduram no tempo e que as aprendizagens adquiridas podem ser aplicadas no mercado de trabalho, isso nunca acontece numa primeira fase ou no imediato, após a liberdade. Assim, consideram que logo após a saída do estabelecimento prisional, não é pelo facto de terem frequentado as ações de educação/formação que conseguem mais facilmente encontrar trabalho e emprego, até porque quem as conhece não lhes dá emprego e esta fase é 'um começar do zero', um recomeçar constante, onde é preciso voltarem a 'ganhar a confiança da sociedade'.

Apesar disto consideram que todos estes conhecimentos e competências decorrentes da frequência de ações de educação/formação, podem ser úteis, numa fase posterior, no seu dia-a-dia, no seu posto de trabalho e na relação com os outros.

A atual crise económica e a vulnerabilidade do mercado de trabalho também não ajudam na reinserção social destas mulheres e as próprias reconhecem esses condicionalismos. A agravar esta situação, está o estigma da reclusão que estas mulheres sentem e a necessidade constante de 'esconderam parte da sua vida'. Estas mulheres, se querem singrar na sociedade, fazem o exercício diário de 'se protegerem' e de 'esconderem' os anos que estiveram detidas, para que mais portas não se fechem e para que possam ter um conjunto de oportunidades. Mesmo depois de terem cumprido pena pelo crime cometido, parece que estas mulheres continuam a ser castigadas e a 'cumprir pena' apesar de não deliberada por um juiz, mas subjectivamente, pela sociedade.

Quanto às perceções gerais das mulheres entrevistadas sobre a experiência da reclusão, esta pode ser caracterizada de 'duas faces da mesma moeda'. É por um lado considerada um período de oportunidades e de mudanças positivas, na medida em que lhes permitiu largar o mundo do crime, cortar laços (mesmo que matrimoniais) que levaram à situação de reclusão, criar oportunidades de enriquecimento curricular, e ter a

oportunidade de mudarem de vida; e por outro, o período de reclusão foi para estas mulheres entrevistadas um período de estagnação e de retrocesso na vida, uma vez que ficaram privadas da sua liberdade, dos seus filhos, dos empregos que tinham antes de serem detidas etc. Em nosso entender, foi no fundo uma paragem no tempo.

Há inclusive coisas boas e más que as participantes destacam na vida da reclusão. Dentro das coisas boas, enquadra-se a 'lição de vida, as aprendizagens a todos os níveis, a coragem e a oportunidade de terem deixado a droga, a oportunidade de refletirem sobre o seu percurso de vida anterior e de delinearem o futuro'. Nas más, encontramos no discurso destas mulheres a falta de liberdade não só de movimentos mas até de 'serem quem na realidade são ou eram', uma vez que dentro do estabelecimento prisional 'elas são o que os outros querem que elas sejam', os castigos, as celas disciplinares, a convivência com colegas de meios, a existência de culturas e personalidades tão diferentes, a falta de condições físicas dos estabelecimentos prisionais e a privação do acompanhamento do crescimento e da vida dos filhos.

Relativamente ao relacionamento dentro do estabelecimento prisional, apesar deste por vezes ser difícil, de acordo com o testemunho das entrevistadas, dado as diferentes características, educação, cultura e relações de poder dos envolvidos, há participantes no estudo que fazem dele um balanço positivo, chegando mesmo este relacionamento a perdurar no tempo extrapolando as paredes da prisão.

As colegas e as guardas prisionais são, para estas mulheres, 'outra família' que ajuda muito. Na verdade, é com elas que há a partilha de problemas, sentimentos e situações. A imagem negativa das guardas-prisionais como sancionatórias, más e velhas que a própria ficção cinematográfica transmite, é anulada quando ouvimos os testemunhos destas mulheres a referirem "*ia buscar a minha filha e dava-lhe o peito porque eu não tinha leite e ela tinha tido um bebe há pouco tempo*" (E2) ou "*às vezes apetecia-me um bolo com creme e lá dentro não podem entrar bolos com creme. Elas traziam no lanche delas e depois davam-me.*" (E3)

No entanto, os castigos e as situações negativas associadas à figura das guardas-prisionais não estão completamente ausentes nos discursos das mulheres ouvidas. Por um lado, estas situações são justificadas pelas entrevistadas como normais e legítimas, quando são as colegas reclusas que desencadeiam conflitos. Por outro, são vistas como desumanas e inadmissíveis, quando acontecem por 'livre e espontânea vontade' dado o temperamento ou estado de espírito da guarda ou quando esta usa a situação do castigo para humilhar e/ou torturar mais a recusa que está a ser castigada.

Assim, podemos concluir que o relato predominante destas mulheres, quanto ao processo de reclusão, é de uma viragem positiva, mas surgem expressões que mostram que não é pacífica a escolha deste discurso. Pois, se por um lado, algumas mulheres são capazes de interpretar positivamente o desafio da reclusão, como algo que lhes permitiu maximizar capacidades que desconheciam possuir, outras mulheres, porém, sentem mais intensamente os aspetos negativos do desafio e de como este lhes trouxe ou poderá trazer consequências menos positivas na sua vida. Ao serem detidas, para além da adaptação à nova condição, às regras, normas, há todo o processo de recontextualização das relações anteriores com familiares e amigos e das novas relações estabelecidas no contexto prisional (quer com outras reclusas, quer com guardas prisionais, técnicos etc.). “A reclusão potencia naturalmente o sofrimento do individuo. Convive com múltiplos microstressores que exigem novos processos de adaptação, experienciando perdas significativas, não só a nível da liberdade em si, como do apoio dos mais próximos”. (Pires, Teixeira & Aguiar, 2010: 27)

No entanto, a criação de rotinas quer seja para quem trabalhe e/ou estude, como foi o caso de todas as entrevistadas, quer para quem não tenha qualquer atividade é positivo, na medida que transmite um ‘sentimento de normalidade’.

Esta gestão do tempo varia muito de reclusa para reclusa, dos seus interesses, das suas atividades dentro do estabelecimento prisional e da sua própria iniciativa.

Encontrámos, nos casos estudados, mulheres altamente motivadas e com iniciativa, na medida em que foram as próprias a solicitar aos Técnicos e aos próprios Diretores dos estabelecimentos prisionais a oportunidade de ingressarem numa ação de educação/formação, de trabalharem dentro do estabelecimento e inclusive de terem o seu ‘próprio negócio’ dentro do estabelecimento prisional.

É de salientar a abertura que os responsáveis pelos estabelecimentos prisionais e os seus quadros técnicos manifestam nestas situações.

Desta gestão do tempo, principalmente do factor trabalho, advém a existência de formas lícitas de obtenção de dinheiro. Dinheiro esse que, segundo as entrevistadas, é dividido ficando uma parte em conta corrente, a qual as reclusas podem movimentar dentro de alguns limites de levantamentos semanais, e outro tanto é mantido pelo estabelecimento prisional numa espécie de ‘conta poupança’ que é entregue à reclusa no momento da libertação. Esta necessidade de ganhar dinheiro prende-se muitas vezes com a falta de apoio da família para suprimir necessidades, e com a vontade destas

mulheres de quererem de alguma forma, ajudar a família que lhe está a criar os filhos, assim como é uma forma se sentirem úteis e presentes na vida daqueles.

Em relação à família, as mulheres entrevistadas parecem ter ressignificado as suas relações familiares em torno de sentimentos de preocupação e culpabilização. Percebe-se sem dificuldade que a ida para a prisão e a permanência na instituição prisional correspondem ao maior desafio da vida destas mulheres. Acreditamos que quando estas são mães este desafio se torne maior e que a reflexão sobre o seu papel e as implicações da sua situação de reclusão nos seus filhos constitua um factor de 'dupla culpabilização'.

O discurso da nossa entrevistada (E2), que teve filhos com ela nos estabelecimentos prisionais em que esteve detida, revela um grande sofrimento por esta situação. Por um lado, pela dificuldade de criar os filhos neste contexto, no qual teve que trabalhar muito para poder comprar fraldas e outros bens para os filhos, não usufruir de condições adequadas para as mães com filhos e para a existência de crianças na prisão, de ter de sujeitar a filha a acompanhá-la a todos os julgamentos, entre outros. Por outro, por considerar que a sua filha possa ainda hoje estar traumatizada com a situação uma vez que, embora adulta e com família constituída, esta não quer ouvir falar nesses tempos.

Apesar disto, pelo testemunho das mulheres entrevistadas, a situação nos estabelecimentos prisionais, no que se refere ao tratamento das crianças que residiam com as mães no estabelecimento prisional tem melhorado. As crianças são bem tratadas dentro do estabelecimento prisional e têm uma vida com a qualidade possível. Do discurso das participantes podemos, inferir que todas estas crianças acabam por serem um bocadinho 'as suas crianças' e substituem de certo modo os seus próprios filhos, na medida em que elas lhes dão o apoio, o carinho e pequenos 'mimos' que gostariam de dar aos seus filhos e que não podem uma vez que estão privadas do contacto com eles.

Estabelece-se com estas crianças, a criação de laços afectivos que mais tarde se transformam em tristeza e desamparo, aquando da saída das mesmas aos três anos e meio ou para a família no exterior ou para uma instituição.

No que se refere às suas próprias crianças, as percepções das mulheres entrevistadas sobre o impacto da sua reclusão na vida dos seus filhos é de que tentaram minimizar a ausência o melhor que podiam e conseguiam, dadas as circunstâncias. Tentaram ser, embora com reconhecidas limitações, umas mães presentes pois não se consideram más mães por terem sido reclusas e terem a dada altura cometido um crime.

No entanto, as participantes admitem que estarem privadas da sua liberdade e, conseqüentemente, dos seus filhos trouxe a estes muita revolta, incompreensão, tristeza e mágoa. Contudo, hoje, mulheres livres, conseguiram 'retomar' a ligação com os seus filhos.

Esta (re)inserção familiar e social não é fácil, principalmente quando ocorreram quebras no relacionamento familiar e social. Três das nossas participantes não tiveram visitas, inclusive de familiares e de amigos durante o tempo de cumprimento da pena.

A reclusão emerge nestas narrativas como um novo contexto de vida, que se define através de alterações relacionais com familiares e amigos. A maioria dos amigos foi-se perdendo, principalmente após a condenação das entrevistadas.

A menor frequência de contacto com diferentes pessoas da família e a ausência destas mulheres do núcleo familiar não se traduziu, necessariamente, numa ruptura com a família e/ou enfraquecimento dos laços afectivos. Pelo contrário, estes laços intensificaram-se pelo menos com a família que as apoiou e cuidou dos filhos. Além disso, pelo testemunho da entrevistada 4, podemos concluir que após o período de reclusão cumprido pelo facto de este ter permitido a saída da vida do crime e o retomar do "*caminho certo de onde nunca deveria ter saído*", a família que se tinha afastado pelas situações de desvio que a própria praticava, retomar os contactos e o relacionamento anteriores.

No entanto, se pelos discursos das participantes podemos entender que estas ficaram desiludidas com os amigos, por estes não se manterem durante e após a reclusão, no que concerne ao relacionamento conjugal, este também não se manteve, na maioria dos casos, mas não é visto pelas entrevistadas como um acontecimento a lamentar. No fundo, foi a oportunidade para deixarem o crime e com ele os maridos também eles detidos. De destacar a experiência da entrevistada 4, que contraria o que nos dizem estudos anteriores, quando esta indica "que os companheiros não parecem estar disponíveis para manterem a relação a partir do momento em que as mulheres dão entrada no estabelecimento prisional" (Machado, 2008: 52), na medida em que o relacionamento conjugal foi mantido durante a reclusão e após um ano de liberdade.

Finalmente, parece-nos importante fazer referência às sugestões para a melhoria da gestão dos estabelecimentos prisionais indicadas pelas mulheres entrevistadas.

As mulheres ouvidas parecem considerar a medicação como algo que deveria evitar-se, embora sejam as próprias reclusas que a solicitem ao pessoal médico que as assiste no estabelecimento prisional. É algo que, para além de ser uma forma de negócio

ilícito dentro do estabelecimento prisional, prejudica a qualidade de vida das reclusas e que as faz 'acomodarem-se' à situação, impedindo-as de agirem e podendo torná-las dependentes da mesma.

No que toca às acções de educação/formação de pessoas adultas, estas deveriam ser mais diversificadas e melhor planeadas uma vez que urge um diagnóstico de necessidades à população feminina reclusa. De facto, estamos perante pessoas adultas em circunstâncias muito específicas e especiais, onde é preciso ter em conta os gostos, a formação pessoal e as motivações para a frequência destas ofertas.

Por fim, outra sugestão prende-se com a preparação para a saída. Esta é, tendo por base a narrativa das mulheres entrevistadas, de todo desajustada a uma (re)inserção social de sucesso. A falta de criação de oportunidades de trabalho no mercado de trabalho em função da formação dada durante a reclusão, a falta de abertura da prisão à sociedade, as saídas precárias deficientemente preparadas e organizadas, a falta de apoio por parte de instituições do Estado, a inexistência de 'uma mão invisível' que oriente na fase da saída associado a personalidades mais frágeis e vulneráveis por parte destas mulheres, etc. não conduzem certamente a uma (re)inserção social bem sucedida.

Após estas considerações, este trabalho de investigação terminará com uma conclusão geral da tese onde se fará referência a algumas limitações metodológicas e se lançarão propostas que possam contribuir para melhorar estes processos educativos e formativos desenvolvidos nas prisões, assim como melhorar a vivência da reclusão de mulheres presas.

CONCLUSÃO GERAL

Após a realização deste trabalho, concluímos que a existência de acções de formação profissional e de educação de pessoas adultas nos estabelecimentos prisionais podem constituir uma mais-valia para a população reclusa, independentemente das motivações que levam as pessoas a frequentar essas mesmas ofertas formativas. De facto, encontrámos, nos casos estudados, mulheres altamente motivadas e com iniciativa, na medida em que foram as próprias a solicitar aos Técnicos e aos próprios Directores dos estabelecimentos prisionais a oportunidade de ingressarem numa acção de educação/formação, de trabalharem dentro do estabelecimento e inclusive de terem o seu 'próprio negócio' dentro do estabelecimento prisional.

Neste estudo, entrevistámos apenas mulheres reclusas, mas acreditamos que estas conclusões também podem estender-se ao que acontece a este nível com os homens em situação de reclusão. Pode criticar-se a utilização das acções de educação/formação de adultos, por parte de quem as frequenta como forma de 'terapia ocupacional', como fonte de rendimento ou apenas com o intuito da obtenção de certificação, em vez de reconhecerem essas acções como instrumentos para o desenvolvimento pessoal, enriquecimento curricular e possível melhoria da qualidade de vida. No entanto, a população reclusa, dada a sua especificidade, necessita de incentivos/reforços sejam eles de cariz interno ou externo. Dificilmente se conseguirá apelar ao desenvolvimento individual das pessoas, quando lhes falta a satisfação das suas necessidades mais básicas, que lhe permitam iniciar esse desenvolvimento. De facto, com base e à luz da pirâmide da Teoria das necessidades de Maslow (1948, cit. por Ferreira e colegas, 2010: 4), não será fácil a uma reclusa manifestar a necessidade de se autodesenvolver e alcançar o seu próprio potencial, quando não tem satisfeitas as suas necessidades sociais (por exemplo, estar com os filhos, família e amigos, ter sentimentos de afeição, amizade e pertença a um grupo) ou de auto-estima (sentindo-se, por exemplo, realizada, autónoma, reconhecida).

Apesar da diversidade de motivações, o facto é que as pessoas aprendem e se qualificam, daí ser importante e urgente que os responsáveis pela aplicação destas acções de educação/formação tenham em conta as necessidades, os gostos e as motivações destas pessoas em contexto prisional não esquecendo as suas características tão específicas. O facto de o desejo ou da necessidade de frequência de uma acção de

formação de partir da iniciativa pessoal do(a) recluso(a) deveria ser um aspeto a valorizar, criando-se um conjunto de oportunidades para a melhoria da qualidade de vida dessa pessoa incluindo a sua posterior (re)inserção social e profissional.

Outro aspeto a realçar é que depois de as reclusas ingressarem nas acções de educação/formação, elas 'surpreendem-se, realizam-se, ultrapassam os seus limites e gostam' tal como ouvimos nos seus discursos. A experiência acaba por constituir um contributo para a melhoria da sua auto-estima uma vez que estas mulheres possuem um forte sentimento de desvalorização, considerando não serem capazes de alcançar determinadas tarefas ou objectivos. No entanto, agarrando estas oportunidades verificam que, apesar da situação de reclusão, ainda conseguem manter as suas características individuais e 'ser quem eram lá fora'. Tal como pudemos constatar pelas narrativas das mulheres entrevistadas, existem muitas pessoas dentro dos estabelecimentos prisionais com capacidades, competências, motivadas e com espírito de iniciativa que, na verdade, tiveram a determinada altura da sua vida um percurso menos feliz e correcto, mas que continuam a ser 'quem na verdade são': mulheres trabalhadoras, dinâmicas e proactivas. No fundo, estamos perante mulheres potencialmente empreendedoras, às quais urge dar uma resposta adequada e atempada, em termos de ofertas de educação/formação.

Estes casos, na nossa opinião, não podem ser menosprezados ou tratados com políticas e práticas de (re)inserção estandardizadas, perdendo-se assim, a individualidade e potencialidades de cada pessoa.

É certo que tem de se ter um caminho de futuro e que a prisão pode ser o início desse caminho. Na verdade, para todas as mulheres entrevistadas, a prisão representou uma oportunidade para a mudança, que há muito ansiavam, mas que por determinados factores não conseguiam concretizar. A prisão proporcionou a estas mulheres, para além da mudança de vida, da possibilidade de reflexão e de saída do mundo do crime, a oportunidade de (continuarem a) estudarem. No entanto, para que os objectivos dos processos de educação e formação de adultos possam ser concretizados é necessário que as acções de educação/formação de adultos existentes nos estabelecimentos prisionais ultrapassassem certas limitações, tanto a nível de ofertas e modalidades de educação/formação, como a nível dos próprios recursos físicos e materiais dos estabelecimentos prisionais. As acções de educação/formação não chegam a todos os reclusos de igual forma, por falta de recursos materiais, limitações arquitectónicas dos estabelecimentos prisionais, recursos humanos etc.

Os materiais pedagógicos utilizados nas acções que as entrevistadas frequentaram revelaram-se adequados e o facto dos professores/formadores que trabalham, ensinam e partilham experiências com esta população, serem considerados 'bons profissionais' e 'boas pessoas', faz dessas acções momentos únicos de realização pessoal, de aquisição de conhecimentos e competências, e de enriquecimento curricular.

Não podemos ainda descurar o facto de estes formadores/professores representarem, para algumas reclusas (principalmente as que não têm rede social), um contacto indirecto com o exterior, através do seu testemunho acerca do que acontece fora da prisão, das experiências que partilham e dos acontecimentos do quotidiano que vão relatando. Assim, podemos considerar que para além do carácter educativo atribuído às acções de formação, existe igualmente esta mais-valia que nem sempre é valorizada.

Por todas as especificidades da formação profissional e do ensino promovido nos estabelecimentos prisionais, evidenciadas nas narrativas das participantes entrevistadas neste trabalho, e atendendo aos constrangimentos do mercado de trabalho e das características do mesmo, verifica-se que nem sempre as iniciativas de educação/formação em estabelecimentos prisionais promovem a (re)inserção da pessoa reclusa na vida social fora do estabelecimento prisional, pelo menos logo após a obtenção da liberdade. De facto, as entrevistadas consideram que as acções que frequentam não lhe irão facilitar a obtenção de um emprego (apesar de reconhecerem a utilidade dos conhecimentos adquiridos numa fase posterior), uma vez que o estigma em relação às reclusas persiste na sociedade sentindo elas constantemente necessidade de 'esconderam parte da sua vida'.

A nível de (re)inserção social, percebemos pelos discursos das entrevistadas o longo caminho que há ainda a fazer nesse sentido. Se por um lado, é preciso 'preparar a sociedade' para receber estas pessoas, por outro, urge prepará-las para 'receberem a sociedade'. Não é com precárias esporádicas e ao fim de muitos anos presas que estas mulheres vão estar preparadas para o quotidiano do mundo exterior aos muros do estabelecimento prisional. Na verdade, as entrevistadas sentem falta de apoio, de 'protecção', de orientação nos primeiros meses de liberdade, dado que perante o desalento e as dificuldades é fácil voltarem ao mundo do crime. As mudanças no relacionamento familiar e principalmente a ruptura de laços de amizade com outras pessoas, associadas à perda dos empregos aquando da detenção torna esta (re)inserção social mais difícil e desprotegida.

Estas situações fazem com que a vivência da reclusão seja ainda mais dura e punitiva, pois para além da adaptação à nova condição, às regras, normas e conflitos internos, existe todo o processo de recontextualização das relações anteriores com familiares e amigos e das novas relações estabelecidas no contexto prisional (quer com outras reclusas quer com guardas prisionais, técnicos etc.). É de destacar a preocupação que estas mulheres sentem com a família e em particular a culpabilidade que sentem em relação aos filhos e ao acréscimo de despesas e responsabilidades que declinaram nesses familiares para cuidarem dos seus filhos. Daí que a necessidade de 'não sobrecarregar' a família seja um factor motivador para estas mulheres trabalharem dentro dos estabelecimentos prisionais, ganhando assim o seu dinheiro para fazer face às necessidades do seu dia-a-dia e, se possível, ajudarem a família no exterior.

Sem dúvida que, das narrativas das mulheres entrevistadas, é na questão da parentalidade que se sente o peso da reclusão, por estarem conscientes das consequências que esta reclusão possa causar aos seus filhos e à sua relação com os mesmos. Muitas vezes, este peso e afastamento dos filhos é 'minimizado' e as próprias mulheres são compensadas pela sua ausência com o apoio e dedicação que dão aos filhos das colegas.

Assim, por todas as características da reclusão vivida e sentida pelas mulheres participantes neste trabalho, reafirma-se a necessidade de se olhar para as experiências de transgressão e de reclusão femininas através de uma *lente de género*, sendo que as próprias mulheres entrevistadas referem constrangimentos associados ao facto de serem do sexo feminino.

Na perspectiva destas mulheres, os homens têm mais liberdade de circulação nos espaços comuns dentro do estabelecimento prisional, há uma maior oferta de acções de educação/formação para eles, existindo inclusive diferenças de comportamentos e atitudes, consoante se trata de homens guardas prisionais ou de mulheres guardas prisionais. Estas situações, contudo, poderão ocorrer pelo facto de a experiência de reclusão das participantes ter ocorrido em estabelecimentos prisionais mistos.

Uma outra questão relacionada com o género, que emerge nos discursos analisados, prende-se com a resignificação das relações íntimas, resultantes da reclusão. Para a maioria das mulheres da amostra, ocorreu uma ruptura da relação conjugal, facto este que as entrevistadas não lamentam, uma vez que foi esse próprio relacionamento que levou ao início ou manutenção do seu comportamento desviante.

Por todos estes desafios, e com base nos relatos das mulheres entrevistadas, sentimos uma lacuna assinalável a nível do processo de reinserção para estas mulheres. Assim e a nível geral achamos pertinente o delinear de um conjunto de medidas que possa promover uma reinserção mais eficaz tais como:

- Envolvimento das reclusas no seu plano de educação e de reinserção respeitando os seus interesses e potencialidades;
- Criação de ações de educação/formação diversificadas e adequadas ao mercado de trabalho;
- Oferta de apoio social e familiar através de um mediador que possa agilizar este processo sempre que necessário;
- Criação de oportunidades de contacto com a comunidade antes da sua reintegração na comunidade;
- Preparação emocional pré-reinserção, de forma a que estas mulheres aprendam: a lidar com a frustração e com os obstáculos que poderão surgir, que desenvolvam estratégias de *coping* e de resolução de problema mais adequadas, e que saibam quem contactar e em que situações;
- Fazer a articulação do estabelecimento prisional com os diversos parceiros locais no sentido de incrementar o apoio na procura ativa de emprego ainda dentro do estabelecimento prisional.

Ao chegarmos a esta fase estamos consciente de que este trabalho apresenta algumas limitações, estando uma delas relacionada com representatividade das participantes, pois trata-se de um estudo de caso com apenas quatro pessoas entrevistadas. Contudo, apesar do reduzido número de casos estudados, estes foram analisados em profundidade. E o facto de não ter havido qualquer influência e/ou exercício de poder por parte dos técnicos das delegações do Instituto de Reinserção Social fez com que as participantes estivessem à vontade para partilhar informações.

Embora a população reclusa do sexo feminino esteja a aumentar nos estabelecimentos prisionais, como já foi demonstrado no primeiro capítulo da parte teórica deste estudo, o facto de, por um lado, não termos contemplado, logo à partida na definição do objecto de estudo, as mulheres de etnia cigana, e, por outro lado, limitarmos a 'zona de procura' de casos, fez com que a identificação de casos para estudo fosse difícil o que levou a que o número de participantes entrevistadas tivesse

sido reduzido. Isto não nos permite, pelas razões apontadas, generalizar as conclusões delineadas.

Esta limitação da 'zona de procura' de casos aos distritos de Coimbra, Leiria, Castelo Branco, Guarda, Viseu e Aveiro deveu-se à nossa limitação de recursos (financeiros, conciliação de vida académica com a actividade profissional uma vez que não éramos detentores de estatuto 'trabalhador-estudante', fator temporal).

Para além do número de participantes entrevistadas, a definição de uma 'zona de procura' induziu, ainda que inesperadamente, ao facto de haver em comum nos participantes entrevistadas o facto de terem estado detidas no mesmo estabelecimento prisional. Entendemos que este aspecto pode ser visto tanto como uma limitação do estudo, como uma mais-valia do mesmo. Se por uma lado, o facto de todas as participantes entrevistadas terem passado pelo mesmo estabelecimento prisional poder ser considerado uma limitação do estudo, na medida em que restringe a percepção das mesmas sobre as ofertas de educação/formação de outros estabelecimentos prisionais, e tudo o que estas envolvem, por outro lado pode ser uma mais-valia, no sentido de que são quatro opiniões sobre o mesmo objecto, o que permite interpretações diversas sobre a mesma realidade e uma triangulação de informação acerca do mesmo objecto de estudo..

No entanto, dada a especificidade dos casos, a dificuldade em identificarmos os mesmos, e a profundidade dos dados recolhidos, julgamos ter conseguido atingir os objectivos propostos no início deste estudo.

Este projecto de investigação foi para nós uma grande fonte de motivação, inspiração e aprendizagem. Apesar de, antes da sua realização, já estarmos sensibilizada para as questões da importância da educação/formação de pessoas adultas, nomeadamente, em contexto de reclusão, como tivemos oportunidade de referir anteriormente no trabalho, as pesquisas teóricas e a recolha e análise de dados vieram aguçar a nossa curiosidade e interesse por esta temática, em particular, no que concerne à questão da relação entre formação e reinserção social, pela via do trabalho/emprego. Para além disso, este trabalho veio ainda aumentar a nossa convicção quanto à necessidade de se investir correctamente em processos de formação/educação da pessoa reclusa. Urge desenvolver um processo de educação/formação efectivo e eficaz, onde sejam diagnosticadas as necessidades e as motivações destas pessoas, pois é inquestionável o facto de estas serem condições indispensáveis para o respectivo sucesso.

A nível académico aprofundámos e aumentámos os nossos conhecimentos teóricos relativos às questões de género, às questões da vivência da reclusão e às questões da possível relação entre a frequência de ações de educação/formação e o sucesso da (re)inserção social. Sendo este um trabalho de cariz qualitativo, aprofundámos, também, os nossos saberes teóricos e práticos ao nível desta metodologia de investigação.

Sabemos que a análise de dados que fizemos, assente na técnica de análise de conteúdo, pode ser alvo de críticas, na medida em que nem sempre foi fácil criar categorias/codificações para 'arrumar' os dados recolhidos. Estas poderiam, certamente, ser designadas ou divididas de outra forma, conjugando em si outras unidades de registo. Contudo, acreditamos que utilizámos a técnica da melhor forma possível, sempre com o cuidado de sermos fiéis ao que ouvimos em discurso directo.

Não obstante, para reforçarmos a credibilidade da nossa análise, fizemos sistematicamente questão de mantermos 'neutralidade axiológica'. Contudo, estamos ciente de que a interpretação e eventual teorização dos resultados da análise de conteúdo tem a nossa subjectividade enquanto investigadora, colocando-se a questão da "relação entre o discurso (interpretação) de quem analisa e interpreta o discurso analisado" (Amado, 2007²⁰).

No que concerne aos objetivos formulados no princípio deste trabalho, entendemos terem sido cruciais para orientação da nossa investigação, e consideramos que os mesmos foram alcançados, pois as informações obtidas permitiram-nos: conhecer a opinião das mulheres ex-reclusas sobre as acções de educação/formação existentes nos estabelecimentos prisionais em que estiveram detidas; averiguar o contributo destas ações na (re)inserção social destas mulheres; identificar as percepções sobre a adequação destas acções ao mercado de trabalho; identificar as motivações destas pessoas para frequentarem as acções de educação/formação; averiguar a adequação destas acções quanto aos próprios recursos identificar as percepções das entrevistadas sobre o impacto que as acções de educação/formação exerceram na sua vida futura.

Acreditamos ter conseguido também, nesta investigação, o objectivo a que nos tínhamos proposto de conhecer algumas das percepções das mulheres entrevistadas sobre a sua experiência de reclusão. Assim, somos agora capazes de compreender

²⁰ Citação proveniente de material do Professore Doutor João Amado facultado em contexto de sala de aula em 16/04/2007.

melhor o impacto que a vivência da reclusão teve para estas mulheres, perceber a percepção que estas mulheres têm sobre a sua preparação para a vida pós-reclusão, conhecer as alterações que os seus laços familiares e sociais sofreram e perceber melhor o significado que estas mulheres atribuem ao período de reclusão.

Da reflexão que efectuámos e do que fomos lendo e analisando para a realização deste trabalho de investigação, estamos consciente de que muito ficou por pesquisar sobre o contributo das acções de educação/formação de adultos para a (re)inserção das pessoas que se encontram institucionalizados nos estabelecimentos prisionais, em particular das mulheres. Contudo, acreditamos que os dados obtidos se revestem de grande utilidade para a compreensão desta realidade.

Neste sentido, consideramos pertinente sensibilizar todas as pessoas com responsabilidades neste domínio para alguns aspetos que nos parecem importantes, bem como propor algumas estratégias de intervenção, tendo em conta a especificidade desta população e destas instituições. De imediato, apraz-nos propor que sejam criadas acções de educação/formação específicas para estas mulheres, porque, em primeiro lugar devem ser consideradas adultas com vontades, necessidades, expectativas e motivações próprias.

Estamos ciente de que estas sugestões poderiam contribuir para uma melhor intervenção educativa e formativa junto destas mulheres, contudo sabemos que a sua representação a nível da população prisional rondará os 5,7%²¹, o que poderá não ser um número muito significativo para um investimento em acções de educação/formação específicas para este público.

Admitindo limitações metodológicas do nosso estudo, consideramos pertinente a realização de mais investigações relacionadas com esta temática, as quais são escassas no nosso país.

Contudo, em futuros trabalhos desta natureza será importante estender os estudos a mais mulheres, assim como auscultar a opinião dos formadores sobre as acções de educação/formação que os próprios ministram, se possível de todas as áreas de formação de base e tecnológica, e, preferencialmente, que sejam igualmente auscultados os directores dos estabelecimentos prisionais, para que o conhecimento da realidade em causa seja mais abrangente, permitindo uma melhor atuação dos intervenientes nestes processos. Este trabalho mais profundo e amplo, que ainda está

²¹ De acordo com dados do último semestre de 2012 da Direcção Geral dos Serviços Prisionais.

por fazer, poderá facultar dados cruciais que eventualmente justificarão a criação de raiz de uma modalidade educativa e formativa para a população reclusa e, em particular, para as pessoas do sexo feminino.

O mesmo se passa para com os homens. Talvez ao estudarem-se apenas homens se encontrassem especificidades que aqui não apareceram. Seria assim, pertinente e interessante para a intervenção um estudo só com reclusos.

Em nosso entender, seria ainda desafiante um estudo comparativo entre população de estabelecimentos prisionais mistos e a de estabelecimentos prisionais femininos, quanto às ofertas e modalidades de educação/formação de adultos existentes nesses estabelecimentos prisionais.

O acompanhamento, em termos longitudinais, do percurso de (re)inserção de mulheres na sociedade, depois do cumprimento da pena e da sua participação em acções de educação/formação ao longo da vida, também poderia ser um estratégia metodológica importante para o desenhar de intervenções que abrangessem respostas mais consentâneas com as necessidades detectadas.

Outra área que nos parece carecer de urgente investigação prende-se com a existência de descendentes nos estabelecimentos prisionais. A vivência destas mulheres com os seus filhos numa situação tão específica e dramática, a vida e educação que podem e conseguem proporcionar aos seus filhos, assim como a opinião que os próprios filhos que acompanharam as suas mães neste percurso têm sobre o mesmo, e sobre as implicações para a sua vida futura, são temas que podem e devem ser estudados, uma vez que a literatura portuguesa sobre tais temas é praticamente inexistente.

A realização deste trabalho revelou-se de grande regozijo pessoal, porque contactámos com maior proximidade com uma realidade que, enquanto formadora de um Centro Novas Oportunidades tivemos possibilidade de conhecer há algum tempo atrás. Em termos profissionais, infelizmente, no momento não estamos a trabalhar em educação de adultos nem em áreas de intervenção social. Contudo, o nosso desejo e aspiração mantêm-se e esperamos que o mercado de trabalho nos reserve a oportunidade de aplicarmos, num futuro próximo, os conhecimentos e reflexões derivadas desta experiência académica e formativa.

Ao elaborarmos a presente tese fomos obrigada a refletir sobre o desenvolvimento da nossa prática profissional. Em específico, pensarmos sobre a forma como a adequámos ao nosso público, na altura em que trabalhámos no estabelecimento prisional e, em geral, no modo como a aplicamos a qualquer processo de formação com

adultos fora das paredes do estabelecimento prisional. Com efeito fomos obrigada a reflectir acerca da sensibilidade que temos manifestado para com a história de vida de alguns dos nossos adultos, que muitas vezes já é tão sofrida, tão desestruturada e sem grandes referências positivas. Este trabalho obrigou-nos também a reflectir sobre o nosso dia-a-dia e sobre a forma como perspectivamos e sentimos os acontecimentos de que dele fazem parte. O facto de estas mulheres conseguirem tirar partido e reconhecerem hoje algo positivo na situação de reclusão fez-nos pensar que cada acontecimento, cada acção, cada dia é uma oportunidade e há que saber aproveitá-la.

Esperamos que esta oportunidade nos ajude, por um lado, a ser melhor profissional e melhor pessoa, contribuindo para a (re)integração social e cidadania de todos os/as formandos/as que passem pelas nossas acções de formação e, por outro, a sermos uma pessoa mais tolerante, aberta e humilde na relação com o outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Alcoforado, J. (2008). *Competências, Cidadania e Profissionalidade: limites e desafios para a construção de um modelo português de educação e formação de adultos*. Dissertação de Doutoramento. Coimbra: FPCEUC.
- Amado, J. S. (2009). *Introdução à Investigação Qualitativa em Educação*. Relatório não publicado de uma unidade curricular apresentado nas Provas de Agregação. Coimbra: FPCEUC.
- Amado, J. (2000). A técnica de análise de conteúdo. *Revista Referência*. 5, 53-63.
- Andrade, V. (s/d). *Sexo e Género: A mulher e o feminino na criminologia e no sistema de Justiça criminal*. (Disponível em <http://www.geocities.ws/criminologia.critica/artigos/sexo_genero.pdf> *acedido a 30/05/2013*).
- Bogdan, R. C., Biklen, S. K. (1999) *Investigação Qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora
- Bueno, B O. (2002). O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. *Revista Educação*, 28 (1), 11-30.
- Canário, R. (1999). *Educação de Adultos: um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa.
- Canário, R. (2008). *Educação de Adultos: um campo e uma problemática*. Lisboa. Educa, 11-37.
- Cardoso, P. (2004). *Mulheres toxicodependentes. O género na desviância*. Dissertação de mestrado não publicada. FPUP
- Carlen, P. (2007). A reclusão de mulheres e a indústria da reintegração. *Análise Social*. XLII (183), 103-1019.
- Coutinho, C. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas – Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina.
- Correia, A. (2003). Teatro fora dos teatros. Arte dramática na prisão, no jardim e no bairro. *Revista Crítica das Ciências Sociais*. 67, 55-73.
- Cunha, M. I. (1994). Malhas que a reclusão tece: Questões de Identidade numa prisão feminina. Lisboa: Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais do Centro de Estudos Judiciários.

- Ferreira, A., Demutti, C. & Gimenez, P. (2010) *A Teoria das Necessidades de Maslow: a Influência do nível educacional sobre a percepção no ambiente de trabalho*, XIII SEMEAD – Seminário em Administração. Disponível em <http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/703.pdf> f Acedido a 13/09/2013.
- Foucault, A. (1975). *Vigiar e punir. A história da violência nas prisões*. Petrópolis: editora Vozes.
- Gomes, I. (2008). *Da Prisão á Liberdade: Reinserção Social de Ex-Reclusos*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCTE.
- Giddens, A. (1989/1997). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Giddes, A. (1996). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Josso, M. (2008). *Formação de Adultos: Aprender a viver e a gerir as mudanças*. In R. Canário & B. Cabrito (orgs.). (2008), *Educação e Formação de Adultos: Mutações e Convergências* (pp. 115-126). Lisboa: Educa.
- Leal, J. (2007). *Crime no Feminino: Trajectórias Delinquências de Mulheres*. Coimbra: Almedina.
- Machado, H. (2008). *Manual de Sociologia do Crime*. Biblioteca das Ciências Sociais: Edições Afrontamento.
- Matos, R. (2008). *Vidas Raras de Mulheres Comuns*. Coimbra: Almedina.
- Matos, R. & Machado, C. (2007). *Reclusão e laços sociais: discursos no feminino*. *Análise Social*. 185, 1041-1054.
- Nascimento, A. (2009). *A Formação Profissional nas Prisões – Estudo de caso: o Curso de Jardinagem EFA B3*. Dissertação de Mestrado. Universidade Lisboa. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Paixão, M. (2011). *A orientação na negociação das transições de carreira ao longo da vida adulta*. In Alcoforado, L., Ferreira, J., Ferreira, A., Lima, M., Vieira, C., Oliveira, A. & Ferreira, S. (Orgs.), *Educação e Formação de Adultos – Políticas, Práticas e Investigação* (53-73) Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Portugues, M. (2001). Educação de Adultos Presos. *Educação e Pesquisa*. 27 (2) 355-374.
- Quintas, H. L. (2008). *Educação de Adultos: vida no currículo e currículo na vida*. Lisboa. Agência Nacional para a Qualificação. 19-28.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (4ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ramos, E. (2006). A formação de educadores especializados em âmbito penitenciário, na perspectiva da pedagogia social. *Revista Portuguesa de Educação*. 19, 129-152.
- Rangel, H. (2007). Estratégias sociais e educação prisional na Europa: visão de conjunto e reflexões. *Revista Brasileira de Educação*. 34, 81-93.
- Rothberg, D. (2006) Aprender a aprender, educação superior e desenvolvimento moral. *Psicologia*. 17(2). 85-111.
- Rosa, S. (2010). *Avaliação do impacto da implementação de um programa de formação para o Empreendedorismo em Ex-Reclusos*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana.
- Saavedra, L. (2005). *Aprender a ser rapariga, aprender a ser rapaz: teorias e práticas da escola*. Coimbra: Almedina.
- Saavedra, L., Almeida, L., Gonçalves, A. & Soares, A. P. (2004). “Pontos de partida, pontos de chegada: impacto de variáveis sócio-culturais no ingresso ao ensino superior”. *Sociedade e Cultura 6 – Cadernos do Noroeste, Série Sociologia*, 22 (1-2), 63-84.
- Saavedra, L. & Nogueira, C. (s/d). *Estereótipos de género: conhecer para Transformar*. (Disponível em <http://www.crie.min-edu.pt/files/@crie/1220024513_03_SACAUSEF_III_10a30.pdf> Acedido a 22/05/2012).
- Simão, L. M. (2000). Desequilíbrio e co-regulação em situação de ensino-aprendizagem: análise segundo o conceito de ação comunicativa (Habermas). *Psicologia Reflexiva Crítica*. 35 (1), 33-38.
- Soares, L. (2008). O educador de jovens e adultos e sua formação. *Revista de Educação*, 47, 83-100.

- Sikes, P. & Gale, K. (2006). *Abordagens Biográficas para pesquisa em Educação*. Plymouth: Faculdade de Educação da Universidade de Plymouth.
- Soares, L. (2008). O educador de jovens e adultos e sua formação. *Revista de Educação*, 47, 83-100.
- Teixeira, F. (2010). Sexualidade e Género nas Revistas Juvenis: o caso da Bravo. In F. Teixeira, I. Martins, P. Oliveira, I. Chagas, A. Maia, T. Vilaça, A. Maia, C. Rossi & S. Melo (Orgs.), *Sexualidade e Educação Sexual – políticas educativas, investigação e práticas*, (pp. 294-300) Braga: Edições CIED – Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho.
- Teixeira, F. (2010). Educação em Sexualidade e Formação de Professores(as). In F. Teixeira, I. Martins, P. Oliveira, I. Chagas, A. Maia, T. Vilaça, A. Maia, C. Rossi & S. Melo (Orgs.), *Sexualidade e Educação Sexual – políticas educativas, investigação e práticas*, 324-328 Braga: Edições CIED – Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho.
- Pires, D., Teixeira, F., Agiar, F. (2010). Prevenção da Infecção de VHI/SIDA em contexto prisional. In F. Teixeira, I. Martins, P. Oliveira, I. Chagas, A. Maia, T. Vilaça, A. Maia, C. Rossi & S. Melo (Orgs.), *Sexualidade e Educação Sexual – políticas educativas, investigação e práticas*, 12-30. Braga: Edições CIED – Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho.
- Torres, A. & Gomes, M. C. (2002). *Drogas e Prisões em Portugal*. Lisboa: CIES/ISCTE
- Turato, E. R.. (2005). Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Rev. Saúde Pública*, 39 (3), 507-514.
- Vicente, P., Reis, E & Ferrão, F. (2001). *Sondagens: a amostragem como factor decisivo de qualidade*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Vieira, C. C. (1995). *Investigação quantitativa e investigação qualitativa: uma abordagem comparativa*. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentadas à FPCEUC.
- Vieira, C. C. (1999). A credibilidade da investigação científica de natureza qualitativa: Questões relativas à sua fidelidade e validade. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXXIII, 2, 89-116.
- Vieira, C. C. (2011). *Relatório de Metodologia de investigação em Educação II*. Relatório não publicado para efeitos de concurso para Professor Associado, área das Ciências da Educação. Coimbra: FPCEUC.

Webgrafia:

<http://www.anqep.gov.pt/>

<http://www.cpj.pt/>

<http://www.dgrs.mj.pt/>

<http://www.ine.pt>

ANEXOS

Anexo I

Nota: todos os dados apresentados têm como fonte a Direção Geral da Polícia da Justiça e estão disponíveis em <http://www.dgpj.mj.pt>

Tabela 1 -Total de mulheres reclusas, existentes a 31 de Dezembro de 2012, segundo nível de instrução e nacionalidade.

<i>Nível de instrução</i>	<i>Mulheres Portuguesas</i>	<i>Mulheres Estrangeiras</i>	<i>Total</i>
Não sabe ler e escrever	63	9	72
Sabe ler e escrever	59	19	78
1.º Ciclo	172	41	213
2.º Ciclo	98	22	120
3.º Ciclo	109	33	142
Ensino Secundário	54	30	84
Ensino Superior	12	15	27
Outros Cursos	1	4	5
Infirmação não disponível	11	8	19
TOTAIS	579	181	760

Tabela 2 - Total de mulheres reclusas, existentes a 31 de Dezembro de 2012, segundo o escalão etário.

<i>Escalão Etário</i>	<i>Mulheres Portuguesas</i>	<i>Mulheres Estrangeiras</i>	<i>Total</i>
16 - 18 anos	2	1	3
19 - 20 anos	11	6	17
21 - 24 anos	31	19	50
25 - 29 anos	85	28	113
30 - 39 anos	183	61	244
40 - 49 anos	159	40	199
50 - 59 anos	82	22	104
+ 60 anos	26	4	30
Total	579	101	760

Tabela 3 - Reclusas existentes a 31 de Dezembro 2012 segundo a situação penal e nacionalidade.

<i>Situação Penal</i>	<i>Mulheres Portuguesas</i>	<i>Mulheres Estrangeiras</i>
Preventiva	132	3
Condenada	447	98

Tabela 4 – Caracterização da população reclusa segundo o crime cometido (em%) a 31 de Dezembro 2012

<i>Tipo de Crime</i>	Homens	Mulheres
<i>Sexo</i>		
Crimes contra as pessoas	25,3%	17,4%
Crimes contra os valores e Interesses da Vida em Sociedade	7,4%	6,6%
Crimes contra Património	28,7%	21,4%
Crimes relativos a Estupefacientes	18,8%	47,52%
Outros	19,8%	7,0%

Tabela 5 – Reclusos existente em 31 de Dezembro de 2012 segundo a situação penal, em formação e em actividade

	<i>Situação Penal</i>				<i>Em acções de Educação/formação</i>		Em actividade
	Total	Preventiva	Condenado	Medidas de Segurança	Escolares	Profissionais	
Total	13614	2661	10722	231	1709	507	4,654%

Anexo II - Guião de entrevista

Entrevistadora: _____ Entrevistada: _____

Local: _____ Data: _____ Hora: _____ Recursos utilizados: _____

Blocos	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Questões Orientadoras	Questões Específicas
I. Legitimação da entrevista	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação 2. Explicar os objectivos da entrevista 3. Garantir os aspectos éticos e deontológicos 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação da Entrevistadora 2. Apresentar os objectivos do estudo; 3. Referir que a entrevistada pode desistir a qualquer momento; 4. Garantir o anonimato e a confidencialidade dos dados e solicitar autorização para a gravação da entrevista. 5. Assinar o Consentimento Informado 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Concorda em participar nesta investigação? 2. Tem alguma dúvida que queira ver esclarecida? 	

		6. Agradecimento pela disponibilidade.		
II. Caraterização e recolha de dados biográficos	1. Caracterização e recolha de dados biográficos sobre a entrevistada	1. Caracterização da entrevistada	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fale-me um pouco de si... Quem é a sra XX? 2. Como gosta de se descrever enquanto mãe, mulher, esposa, filha etc. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Idade 2. Escolaridade 3. Estado civil 4. Condição perante o mercado de trabalho 5. Passou por um período de reclusão quanto tempo esteve detida? 6. Que idade tinha quando ingressou no EP e qual o regime? 7. Qual a sua escolaridade quando ingressou no EP? 8. Cumpriu pena mais do que uma vez?

				<p>9. Era casada ou tinha um relacionamento quando entrou para o EP? Manteve essa relação?</p> <p>10. Tinha filhos? Que contacto manteve com ele e/ou com a família?</p> <p>11. Quer acrescentar mais alguma coisa a esta descrição de si?</p>
<p>III. Identificação da oferta de educação/formação, motivações e impactos.</p>	<p>1. Identificação de acções de educação/formação concretas que as exreclusas frequentaram durante o período de reclusão.</p> <p>2. Avaliação, pelas entrevistadas, dos momentos de educação/formação</p>	<p>1. Conhecer a percepção da entrevistada sobre a adequação das modalidades de educação/formação existentes nos EP's.</p> <p>2. Perceber qual o impacto dos cursos EFA dentro da prisão, na vida futura destas mulheres.</p>	<p>1. Que acções de formação ou modelos de educação existiam no EP em que esteve?</p> <p>2. Dê exemplos...</p> <p>3. Qual a sua opinião sobre a existência de ofertas de educação e formação nos EP?</p>	<p>1. Que oferta de educação/formação frequentou?</p> <p>2. Como se deu a escolha das mesmas? (porque escolheu essas e não outras)</p> <p>3. Pôde escolher a formação a frequentar?</p>

		<p>3. Percepções das entrevistadas sobre a qualidade da formação em termos de recursos materiais e conteúdos.</p> <p>4. Avaliação da relação formando/formador.</p> <p>5. Avaliação da percepção das exreclusas sobre a importância da existência de formação nos EP's</p>	<p>Porquê?</p> <p>4. Quem decidia qual a oferta a frequentar?</p> <p>5. Como era dada a formação?</p> <p>6. Que aprendeu nas acções de formação que frequentou?</p> <p>7. Como avalia essas sessões de formação dentro do EP? Estava de acordo com o que esperava? (recursos materiais, conteúdos, métodos...)</p> <p>8. Que relação houve entre aquilo que aprendeu na formação e o que já sabia da escola ou de outro curso que fez fora da prisão?</p> <p>9. Que importância</p>	<p>4. Quais eram em seu entender os aspectos mais fortes e os mais fracos da mesma?</p> <p>5. Pode dar-nos exemplos?</p> <p>6. Acha que os seus conhecimentos anteriores foram respeitados e valorizados? Porquê?</p> <p>7. Qual a utilidade dos conteúdos para o seu dia a dia no EP?</p> <p>8. Que tipo de acompanhamento tinha para a realização dos trabalhos, etc.? (no caso de ser percurso escolar)</p> <p>9. Pode dar-nos exemplos, por favor?</p>
--	--	--	---	--

			<p>atribui agora ao que aprendeu nesses cursos dentro da prisão? Que utilidade tiveram para si?</p> <p>10. Como era a relação com os formadores? Eram internos ou externos ao EP?</p> <p>11. Como avalia a preparação e empenho dos formadores que teve?</p> <p>12. Que avaliação é que faz dos conteúdos (aquilo que aprendeu) da formação? E dos Formadores?</p>	<p>10. Se tivesse poder para fazer mudanças, o que mudaria nessas ações? Porquê?</p>	
IV.	Opinião sobre a importância da educação/formação recebida para a reabilitação pessoal, social e	1. Percepções sobre a adequação da oferta de educação/formação nos EP face às suas necessidades/(re)inse	1. Perceber se houve algum contributo da educação/formação recebida no EP para a reinserção socioprofissional das	1. Em seu entender, qual a utilidade da formação que recebeu para a sua reinserção social?	1. Na sua opinião, a formação que recebeu no EP está, ou não, adequada às necessidades do mercado de

<p>profissional das mulheres exreclusas</p>	<p>rção</p>	<p>exreclusas na vida ativa.</p>	<p>2. Qual a ligação da formação que é dada às necessidades do mercado de trabalho?</p> <p>3. Como avalia a correspondência que existe entre a formação que recebeu dentro do EP e os seus projectos pessoais e profissionais? (os que tinha na altura da reclusão e os que tem agora)</p> <p>4. Como poderia ser organizada a formação, em seu entender, para que ela pudesse contribuir para a qualidade de vida das mulheres reclusas?</p>	<p>trabalho? Porquê?</p> <p>2. Quer falar-nos da sua experiência concreta?</p> <p>3. Na sua opinião o que falta à formação dada nos EP's?</p> <p>4. Pode dar-nos sugestões, por favor, (de organização, conteúdos etc.)?</p>
---	-------------	--------------------------------------	---	--

<p>V. A experiência da Reclusão</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecer algumas das percepções das mulheres entrevistadas sobre a experiência da reclusão, nomeadamente no que concerne à sua educação/formação e à sua preparação para a vida pós-reclusão 2. Compreender que tipo de mudanças se operaram nas suas vidas, na sequência da experiência de reclusão 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar aspectos positivos e negativos das vivências das mulheres entrevistadas durante o período de reclusão 2. Compreender através do discurso directo das mulheres entrevistadas, que tipo de mudanças se operaram nas suas vidas, na sequência da experiência da reclusão. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Como seria a sua vida se não tivesse sido obrigada a estar em situação de reclusão? 2. Como foi a experiência dentro do EP? 3. O período de reclusão foi um período de estagnação ou de atraso na sua vida, ou pelo contrário? 4. Como era o seu dia-a-dia no EP? 5. O que foi o melhor e o que foi o pior dentro do EP? 6. Se pudesse sugerir alguma coisa a quem tem o poder de decisão, o que diria para melhorar 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Que aspectos seriam em seu entender diferentes? 2. Realizava tarefas? De que tipo? Pode dar-nos exemplos? 3. Fez amizades? Com quem (colegas, guardas...)? 4. Dê-nos exemplos de como passava o tempo, por favor. 5.
-------------------------------------	--	--	--	---

			a vida dentro da prisão?	
VI. Terminus		<ol style="list-style-type: none"> 1. Agradecer a colaboração da entrevistada; 2. Perceber como se sente a entrevistada depois da entrevista. 3. -Solicitar contributos para a investigação e intervenção no domínio. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gostaria de acrescentar alguma informação que seja pertinente para o nosso estudo? 2. Que temáticas poderiam, nestes domínios, ser objeto de um futuro trabalho de investigação desta natureza. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quer deixar alguma sugestão ou conselho?

Relate uma pequena história (relato auto-biográfico) do seu papel de formanda

Anexo III - Consentimento Informado

Consentimento Informado

O meu nome é Ana Monteiro, sou mestrande da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Professora Doutora Cristina Maria Coimbra Vieira, estou a realizar um estudo sobre a importância que a educação/formação frequentada nos Estabelecimentos Prisionais tem na inserção social das mulheres

A sua participação consistirá em entrevistas individuais sobre a sua experiência de vida em contexto prisional. Os dados recolhidos serão analisados e publicados em atividades de carácter académico.

No sentido de facilitar o registo dos dados das entrevistas gostaria de obter o consentimento para gravar, em formato áudio, as entrevistas.

Tem o direito de interromper as entrevistas a qualquer momento e de não responder a perguntas que não queira. Não existem respostas corretas ou incorretas, apenas as suas concepções e descrições sobre a sua experiência de vida.

Concordo em participar na investigação, fazendo as entrevistas e autorizo a sua gravação em áudio.

_____, _____ de _____ de _____

(Assinatura da entrevistada)

(Assinatura da entrevistadora)

Anexo IV

Matriz da Análise de Conteúdo (MAC1) das Entrevistas às mulheres ex-reclusas quanto à sua opinião sobre as acções de educação/formação que receberam durante o período de reclusão.

<i>Categorias</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Unidades de registo</i>
1. Ofertas de educação e formação de adultos	1. Alternativas de ofertas formativas	Existe uma variedade de ofertas formativas dentro do Estabelecimento Prisional que permitem obter certificação escolar e profissional	<p><i>“Durante esse período só tive conhecimento de formações na área dos bordados e penso que de tapetes de arraiolos para além da educação de adultos desde o primeiro ciclo ao ensino superior (...) No que respeita às dez ou doze mulheres que se encontravam residentes durante o meu período de reclusão, sei que duas fizeram o 9º ano e 3 o 1º ciclo (...) também posso adiantar que essa formação era por módulos” (E4)</i></p> <p><i>“Primeiro fui completar o 12º ano por módulos. Porque ao fim de um ano eu estava condenada. Foi num curso EFA só escolar onde fiz por módulos. Também me inscrevi num curso de cabeleireira que fiz. Fui pioneira no Curso de Empreendedorismo no estabelecimento prisional. Na altura o empreendedorismo estava na moda. (...) As vezes havia vários cursos: bordados, costura, arraiolos, os escolares...” (E1)</i></p> <p><i>“Vários, há vários. Havia arraiolos, Mesa e Bar, jardinagem (...) depois havia os outros para fazermos a 4ª classe o 6º ou o 9º. Aí havia computadores, inglês ou Francês...” (E2)</i></p> <p><i>“Fiz um curso de informática de 9 meses. Fui logo das primeiras. Fiz curso de trabalhos manuais, de bordados, arraiolos, bainhas</i></p>

			<p><i>abertas. (...) Os que eu fiz eram só profissionais. Mas havia cursos para a 4ª classe e outros níveis e havia os profissionais.” (E3)</i></p> <p><i>No que diz respeito à formação, “Em (...) não se notou muito mas o que sei é que em termos de trabalhos os homens são mais favorecidos do que as mulheres. Mas as mulheres também se acomodam mais á situação do que eles. Acomodam-se mais. Mas em (...) eles tinham um maior leque de escolha do que nós. Para nós era curso de arraiolos, curso de arraiolos, curso de arraiolos depois lá apareceu um curso de cabeleireiros mas não apareceu mais. Quando se perguntava para onde vais? Para o curso de arraiolos. De onde vens? Do curso de arraiolos. Enquanto que eles tinham carpintaria, mecânica, tudo o que era profissões eles tinham e tinham formação escolar. Nós não. Só tínhamos os arraiolos. Em (...) tínhamos aqueles três - cabeleireiros, empreendedorismo e bordados - eles não, tinham muito mais, madeiras, mecânica, pintura, electricidade.” (E1)</i></p> <p><i>“Para além da formação escolar, que existia para homens e mulheres, “nós só tínhamos os cursos de bordados e arraiolos eles tinham serralharia, carpintaria, construção civil.” (E4)</i></p>
	<p>1. Desigualdade de oportunidades para homens e mulheres</p>	<p>Os homens têm um maior leque de ofertas formativas do que as mulheres</p>	<p><i>“Mas o que sei é que em termos de trabalhos os homens são mais favorecidos do que as mulheres. Mas as mulheres também se acomodam mais á situação do que eles. Acomodam-se mais. Por exemplo num Estabelecimento Prisional eles tinham um maior leque de escolha do que nós. Na (...) para nós era curso de arraiolos, curso de arraiolos, curso de arraiolos depois lá apareceu um curso de cabeleireiros mas não apareceu mais. Quando se perguntava para onde vais? Curso de arraiolos, de onde vens? Do curso de arraiolos. Enquanto que eles tinham carpintaria, mecânica, tudo o que era profissões eles tinham e tinham formação profissional. Nós não só tínhamos os arraiolos.</i></p>

			<i>Em (...) tínhamos aqueles três eles não, tinham muito mais, madeiras, mecânica, pintura. Mas em relação ao sairmos para o ar livre era igual. Nós tínhamos uma hora e eles também tinham uma hora.” (E1)</i>
2. Processo de selecção para a frequência de acções de educação/formação	1. Grau de liberdade de escolha das acções a frequentar	As mulheres adultas podiam escolher livremente a formação a frequentar	<p><i>“Os cursos eram afixados, às vezes havia vários cursos, bordados, costura. Eram afixados num placar no corredor, nós ponhamos lá o nome e depois podíamos ser aceites ou não. Podíamos escolher dentro do que havia.” (E1)</i></p> <p><i>“A Dra chamava a gente e dizia o que havia nós dizíamos se queríamos.” (E2)</i></p> <p><i>“Eles chegam lá e dizem: vai haver o curso tal e nós inscrevemo-nos se estivermos interessados. Eles não obrigam ninguém. Para quem não tem a escolaridade, eles até incentivam a ir mas não obrigam ninguém.” (E3)</i></p>
		As mulheres adultas frequentavam as acções por imposição dos técnicos do Estabelecimento Prisional	<p><i>“Julgo que, tendo em conta os recursos humanos e físicos do estabelecimento, eram propostos aos reclusos esses cursos, posso adiantar que ao ser feita essa proposta já existia como que uma pré-selecção, isto é, no dia-a-dia estávamos sujeitos a uma "apreciação" de técnicos e restante pessoal do estabelecimento e perante o comportamento e interesses de cada um iam fazendo essas propostas, normalmente através dos chamados educadores” (E4)</i></p> <p><i>“Embora fosse uma mais valia aceitar porque iria contribuir para muitas decisões ao nível de precárias e outros benefícios...” (E4)</i></p> <p><i>“A nível de escolaridade lá os técnicos chamavam toda a gente pois havia muita gente sem escolaridade e sem a quarta classe para fazer com que as pessoas quisessem.” (E1)</i></p>

<p>2. Percepção geral sobre as acções de educação/formação de adultos</p>	<p>1. Avaliação sobre o grau de correspondência entre as expectativas iniciais e a oferta real</p>	<p>As acções de formação correspondiam ao que era esperado e era-lhes reconhecida utilidade futura</p>	<p><i>“É bom. Quando se sai em liberdade já saem com o inglês com o francês, com várias línguas (...) aprendi como se tratam das plantas para não morrerem, como se regam e assim (...) nos tapetes de arraiolos aprendi a fazer e é bom. Podemos sempre vender. Eu é que não posso fazer porque estou paralisada da mão esquerda por causa do acidente. Mas o meu companheiro faz. Eu ensino-lhe alguns pontos.” (E2)</i></p> <p><i>“Eu andava sempre em cursos e formações, Formação de HIV, cuidados de saúde, aproveitava tudo, informática, ... Eu aprendi sempre ” (E3)</i></p> <p><i>“Após a minha condenação e uma vez que teria de permanecer no Estabelecimento Prisional durante 3 anos, numa conversa com a educadora referi que sempre gostei de estudar, ela sabendo que eu tinha o 12º ano propôs-me a possibilidade de ingressar no ensino superior, não pensei duas vezes e aceitei desde logo a proposta. Como aconteceu numa fase em que estavam perto os exames de admissão para a Universidade Aberta com quem o Estabelecimento Prisional tinha pareceria comecei logo a estudar e após a realização dos mesmos entrei neste estabelecimento de ensino, posteriormente o Estabelecimento Prisional propôs ao Instituto Politécnico e a uma escola secundária da cidade a possibilidade de eu fazer os exames de admissão e frequência do ensino superior e foi tudo aceite. Adianto que optei pelo Instituto Politécnico porque para além de ser mais acessível monetariamente a nível de apoios para acompanhamento de estudo tinha muitas mais vantagens. Para admissão foram-me disponibilizados pelo Estabelecimento Prisional os manuais que necessitava, estudava sozinha e sempre que necessitava de esclarecimentos ou tinha dúvidas tinha os professores da escola secundária da cidade e que davam aulas no estabelecimento sempre disponíveis para ajudar. Posteriormente, e já a frequentar</i></p>
---	--	--	---

			<p><i>o ensino superior alguns professores do instituto politécnico voluntariaram-se para me ir dar aulas e preparar para as frequências, sendo-me ao mesmo tempo disponibilizada toda a matéria existente na reprografia da escola, paguei algumas fotocópias, poucas, a maioria era-me facultada gratuitamente, não sei se pela escola se pelo Estabelecimento Prisional. As propinas numa primeira fase foram pagas por mim, depois candidatei-me a uma bolsa e passaram a ser pagas através desse meio. Tinha acesso à biblioteca na maioria do tempo, normalmente nos dois períodos do dia (manhã e tarde) depois das refeições e durante a noite na cela onde dormia com outra mulher e onde me era facultada luz durante toda a noite desde que essa senhora não se sentisse incomodada.” (E4)</i></p>
		<p>As acções de educação/formação eram de alguma forma limitadas</p>	<p><i>“Penso que todos eles se encontravam na altura um pouco desajustados. Tal como referi havia pouca oferta, que de certo modo era devido aos fracos recursos do estabelecimento uma vez que se limitavam muito ao que existia no estabelecimento, do género: serralharia porque o Estabelecimento Prisional tinha serralharia, bordados porque existia alguém com disponibilidade e formação para dar... No que respeita ao nível escolar existia uma oferta mais alargada porque havia parcerias com os diversos níveis de ensino da cidade onde se inseria o Estabelecimento Prisional” (E4)</i></p>
	<p>2. Percepções relativamente aos recursos materiais</p>	<p>As acções de formação tinham recursos materiais adequados</p>	<p><i>“Tínhamos tudo, botas, luvas e assim (...) Davam-nos umas botas, luvas cacholas e nós tínhamos de ir trabalhar e aprender. Cada um tinha uma marca no material para se saber se algum material se estragasse” (E2)</i></p> <p><i>“Na parte da manhã das 10h ao meio-dia os cursos eram dados no sótão da cadeia. Havia várias salas, cada uma para cada curso, ficávamos lá com a professora (éramos 12 mulheres, não há mistura com os homens). Nós tínhamos de manhã os homens há tarde. A sala tinha computadores, temos biblioteca (...) As</i></p>

			<p><i>formações tinham tudo, projectores, computadores, fotocópias, e quando tínhamos alguma dúvida era sempre respondida ao mínimo detalhe.” (E3)</i></p>
	<p>3. Percepções relativamente aos formadores</p>	<p>Os formadores criavam empatia com as formandas e transmitiam conhecimentos de forma adequada.</p>	<p><i>“Como passou a ser cá fora, muito boa.(...) Enquanto estive no Estabelecimento Prisional só frequentava a escola no dia das frequências, o que restringia a convivência, embora sempre que precisei fui sempre bem recebida pelos professores e colegas. A maioria não tinha conhecimento da situação e alguns só souberam porque era acompanhada por uma guarda à civil e que aconteceu algumas vezes alguém conhecer e a partir daí ficarem a saber, tudo se manteve e nunca ninguém me discriminou (...) Para a admissão foram-me disponibilizados pelo Estabelecimento Prisional os manuais que necessitava, estudava sozinha e sempre que necessitava de esclarecimentos ou tinha dúvidas tinha os professores da escola secundária da cidade e que davam aulas no estabelecimento sempre disponíveis para ajudar. Posteriormente, e já a frequentar o ensino superior alguns professores do instituto politécnico voluntariaram-se para me ir dar aulas e preparar para as frequências, sendo-me ao mesmo tempo disponibilizada toda a matéria existente na reprografia da escola.” (E4)</i></p> <p><i>“Eram pessoas de fora do estabelecimento (...) Bom. Muito bom, as pessoas viam-nos como nós erámos. Era a Joaquina, era a Paula era a X e não a reclusa. Uma porque matou outra porque vendeu droga. Não. Nada. Cada uma tinha o seu nome e eramos tratadas como nós somos.” (E1)</i></p> <p><i>“São umas meninas que vão de fora nos ensinar. Muito boas raparigas.(...) com muita paciência repetiam sempre até a gente perceber. ” (E2)</i></p> <p><i>“Os formadores eram bons. Respeitavam-nos. Foi o melhor tempo que eu passei na cadeia. Foi, foi... ou nos cursos ou no trabalho</i></p>

			<p><i>foi o melhor tempo (...) Vamos sabendo como a vida está cá fora, se a vida está cara se está barata o que se vai passando, senão não sabemos nada.” (E2)</i></p> <p><i>“Temos professores que nos dão aulas. Ou são directamente lá de dentro ou externos ou pessoas que são voluntarias e nos vão lá ensinar. Acabamos por ter um diploma (...) nos que eu fiz, por norma são por professores externos. (...) Na medida do possível a relação é boa. Eles também não se podiam chegar muito a nós. Não por medo mas por regras do estabelecimento. Se vissem um professor a falar mais de perto com um de nós, já era chamado a atenção. Havia guardas a assistir (...) Os professores preocupavam-se connosco, respondiam a qualquer dúvida ao mínimo detalhe” (E3)</i></p>
	<p>4. Mais-valias das acções de educação/formação</p>	<p>As acções eram vistas como adequadas e interessantes, dado o enriquecimento curricular das formandas e a melhoria da sua qualidade de vida</p>	<p><i>“Embora quando sai tivesse mudado de curso considero uma mais valia este meu percurso, não só como meio de reinserção, como e acima de tudo me possibilitar realizar o sonho da minha vida e fazer aquilo que sempre gostei de fazer: estudar. O Estabelecimento Prisional foi sem dúvida o trampolim para atingir tudo o que consegui, a nível escolar.” (E4)</i></p> <p><i>“É bom em dois sentidos. Ficamos com uma escolaridade quem vai do zero ou que tem pouca e por outro lado ocupamos o tempo.” (E1)</i></p> <p><i>“É acho óptimo haver cursos de formação. É bom, muitas pessoas que vão para lá não sabem uma letra e lá dentro aprendem e podem aprender tudo. Curso de cozinha, (...) os que eu fiz eram só profissionais. Mas havia cursos para a 4ª classe e outros níveis e havia os profissionais.” (E3)</i></p> <p><i>“Foi útil. Por exemplo a informática que eu aprendi apesar de já ter sido há alguns anos atrás mas hoje é útil e tenho bases. Se</i></p>

			<p><i>estivesse a trabalhar mais seria. Mas enfim, falo com os meus filhos no facebook que estão no Brasil, ou pesquisar coisas..."</i> (E3)</p>
		<p>As acções eram vistas como uma forma de "passar o tempo" ou conseguir outros privilégios.</p>	<p><i>"Daquilo que me pude aperceber a maioria lutava pelas regalias das saídas (precárias e condicionais) essencialmente, havia outros que consideravam uma forma de "levar" melhor a condenação, outros ainda que era a possibilidade de andar um pouco mais em liberdade, pois permitia a saída, embora dentro do Estabelecimento Prisional, para diversos sectores do mesmo (biblioteca, salas de aula) e não estar fechado tanto tempo dentro do mesmo espaço."(E4)</i></p> <p><i>"As pessoas pensam vou para a escola porque assim sai-o da cela. Se for uma manhã estou uma manhã inteira fora da cela. É um 50/50." (E1)</i></p>
	<p>5. Limitações das acções de educação/formação</p>	<p>As acções eram avaliadas como pouco adequadas e desinteressantes</p>	<p><i>"Penso que a nível de formação deveria existir uma maior variedade e ter sempre em conta as necessidades da população, não é que eu tenha queixas, mas era necessário muito mais (...) Deveria ao mesmo tempo existir um leque mais alargado de formações e sempre tendo em conta os gostos das pessoas que iriam frequentar e não apenas os recursos do Estabelecimento Prisional." (E4)</i></p>
	<p>6. Divergência de opiniões quanto à adequação da formação recebida ao mercado de trabalho.</p>	<p>A formação recebida era adequada ao mercado de trabalho</p>	<p><i>"Bem, agora nenhum curso é adequado. Mas se estivesse o mercado melhor acho que por exemplo os que existiam em (...) e falo neste porque foi onde estive mais tempo, acabam por se aplicar porque costura, uma bainha é sempre precisa, uma saia, um fato... o de cabeleireiros também o de bordador só com sorte e a nível muito pessoal." (E1)</i></p> <p><i>"Ou seja, só quando consegue alguma estabilidade cá fora, fruto do seu empenho, é que se consegue aplicar conhecimentos, competência adquiridos lá dentro...Sim, de tudo que se aprendeu."</i></p>

			<p><i>Mesmo agora ao sábado lá vem uma vizinha ó (...) dá-me um jeitinho? Pintas-me o cabelo? E eu lá vou e ganho mais algum assim, mas só depois de as pessoas voltarem a confiar em nós.”</i> (E1)</p> <p><i>“Na altura eu ainda disse para uma guarda que lá fora gostava de abrir uma lavandaria e na altura a costura era tanta que durante muitos anos me convenci que poderia abrir um atelier. Só não o fiz porque quando sai, casada, fui para um meio onde tudo se fechou. Onde tudo foi diferente do que eu esperava. Eu casei lá dentro ele tinha pena de 9 anos e 8 meses mas só cumpriu 4. Mas cá fora foi uma pessoa diferente. Lá dentro era bom, estava sempre lá quando eu precisava (...) este tipo de trabalhos são sempre precisos e teria dado o negócio.”</i> (E3)</p>
		A formação recebida era desadequada ao mercado de trabalho	<p><i>“Em primeiro lugar, tendo em conta o contexto onde estava inserida, posso referir que se tratava maioritariamente de pessoas com pouca formação tanto escolar como profissional, o que de certa forma dificulta também o papel dos técnicos, numa sociedade cada vez mais escolarizada, a pouca formação que se fazia no Estabelecimento Prisional, penso que estava longe de se encontrar adequada ao mercado de trabalho, isto nessa altura”</i> (E4)</p> <p><i>“Não me ajudou a encontrar trabalho. Está mau para os empregos. E eu também não posso trabalhar por este problema e não há trabalho, não há dinheiro. Mas acho bem porque os mais novos que eu podem aproveitar. Temos de fazer trabalhos. (...) Alguns sim, são bons cursos para quem possa trabalhar e está bom da cabeça para aprender.”</i> (E2)</p>
3. Visão das formandas sobre si próprias	1. Opiniões sobre as motivações que levam as adultas a frequentar	As formandas frequentam as acções pelo gosto pela	<p><i>“Em menor numero estariam os que tal como eu acharam que era, e nunca descorando também todas estas possibilidades, uma forma de fazer algo por nós próprios provando a nós mesmos que somos capazes e que tudo um dia seria uma mais valia na nossa vida</i></p>

	<p>ofertas de educação/formação</p>	<p>aquisição de conhecimentos e de competências</p>	<p><i>pessoal e profissional (...) Para a minha vida, assim como acontece com qualquer pessoa, a formação é sempre algo que nunca é demais e apesar de não estar a trabalhar na área sei que tudo quanto aprendi me tem sido e vai ser sempre muito útil.” (E4)</i></p> <p><i>“Há quem vá, que foi o que eu fiz, já que aqui estou vou aproveitar. Foi o que eu fiz, aproveitei tudo aquilo que o Estabelecimento Prisional tinha para me dar. Tudo e que eles tinham para me dar eu aproveitei” (E1)</i></p> <p><i>“Todos os que eu pude. Já que estava ali tinha de tirar proveito de qualquer maneira. Não ia estar ali parada. Fiz um curso de informática de 9 meses. Fui logo das primeiras. Fiz curso de trabalhos manuais, de bordados, arraiolos, bainhas abertas.” (E3)</i></p> <p><i>“Embora quando saí tivesse mudado de curso considero uma mais valia este meu percurso, não só como meio de reinserção, como e acima de tudo me possibilitar realizar o sonho da minha vida e fazer aquilo que sempre gostei de fazer: estudar. O Estabelecimento Prisional foi sem dúvida o trampolim para atingir tudo o que consegui, a nível escolar.” (E4)</i></p>
		<p>As formandas frequentam as acções para a obtenção de regalias (financeiras, privilégios vários, mais tempo fora da cela etc.)</p>	<p><i>“Tirei um curso de jardinagem e de arraiolos mas continuo com a 4ª classe (...) Era bom, tínhamos um grupo e assim passava-se melhor o tempo.” (E2)</i></p> <p><i>“Mas quase toda a gente quer porque mesmo que não se vá para não se fazer nada sempre se sai da cela e passa melhor o tempo e ganhava-se algum. Um tanto para nós para comprar qualquer coisa e outro para o estabelecimento. Dá jeito porque havia um bar muito grande onde há tudo. Temos é de fazer a requisição.” (E2)</i></p>

		As formandas sentem falta de vontade em ter uma vida melhor e não encaram as acções como algo vantajoso para elas.	
4. Avaliação do impacto das acções de educação/formação na vida pós-reclusão	1. Impacto positivo das acções na reinserção social e profissional	A frequência das acções contribuiu para a obtenção de mais conhecimentos técnicos e permitiu arranjar emprego com mais facilidade	<i>“Agora mesmo estou a fazer um quadro a ponto cruz para oferecer à instituição muito bonito. Tudo depende da pessoa. Uma pessoa Portuguesa por exemplo, porque eu não posso arranjar trabalho porque neste momento estou ilegal no país, com o que aprende lá dentro pode sempre arranjar trabalho ou ganhar dinheiro fazendo alguma coisa. Conheço casos de colegas minhas que lhes foi muito útil, continuaram a estudar, estão a exercer cá fora de acordo com o que estudaram lá dentro. Por exemplo uma está a trabalhar numa escola porque lá dentro trabalhou numa creche e teve formação adequada. Eu por exemplo, se estivesse noutra situação, podia aproveitar o que sei de lavandaria e ter a minha. Lá dentro eu fiquei mais tarde responsável pela lavandaria, fui eu que abri a nova lavandaria. Foram técnicos para todas as máquinas porque eram digitais, a de costura, a de lavar e secar... eu tive de aprender e num quarto de hora eu aprendi tudo. Eles até deram os parabéns ao director da cadeia. Quem passou a mandar na lavandaria fui eu, eu é que sabia ligar e funcionar com as máquinas.” (E3)</i>
	2. Ausência de impacto das acções na vida pós-reclusão	Não se verificou qualquer mudança na vida das mulheres, após a saída do Estabelecimento Prisional, pelo facto de terem frequentado as acções.	<i>“Pouca. Ao fim de 8 anos é começar do zero, é voltar a nascer (...) É assim, na nossa situação, eu tenho todas as bases, tenho tudo, para pedir um apoio ao Estado que eles financiam mas se eu chegar e disser que estive detida e o sr ministro de Lisboa disse-me que sim... eu não acredito(...) e eu mesmo do que aprendi do empreendedorismo a gerir os materiais a tirar daqui para ali, porque a empresa não é minha mas sou eu que dou a cara, aproveito esses conhecimentos nesta fase onde estou a começar</i>

			<p><i>outra vez. Porque eu volta e meia começo do zero da mesma firma, mas pronto neste momento o que aprendi dá. Mas no momento da saída? Não. Aliás quase nada do que se lá aprende dá cá fora. No início não (...)A gente chega. Quem nos conhece não nos dá trabalho. A gente vem com uma mentalidade de dentro daquele corredor e só daquele corredor. Perdemos a noção do mundo cá de fora. O chegar e dizer trouxe isto tudo, vou começar amanhã. Não isso não. Com o tempo dá para aplicar mas só com tempo.”</i></p> <p>(E1)</p>
--	--	--	--

Anexo V

Matriz da Análise de Conteúdo (MAC2) das Entrevistas às mulheres ex-reclusas quanto à sua percepção sobre a experiência de reclusão

<i>Categories</i>	<i>Subcategorias</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Unidades de Registo</i>
1. Percepções gerais das mulheres entrevistadas sobre a experiência da reclusão	1. Percepções positivas sobre a reclusão	O período de reclusão foi um período de oportunidades e de mudanças positivas	<p><i>“Provavelmente a minha vida seria igual à que tinha e que me levou precisamente a essa situação, não sei...ninguém pode prever isso...mas não havia grandes expectativas... embora pensasse e quisesse todos os dias mudar... Eu costumo dizer: se há males que veem por bem, este foi um deles. Uma lição de vida. (...) De certa forma, para mim foi a oportunidade para mudar de vida. Sempre consciente de que não estava bem no entanto não mudava...este foi o impulso que necessitava para atingir o meu querer. As oportunidades no meu caso vejo-as mais neste âmbito: a possibilidade de mudar de vida. Foi um período de reflexão e de que precisava para ser aquilo que sou hoje e que, conscientemente, sempre fui. Foi a oportunidade de me colocar novamente no caminho de onde nunca devia ter saído” (E4)</i></p> <p><i>“Para mim a entrada no estabelecimento foi uma ajuda para me livrar dele, da droga.”(E1)</i></p>
		Há coisas boas a destacar na vida da reclusão	<p><i>“(...) a lição de vida, todas as experiências vividas que jamais, em contexto algum, se vivem a não ser passando por elas, as aprendizagens a todos os níveis: o espírito de sobrevivência, os diferentes contextos em que cada um esteve e estava inserido, as diversas culturas, o mundo à parte que ali existe...as boas pessoas que ali conheci e que ainda hoje contribuem de alguma forma para um pouquinho da minha felicidade...” (E4)</i></p> <p><i>“O melhor de tudo foi a coragem de ter deixado a droga. Que eu fiz por mim própria não o estabelecimento por mim. Houve coisas boas, não é? Foram muitos anos.” (E1)</i></p>

			<p><i>“O melhor foi dar-me tempo para pensar no que eu fiz. Porque há muita maneira de nos separarmos de uma pessoa sem fazer o que eu fiz. E se o arrependimento matasse eu já estava morta. Foi mesmo o ter tempo para pensar e reflectir. Que podia ainda ter sido mais atenciosa com os meus filhos, apesar de sempre ter tentado ser. Que quando criança podia ter sido diferente com a minha mãe. Aprende-se muito. Aprendi a calar quando era preciso. A ser humilde, eu não era humilde. Às vezes olho para algumas pessoas pouco humildes e penso: precisavam de um dia lá dentro.”</i> (E3)</p>
	<p>2. Percepções negativas sobre a reclusão</p>	<p>O período de reclusão foi um período de estagnação e de retrocesso na vida</p>	<p><i>“De estagnação ou mesmo de atraso??? Sempre. Isto porque deixei de viver um dos melhores bens que possuímos: a liberdade!! Logo aí há estagnação, vivi 3 anos de paragem no tempo com a minha família, com a minha filha essencialmente com a sociedade com tudo que temos cá fora e por vezes não damos valor”</i> (E4)</p> <p><i>“A bem dizer não há nada de bom na prisão”</i> (E2)</p> <p><i>“Tinha sido melhor a minha vida. Não estava afastada dos meus filhos. A ausência era de mais. Nunca tinham dinheiro para me visitarem (...) A minha vida parou. Nunca mais se volta atras. Estar presa é parar.”</i> (E2)</p> <p><i>“Seria boa a minha vida se não tivesse ido presa. Não teria razão de queixa. Eu trabalhava como auxiliar de acção médica no Hospital (...). Tinha a minha família, vim para Portugal com o meu companheiro e os meus dois filhos, que eu conheci no Brasil e que era Português. Podia ter continuado a trabalhar de certeza que estava lá a trabalhar. Eu sou uma pessoa muito perfeccionista. O meu ultimo salário eu recebi já lá dentro. (...) A minha vida parou. Eu estava de mãos e pés atados, não podia fazer o que queria. Lá dentro não somos donos da própria vida. (...) A verdade é que nós</i></p>

			<p><i>temos que ser o que eles querem e não o que nós somos ou queremos.” (E3)</i></p> <p><i>“Se não tivesse ido presa ainda manteria o meu emprego na (...). Era socorrista. Tenho muita, muita pena do que perdi” (E1)</i></p>
		<p>Há coisas más a destacar na vida da reclusão</p>	<p><i>“O pior: a falta de liberdade. O fecho das celas, a convivência inevitável com pessoas que se pudéssemos evitar jamais escolheríamos para viver e conviver, a falta de pequenas coisas proibidas neste regime.” (E4)</i></p> <p><i>“Má, muito má. Muita revolta, muito tudo, desde celas disciplinares a tudo. Eu andei ali um ano e meio, ui... muito mal. Também sei que não tenho um feitio fácil mas para mim na altura toda a gente tinha culpa menos eu. Todos os outros eram culpados. (...) O pior foi o estar fechada, o estar presa, a privação da liberdade. E os meus amigos sabiam onde eu estava se não foram lá é porque não eram meus amigos.” (E1)</i></p> <p><i>“O pior de tudo é aquelas raparigas que aparecem lá, toxicod dependentes, a vomitarem por todo o lado, ao pé de nós, só pele e osso. E a droga. Há muita droga lá dentro. Eu nunca fumei nada mas vi-a não é? Sempre a fumarem nas casas de banho, com uma prata sabe como é? Quando as guardas as caçam vão para a cela disciplinar e a droga é muita não sei como entra mas é muita. E depois ficam com uma moca. Ai Jesus. E os garotos vêm sabe, nem sempre se consegue esconder. Agora já há umas salas e eles agora também vão para a creche mas quando eu lá tive os meus, não havia.” (E2)</i></p> <p><i>“Por tudo e por nada poderíamos ir de castigo. Não quer dizer que fosse comigo ou sempre mas bastava a guarda também ir chateada e com os seus problemas e descarregar em nós. E para umas nós podemos ser umas maravilhas de reclusas e para outras não. Não</i></p>

			<p><i>agradamos a 100%.” (E3)</i></p> <p><i>“Em (...) eu não tinha nada. Não havia condições nenhuma. Olhe que eu chegava a meter garrafas de água quente que enchia por lá para meter nos pés que tinha os pés geladinhos na cama. Não havia condições nenhuma. Nem para nós nem para os homens (...) Os meninos dormiam comigo na cama. Agora as celas já são muito boas nestes últimos que eu estive já têm casa de banho dentro do quarto mas ao início não, fazíamos num balde. Ui eu já passei muito, só Deus sabe.” (E2)</i></p> <p><i>“(...) porque é verdade que quem trabalha ou estuda tem menos tempo para brigas mas quem está ali a ouvir isto e aquilo dá chatice. Depois vai-se de castigo. E o castigo para além de estar sozinha e fechada, tenho de levar o meu cobertor e dormir no chão. Se a pessoa fuma a guarda põe um cigarro e um isqueiro na grade e diz ora vem cá. E a pessoa não pode ir. Ora isso é tortura para quem tem o vício. A guarda para além de acatar as ordem dela, ainda gosta de massacrar.” (E3)</i></p>
	<p>3. Relacionamento dentro do Estabelecimento Prisional</p>	<p>Balanço positivo do relacionamento dentro do Estabelecimento Prisional</p>	<p><i>“Hoje mantenho contacto com a minha educadora a quem sempre faço gosto em dar a conhecer o meu percurso, principalmente escolar, já que foi ela a impulsionadora (via e-mail), com algumas guardas (via telemóvel) e apenas com duas reclusas via facebook” (E4)</i></p> <p><i>“Criei amizades com algumas. Um saem, outras já entraram novamente (...) com as guardas de bem, depende umas pensam, ‘eu sou a guarda, eu sou a autoridade e tu és uma presa’ mas também havia outras guardas que elas eram a nossa família e nós também já fazíamos um bocadinho parte da família delas. Todas com o seu feitio, mesmo as mais rebeldes, havia quem refila-se com os chefes, com as guardas mas com o tempo... Eu tenho uma guarda que</i></p>

			<p><i>discutíamos muito uma com a outra por causa do futebol que ela é toda benfiquista mas impunha respeito enquanto autoridade, brincava e eu dizia-lhe que ainda ia ser minha madrinha. E ficou, ainda ontem quando lá estive, tomei café com ela.” (E1)</i></p> <p><i>“As guardas, já as havia melhores e as mais regulas (...) às vezes ainda me escrevo com colegas minhas ou mandamos uma sms pelo telemóvel. Ajudaram-me quando necessitava. Davam-me a mim o trabalho a fazer e pagavam-me. Se tinham visitas davam-me uma peça de fruta que eu dava aos meus filhos. Era assim. (...) Também havia algumas guardas boas. Eu era amiga de duas. A (...) e outra. Essa até ia buscar a minha (...) e dava-lhe o peito porque eu não tinha leite e ela tinha tido um bebé há pouco tempo. Depois foram para outras cadeias. Há de tudo, boas e más. Há as que a falarmos com elas compreendem a nossa situação outras só pensam em castigar.” (E2)</i></p> <p><i>“Era outra família que ajuda muito. Não se consegue ter bom ambiente com toda a gente, é impossível mas consegue-se ter um grupinho porreiro que ajuda a normalizar a nossa vida. Sim porque aquela é a nossa vida e temos de dizer pronto, estou presa.” (E1)</i></p> <p><i>“Era bom o relacionamento com as guardas. São pessoas que eu nunca esqueci nem nunca vou esquecer. Elas durante muitos anos foram a minha família. Não tenho que dizer delas, nem deles apesar de não ter uma relação tão directa. Por exemplo, lá dentro não pode entrar bolo com recheio eu às vezes havia dias que me apeteciam tanto, e elas levavam para elas, no lanche delas e davam-me. Como posso esquecer estas coisas?” (E3)</i></p> <p><i>“Sabe que eu estive sempre no mesmo estabelecimento e as colegas vão sendo muitas. As que cumprem pena por droga estão uns anos, saiem, umas voltam a entrar, não dá para grandes relações. E eu</i></p>
--	--	--	---

			<p><i>aprendi a não criar muitas amizades porque depois eu sofria porque estavam sempre a sair e a entrar pessoas novas. Por exemplo, tive uma que esteve comigo 14 anos, tinha lá dentro o bebé que eu ajudei a criar, era eu que comprava fraldas, papa. Tive um carinho tão grande tão grande com a (...) e depois ela foi embora... acabou. ” (E3)</i></p> <p><i>“Todos me tentavam animar, acarinhar, puxar para a frente mas quando começo a falar neles mostro a minha tristeza. Tirando isso tento ser simpática pois a única culpada sou eu mesma. Ninguém teve culpa.” (E3)</i></p>
		Balanco negativo do relacionamento dentro do Estabelecimento Prisional	<p><i>“Mas as (...) é muito difícil. Eu não sou racista mas elas são muito más só andam á pancada umas com as outras (...) e depois as drogadas a vomitarem tudo quando estão com ressaca nas celas, fica tudo sujo, as crianças a verem, enfim.” (E2)</i></p> <p><i>”Encontrei e tive de conviver com pessoas que cá fora nunca as escolheria para tal” (E4)</i></p>
2. Percepções sobre o funcionamento e as dinâmicas dos Estabelecimentos Prisionais	1. Existência de rotinas impostas no Estabelecimento Prisional	As mulheres entrevistadas consideram importante a existência de rotinas	<p><i>“Depois de nos irem abrir a porta e nos contarem todas, íamos tomar o pequeno-almoço no refeitório. Somos todas contadas de novo. Eu ia abrir o bar. Outras iam para a escola para os cursos ou quem não fazia nada para a cela. Este era um bar para reclusos apesar dos guardas também lá irem pois era mais perto do que o deles. Depois ia para a lavandaria, deixava o trabalho orientado com uma colega minha e ia para o meu curso. Ia para o refeitório almoçava e ia abrir o bar de novo. Depois voltava para a lavandaria até às 15h.30h depois ia até às 16h abrir o bar novamente. Voltava para a lavandaria até às 18h. Tinha o dia todo ocupado para não pensar. Depois do jantar abria novamente o bar.” (E3)</i></p>

			<p><i>“Primeiro abria-se a cela depois de acordar tínhamos a nossa higiene, descia-mos para a copa com as colegas para preparar-mos o pequeno-almoço. Com as outras colegas ponhamos as chávenas, os tabuleiros e tudo. Depois de limparmos e refeitório íamos para a escola. Às 11h30 vinha e íamos preparar o refeitório para o almoço. Até às 15h estava tudo arrumado. Recolhíamos às celas até às 17h30. Como não queria estar fechadas íamos ter com o chefe e andávamos a arrancar ervas, fazíamos tudo e mais alguma coisa, de borla, para não estarmos fechadas. Continuei a estudar mas depois deixei a copa e fui tomar conta do bar. Lá dentro cada piso tinha um bar com tabaco, café. Abria o bar de manha para as colegas. Era um bar só para reclusos só para nós mulheres. ” (E1)</i></p> <p><i>“Dia-a-dia: acordar às 7.30h fazer a higiene pessoal e a cama, às 8 horas era a abertura das celas, a partir daí tomava o pequeno-almoço e como trabalhava dentro do estabelecimento saía do espaço reservado às mulheres e realizava trabalhos de limpeza nos gabinetes existentes no Estabelecimento Prisional (diretor, secretaria, irs), almoçava e no espaço após almoço estudava, participava em todas as atividades que nos eram destinadas, ia ao recreio e tentava estar ativa sempre que possível o fecho era novamente às 19h30 após o jantar às 18h30” (E4)</i></p> <p><i>“Sempre a trabalhar, sempre desde que me levantava até me deitar. Nem tempo para ver televisão. Eu estive muito tempo sem ver televisão. Até foi um padre que me arranhou uma a preto e branco. Nunca parava, sempre a trabalhar.” (E2)</i></p>
	<p>2. Distinções entre homens e mulheres dentro do Estabelecimento</p>	<p>Há visões estereotipadas dentro do Estabelecimento Prisional</p>	<p><i>“Nós éramos as meninas dela (directora de um Estabelecimento Prisional) e os homens eram os bandidos. Éramos mais protegidas por ela. Mesmo quando havia os namoricos e os homens pediam visitas, ela não autorizava aos homens. Mesmo na festa de natal os chefes faziam tipo uma redoma, nós dizia-mos que era a redoma de</i></p>

	<p>Prisional</p>	<p>sobre as mulheres e os homens, o que se reflecte no tratamento que é dado a ambos os sexos e na liberdade que lhes é concedida.</p>	<p><i>vidro, e nós estávamos ali inseridas para que não viesse o bandido do outro lado e nos fizesse mal e nos tocasse. É claro que no que tocava a regras ela era rígida e compreendendo que tinha de ser mas nisso era. Nós eramos as meninas eles os bandidos. E claro, nós aproveitávamo-nos da situação.” (E1)</i></p> <p><i>“Mas o que sei é que em termos de trabalhos os homens são mais favorecidos do que as mulheres. Mas as mulheres também se acomodam mais á situação do que eles. Acomodam-se mais. Por exemplo num Estabelecimento Prisional eles tinham um maior leque de escolha do que nós. Mas em relação ao sairmos para o ar livre era igual. Nós tínhamos uma hora e eles também tinham uma hora.” (E1)</i></p> <p><i>“No recreio nós estamos num cubículo. Não há um livro para ler. Com os homens é diferente. Tudo o que eles quiserem dos guardas eles têm. Se eles disserem: preciso de falar com a Sra directora, eles dizem então vai lá, nós não. Eles têm mais liberdade dentro do Estabelecimento Prisional. Nós para irmos á lavandaria, e eu por exemplo há anos que trabalhava lá, uma guarda tinha de ir sempre comigo. Eles não. Mesmo nas limpezas cada um limpa a sua cela tanto nós como eles mas outras partes específicas como a parte dos gabinetes somos nós que limpamos mas há duas mulheres específicas não pode ser qualquer uma. E aí vai uma guarda também com elas. Até as guardas são mais... não sei também têm mais medo. Os guardas não têm medo. Se alguém pede para trazer uma maço de tabaco da rua elas até podem trazer mas avisam logo que se alguém perguntar é para dizer que foi dado por uma colega. Os guardas não na boa. ” (E3)</i></p>
<p>3. Visões sobre a gestão do tempo dentro do</p>		<p>Durante a reclusão havia mulheres que estudavam e</p>	<p><i>“Trabalhava dentro do estabelecimento saía do espaço reservado às mulheres e realizava trabalhos de limpeza nos gabinetes existentes no Estabelecimento Prisional (diretor, secretaria, irs) (...) Após a minha condenação e uma vez que teria de permanecer</i></p>

	<p>Estabelecimento Prisional</p>	<p>que tinham rotinas saudáveis para o seu futuro.</p>	<p><i>no Estabelecimento Prisional durante 3 anos, numa conversa com a educadora referi que sempre gostei de estudar, ela sabendo que eu tinha o 12º ano propôs-me a possibilidade de ingressar no ensino superior, não pensei duas vezes e aceitei desde logo a proposta. Como aconteceu numa fase em que estavam perto os exames de admissão para a (...) com quem o Estabelecimento Prisional tinha parceria comecei logo a estudar e após a realização dos mesmos entrei neste estabelecimento de ensino, posteriormente o Estabelecimento Prisional propôs ao Instituto Politécnico e a uma escola secundária da cidade a possibilidade de eu fazer os exames de admissão e frequência do ensino superior e foi tudo aceite. (...) Tinha acesso à biblioteca na maioria do tempo, normalmente nos dois períodos do dia (manhã e tarde) depois das refeições e durante a noite na cela onde dormia com outra mulher e onde me era facultada luz durante toda a noite desde que essa senhora não se sentisse incomodada” (E4)</i></p> <p><i>“Eu disse-lhe: eu quero trabalhar, quero estudar, quero ocupar o meu tempo pois estou a ficar maluca lá em cima e não tomava medicação senão ainda era pior. A directora ficou a olhar para mim mas ao outro dia ela mandou-me chamar e disse-me: “olha a partir de hoje vai estudar e vai trabalhar para a copa”. Eu disse logo que sim. (...) Como não queria estar fechada íamos ter com o chefe e andávamos a arrancar ervas, fazíamos tudo e mais alguma coisa, de borla, para não estarmos fechadas. Continuei a estudar mas depois deixei a copa e fui tomar conta do bar (...) é bom trabalharmos. Só as (...) é que não querem porque também para além de venderem em feiras e droga não sabem nem querem fazer mais nada” (E1)</i></p> <p><i>“Andei a trabalhar fora. Com o meu bom comportamento, puseram-me a trabalhar numas confecções em (...), tirava o passe ia de manhã, tinha a menina comigo ia levá-la ao infantário, ao fim</i></p>
--	----------------------------------	--	--

			<p><i>do dia ia busca-la e voltava para o estabelecimento. Estive assim sem precárias nem nada durante 8 ou 9 anos.” (E2)</i></p> <p><i>“Sempre a trabalhar, sempre desde que me levantava até me deitar. Nem tempo para ver televisão. Eu estive muito tempo sem ver televisão. Até foi um padre que me arranhou uma a preto e branco. Nunca parava, sempre a trabalhar.” (E2)</i></p>
	<p>4. Gestão das finanças pessoais dentro do Estabelecimento Prisional</p>	<p>Existência de formas diversas lícitas e ilícitas de obtenção de dinheiro.</p>	<p><i>“Na altura havia lá um salão. Eu fiz a proposta ao director, de abrir o salão para pôr em prática os conhecimentos do curso. Podiam ir os reclusos, os guardas, os administrativos. Porque na altura eu estava no curso de empreendedorismo e o meu objectivo era formar-me com uma pequena empresa então perguntei se eu poderia pôr em prática lá no salão. Ser o salão meu, eu explorar, eu gerir o salão, ser eu a comprar tintas, encomendar as tintas, e ter o meu ordenado. E isso foi possível. Ganhei o meu dinheiro, trabalhei, ajudou a passar o tempo” (E1)</i></p> <p><i>“Ganhei dinheiro e a carta do meu garoto quando fez 18 anos fui eu que paguei. Eu até mandava dinheiro para os meus filhos de lá de dentro todos os meses (...) Eu fazia bordados e bainhas abertas para pessoas de fora. Todos os anos lá no estabelecimento havia uns dias abertos e havia exposições dos nossos trabalhos. No início não era eu que ia eram outras colegas depois eu comecei a ir apresentar os nossos trabalhos. Aí, havia pessoas que viam, gostavam e podiam encomendar ou então iam mesmo lá, ao estabelecimento falar com a pessoa, com a educadora responsável e nós fazíamos. Bordados, bainhas abertas, arraiolos (...) nós é que fazíamos o preço depois era metade para nós de imediato e a outra metade para o Estabelecimento Prisional. Esse dinheiro era dividido em dois, um para a conta corrente que nós podíamos mexer e gastar outro para a conta reserva que ficava lá só para quando precisássemos, para oculista, dentista, coisas que não</i></p>

			<p><i>fossem urgentes.” (E3)</i></p> <p><i>”Todos os serviços mesmo de faxina, copa eram remunerados só o de arrancar ervas é que não porque era para não estarmos fechados, o resto era e isso permitia ter também dinheiro para uns mimos para o (...) Metade ficava disponível outra metade fica na reserva. Uma vez por mês podíamos levantar 20 euros. O restante guardavam para as precárias e para quando viéssemos embora.” (E1)</i></p> <p><i>“Mas trabalhei muito muito para sobreviver. (...) Tive de trabalhar muito, as minhas colegas que não queriam lavar ou passar as suas roupas davam-mes mesmo os lençóis e assim e eu lava, passava e pagavam-me. Fazia a faxina das celas e assim (...) no meu tempo era tudinho, agora por último onde estive já tinham umas máquinas que pomos uma moeda mas antes não. Tudo á mão. A minha e dos meus filhos dos que estavam comigo. Havia um tanque. Eu lavava a minha e a das outras. Na altura pagavam-me 500 escudos por mês.(...) Algum elas não sabiam senão tinha de o depositar. Mas quando trabalhava para as guardas, quando lhes lavava os carros, a limpeza, pronto, já tinham confiança em mim, esse tinha de o declarar. O dinheiro já ia para cima e uma parte ficava para quando saísse-mos outra podíamos levantar. Já nem sei bem quanto era mas acho que eram 2 contos por mês. Só uma parte ficava disponível mas se precisássemos tínhamos de fazer um requerimento á Directora que era uma jóia de pessoa.” (E2)</i></p> <p><i>“Puseram-me logo com tarefas. Uma semana limpar as casas de banho, outra o corredor, outra o refeitório, as janelas era assim, e fazia as minhas coisas e os trabalhos das outras para me pagarem. E fazia as tarefas das outras e assim ganhava por elas e passava o tempo. Assim nem dava conta do tempo passar. Senão ficava doida. (...) Era bom, passava o tempo quando dava conta era noite e tinha</i></p>
--	--	--	---

			<p><i>dinheiro para comprar iogurtes, as fraldas, um bolito às vezes, isto lá dentro no nosso bar. (...) Eu ia ao Sr do bar, até já faleceu, e pedia-lhe se quisesse alguma coisa que ali não houvesse, que me trouxesse quando fosse às compras e ele trazia. Mas a senhora directora tinha de dar autorização. Mas ela dava sempre, como era para as crianças. Mas tanto me dava a mim como dava às outras.”</i> (E2)</p> <p><i>“Eu quando entrei só fiquei 15 dias sem fazer nada. Comecei logo a fazer arraiolos nas horas vagas que era na cela e fui logo trabalhar para a lavandaria. Na lavandaria também fazia costura. Eles quando vêm que nós sabemos fazer alguma coisa perguntam-nos se queremos trabalhar nisso. No meu caso foi a costura inicialmente. E para nós é melhor em vez de estarmos sem fazer nada e seja qual for o trabalho é sempre pago. Eu ganhava 60€ por mês. 30 para a reserva, 30 para o disponível. E depois também trabalhava na cozinha. Conheci o (...), que morreu lá dentro. Depois conheci o (...) que trabalhava na cozinha e ia muitas vezes à lavandaria. As guardas fechavam os olhos porque eu também fazia muitas coisas para elas.”</i> (E3)</p>
<p>3. As crianças (filhas das reclusas) e a vida prisional</p>	<p>1. Percepções sobre o modo de tratamento das crianças que residiam com as mães no Estabelecimento Prisional</p>	<p>As crianças são sempre bem tratadas dentro do Estabelecimento Prisional e têm uma vida com a qualidade possível</p>	<p><i>“(...)tem creche tem tudo e pode ficar até aos 3 anos e meio. Se a família exterior tiver condições pode ir busca-lo se não vão para colégios. Quem entrar com a criança a criança dá para lá estar. É assim, concordo e não concordo. Não é fácil para uma criança estar ali dentro. Nem sei (...) Muita discussão tive com os chefes por causa dele. Era eu que lhe dava as refeições ele não queria a mãe mas os chefes achavam que era a mãe que tinha de tomar conta (...)Eu sempre gostei de crianças e dei muito ao (...) do que não pude dar aos meus filhos. Mesmo a compra dos chocapic’s no bar. Eu via o meu filho no (...) e gostava de o ver hoje. Já fui á procura dele mas nada.”</i> (E1)</p>

			<p><i>“Elas tinham a cela delas com a caminha do bebé ao lado. Lá nisso em (...) podia não haver para nós mas para as crianças... a frutinha passada e a directora todos os dias ia provar a comida das crianças. Nós até podíamos morrer não era grave mas para as crianças, tudo. Mesmo vinham educadoras de fora a trabalhar para lá. Tinham os seus brinquedos, o pátio de brincar. Embora dentro do mau, as crianças eram muito bem tratadas. Para elas aquele era o mundo delas apesar de já saberem o que era uma precária. Eles diziam “chau, vou de precária” (E1)</i></p> <p><i>“Mas é muito mau criar os filhos dentro do estabelecimento. No meu tempo não havia muitas fraldas, querermos comprar fraldas e não podermos... agora não sei se dão. Em (...) já davam e têm creche mas noutras em que estive não davam. (...) Os meninos dormiam comigo na cama. Agora as celas já são muito boas nestes últimos que eu estive já têm casa de banho dentro do quarto mas ao início não, fazíamos num balde. Tive de trabalhar muito para dar alguma coisita aos meus filhos. As minhas colegas que não queriam lavar ou passar as suas roupas davam-mas mesmo os lençóis e assim e eu lavava, passava e pagavam-me. Fazia a faxina das celas e assim.” (E2)</i></p> <p><i>“O cuidado com as mães é importante. Havia de haver uma cadeia só para as mães. Para as que têm os filhos com elas porque essas sofrem muito. As crianças podem ficar com elas até aos 4 anos lá dentro e depois se têm família cá fora mandam para fora senão vão para instituições. E quando a criança precisa da mãe é quando levam ela. Eu via o sofrimento delas todos os dias. Eu podia sofrer por não ter os meus mas sabia que estavam com a família, amados, protegidos. Mas muitos dos delas não. E eu via o tanto que elas choravam, que elas sofriam. ” (E3)</i></p>
			<p><i>“Ui, hoje está casada tem duas meninas mas nem quer que lhe fale</i></p>

	<p>2. Percepções sobre o impacto da reclusão das mães na vida das crianças</p>	<p>As mulheres ex-reclusas consideram que o impacto da reclusão na vida das suas crianças foi negativo.</p>	<p><i>nisso. Ninguém lhe pode falar nisso. Muito revoltada. Ela quando via um carro até saltava com o medo, tinha medo de tudo. Andava sempre comigo mesmo quando ia ao tribunal da Boa Hora ia atrás comigo, enjoava muito, tinha sempre de a levar. Tinha muitos pesadelos, muito medo. Correu tudo comigo. Ela entrou comigo com 2 meses e meio de lá aos 3 anos e meio foi para uma instituição e depois vinha à noite para ao pé de mim. Mas depois acabou por ficar sempre na instituição porque eu cai e não a podia ter comigo. Se fosse agora não. (...) Tinha mais dois filhos do meu primeiro casamento. Ao todo tinha 7 filhos mas morreu-me um. Tive também um menino lá dentro que aconteceu quando fui de precária. Tenho mais outra filha mas de outro casamento. (...) Ao todo tinha 7 filhos mas morreu-me um. Tive também um menino lá dentro que aconteceu quando fui de precária. Uns a mãe dele ficou-me com eles. Outros com uma tia. Mas graças a Deus estão todos bem. Uma está na Suíça veio cá casar-se agora até tem uma menina e chama pais aos avós porque foram eles que a criaram. Eu não fui ao casamento. Tenho pena mas não queria ir mal apresentada. (...) Outra está no (...) a estudar para Veterinária.”</i> (E2)</p> <p><i>“Não posso dizer que sofri por me tratarem mal, o meu sofrimento maior foi ter ficado sem os meus filhos. Toda a mãe é mãe coruja cada uma há sua maneira, não sou melhor que nenhuma mas aquela sensação de não os puder ver. Até hoje. Eu já saí há 2 anos e ainda não os vi. Até hoje, eu falo com eles por vídeo chamada e tudo mas só consigo sonhar com eles da maneira que os deixei a imagem que aparecem é com eles como eram”</i> (E3)</p> <p><i>“A garota não entendia porque é que não podia estar com a mãe. Na altura tinha 9 anos, o meu garoto tinha 13 anos e é uma idade muito complicada. A garota tinha alturas que ficava mais revoltada mesmo ao telefone ela mostrava essa revolta. O garoto não, dizia</i></p>
--	--	---	--

			<p><i>que apesar de tudo eu era a mãe dele. Por ironia do destino ele é policia. Eu digo-lhe você policia e a sua mãe a bandida. Mas a garota agora para eu me ir embora é ela que vai pagar a passagem. “ (E3)</i></p> <p><i>“Como mãe considero que nem sempre estive presente, fisicamente, na vida da minha filha devido às circunstâncias de um percurso de vida que me impossibilitou de o fazer, considero no entanto que estive sempre presente e que a acompanhei da melhor forma que me foi possível, sempre me considerei uma boa mãe, e embora ausente nalguns momentos estive sempre presente em todos com muito amor. Apesar de todas as dificuldades mantive e mantenho um bom relacionamento com a minha filha com quem vivo atualmente e tenho consciência que ela sente um grande orgulho na mãe que tem” (E4)</i></p>
4. Reinserção das ex-reclusas	1. Peso negativo da reclusão sobre as ex-reclusas	A reinserção social é difícil após a obtenção da liberdade, dado o estigma da reclusão	<p><i>“A pessoa cumpre a pena lá dentro e para o resto da vida cá fora. Nunca mais nos livramos desse castigo. Ficamos sempre com um rótulo. Tive pessoas que realmente me ajudaram, que sabem mas outras nunca souberam e vão continuar sem saber (...) Mal, é diferente, é o estranho, é olhar para tudo e não conhecer nada (...) e metade das pessoas por onde eu passei já cá fora, soubesse onde eu tinha estado não me aceitavam.” (E1)</i></p> <p><i>“É o encontrar trabalho, é o ter de esconder sistematicamente e permanentemente o meu passado todo porque nem conseguiria chegar aqui. Diariamente faço o exercício de me esconder. Raramente falo da minha vida já para não correr o risco de entrar em contradição. Às vezes até me consigo baralhar a mim própria. É como se tivesse tido duas vias, a de lá e a de cá. Ainda agora quando foi a entrevista para a vaga de supervisão da firma de limpeza onde eu estava e eu concorri e mandei o meu curriculum, com os cursos, e com tudo o que fiz até hoje. O director a olhar</i></p>

			<p><i>para mim e perguntou-me: casada? E eu lembrei-me: casada, filhos, filhos, presa e virei-me para ele e disse: esteja descansado que o meu marido é uma joinha esteja descansado não se preocupe com ele. Mas pronto tentei contornar a situação para não se chegar á família porque é assim nós falamos hoje com o chefe, falamos daqui a um ano, já não me recordo de tudo mas ele pode lembrar-se não é? Quando é assim, evito falar é uma pedra que está ali. O que digo é casei-me fui viver para (...) não correu bem o meu casamento como o de tanta gente não corre e pronto separei-me e vim refazer a minha vida. “ (E1)</i></p> <p><i>“Mas ainda estou á espera de autorização do SEF para ir embora porque ainda estou com as apresentações. Continuo presa... não tenho documentação porque como estava presa os documentos caducaram. É que o Estabelecimento Prisional trata de todos os documentos, de toda a documentação mas para Portugueses, para estrangeiros não. E parecendo que não há discriminação. Eu nunca me envolvi em chatices porque fechava os olhos e os ouvidos. Porque por ser brasileira ouvia bocas como se fosse uma qualquer. Seja bocas dos guardas, seja dos colegas. Os portugueses tinham direito ou prioridades nalgumas coisas e os brasileiros ficavam de lado. Isso me magoava muito. Mesmo quando começaram a aparecer mais mulheres brasileiras a fazer determinados serviços, eu não tinha nada a ver com elas mas também levava bocas. Ora por favor... depois queria que eu pagasse 1300€ de multa por não ter renovado documentos. Como queria que eu tivesse renovado se eu estava lá dentro?” (E3)</i></p>
	<p>2. Mudanças nas redes de suporte social após a experiência de reclusão</p>	<p>Vivência de mudanças diversas ao nível dos laços sociais</p>	<p><i>“Alguns eu estava a contar que desaparecessem. Aliás estava a contar e não estava. Alguns mantiveram-se, uma amiga foi lá ver-me esteve 10 minutos e foi-se embora disse que não conseguia.” (E1)</i></p> <p><i>“Não quiseram saber mais de mim. Nunca ligaram nunca me</i></p>

			<p>visitaram” (E3)</p> <p>“Há sempre quem se afaste. Outros, que eu própria tinha afastado pela vida que levava, recuperei-os até porque entendo que eu teria sido a causadora de várias situações que levaram a esse afastamento.” (E4)</p>
	<p>3. Relacionamento com a família</p>	<p>Houve perda de contactos com diferentes pessoas da família e alteração dos laços afectivos</p>	<p>“Fiz tudo o que era possível. Telefonava diariamente e tinha visitas semanais. Era casada, mantive o casamento até um ano após a minha saída” (E4)</p> <p>“Não, de ninguém os anos todos que estive presa não tive visitas. No natal, a maioria deles recebia alguma coisa e sempre visitas. Eu não. Até eu ser condenada, os meus amigos iam visitar-me depois não. Eu apanhei 20 anos, na altura pena máxima. Eu telefona, não atendiam, deixaram de ir.” (E3)</p> <p>“A minha família estava toda no Brasil. Eu ligava para lá todos os sábados. O meu irmão veio cá buscar os meus filhos e depositou-me dinheiro numa conta, conta essa que também sumiu e nunca mais vi. Também por isso é que eu tinha de trabalhar, precisava de dinheiro para mandar para eles, para lhes telefonar. Eles também me escreviam e o meu irmão perguntava-me se precisava de dinheiro mas eu dizia sempre que não. Muito já estavam eles a fazer por mim, ao cuidarem dos meus filhos. Os meus filhos se formaram, andaram nas actividades, foram judocas não graças a mim mas sim ao meu irmão. Além de gastarem dinheiro com os meus filhos não podia exigir que ainda me dessem dinheiro a mim. Mas foi preferível do que os ter numa instituição. Na altura preferi saber que não os voltava a ver tão breve. Agora que estou aqui sei que as instituições não são assim más mas na altura. Não me arrependo. Lá estavam no seio da família, com carinho. O meu irmão trata os meus filhos por filhos. Eu não posso levar a mal. Só agradecer. Hoje os meus filhos já estão casados eu já enho um</p>

			<p><i>neto, o (...), a coisa mais linda, tem dois anos.” (E3)</i></p> <p><i>“Perdi o contacto por completo com a minha filha. Pelo meu filho só por telefone. E estive sempre só. Nunca tive visitas. A minha mãe nunca me foi ver. Na altura não compreendi, não aceitei, não quis. Porque era a minha mãe à partida tinha que me ir ver. Mas agora se calhar até hoje dou uma certa razão porque se na altura eu tivesse tudo lá dentro, visitas, o colo da mãe se calhar eu não tinha aprendido. (...) Eu falava todas as semanas por telefone com a minha mãe. Só não me ia visitar. Se precisasse de alguma coisa mandava-me. Ajudou-me e tudo mas visitas não ia.” (E1)</i></p> <p><i>“A família cá fora a sofrer por nós, nós a sofrermos por eles. Não compensa o crime. Muitas vezes a passarem fome para levarem comida para quem está dentro da cadeia. Não compensa. (...) quando sai foi uma alegria” (E2)</i></p>
	<p>4. Relacionamento conjugal</p>	<p>A vida de reclusão teve como desfecho o fim do relacionamento conjugal</p>	<p><i>“Acabei por o abandonar porque quando saía lá vinha outra vez ter comigo e lá ia-mos para a vida do crime. Ui! (...) Agora estou com um senhor muito meu amigo. Vê eu tenho este problema na bacia e no braço por um acidente que o outro me provocou. Eu não o quero mais (...) eu fui para uma cadeia ele foi para outra. (...) Telefonávamo-nos uma vez por semana e quando estávamos na mesma prisão as guardas levavam-me para o visitar. Era, elas levavam-nos para visitarmos os maridos ou os companheiros. Agora não o quero ver mais, ele nem sabe onde estou porque a vida do crime não compensa. Ai Jesus só de pensar no que a gente passa lá dentro e fica afetada da cabeça, não compensa. E ele depois saiu uma vez primeiro do que eu e não me foi ver. Nem uma vez e eu aí então também já não te ligo mais.” (E2)</i></p> <p><i>“Era casada. E ao entrar para a cadeia essa situação desfez-se. Ele entrou comigo, saiu, tornou a entrar e agora já lá está outra</i></p>

			<p><i>vez e deixe-o lá estar sossegadito. Eu até me esqueço que ele é pai. Foi tanta coisa má, tanta estupidez e coisas más que eu fiz por um traste. Que enfim quem eu era e quem fui. Tudo de mau, aprendi com ele desde maus tratos, etc. então eu não levei pancada dos meus pais e agora levo dele. (...) Para mim a entrada no estabelecimento foi uma ajuda para me livrar dele.” (E1)</i></p>
		<p>A vida da reclusão não teve qualquer impacto na manutenção do casamento.</p>	<p><i>“Era casada, mantive o casamento até um ano após a minha saída” (E4)</i></p>
<p>2. Sugestões para a melhoria da gestão dos Estabelecimento Prisional</p>	<p>1. Gestão dos medicamentos e das questões da saúde</p>	<p>Deveria evitar-se a toma excessiva medicamentos</p>	<p><i>“As mulheres acomodam-se á situação, refugiam.se na medicação. (...) Nós vamos ao médico e pronto, se disser ao médico que não durmo. E o que não durmo o que é? Se eu estiver fechada sem fazer nada, tiro um soninho á tarde ora se tiro um soninho só consigo dormir lá para as às 10, 11 ou às 3h, 4h pronto começam os sonos trocados. Digo ao médico que não durmo lá me dá um calmantezito. Atrás desse calmantezito vem outro que esse já não faz grande efeito depois há as tentativas de suicídio, há isso tudo e passam para a psiquiatria. Passando para a psiquiatria já se sabe. Depois há uma ou outra que não toma a medicação que às vezes vem uma do lado “não há aí nada para dormir?” e pronto faz negócio”(E1)</i></p> <p><i>“Cortava muita medicação. E ai seria muito radical. Cortava.” (E1)</i></p> <p><i>“A gente fica afetada da cabeça, toma muitos medicamentos e não é só um ano. São muitos. Nunca mais fiquei bem. Ainda agora tomo muitos comprimidos para dormir. Lá eu não conseguia dormir. Estava sempre a pensar e de repente acordava nem percebia onde</i></p>

			<p>estava.” (E2)</p> <p>“Outra coisa que eu mudava era a medicação. Na altura a directora da cadeia até dizia que gastava mais em medicação do que em comida. Gastava-se muito em medicação. As pessoas quando entram ali dentro ficam meio doidas. Eu nos dois primeiros anos pensava que estava num pesadelo. E depois quando se cai na real as pessoas ali dentro não conseguem dormir. Ou só choram ou andam nervosas, sei lá, depende depois das pessoas. Depois há quem faça negócio com a medicação. Uma pessoa vai ao médico, começa a dar um medicamento fraquinho depois a própria pessoa começa a pedir mais e mais. A pessoa depois vai toda a hora ao médico. E essas deviam ser melhor vigiadas porque é assim só se pode tomar a medicação à frente das guardas. Se estas mandam levantar a língua tudo bem e a pessoa tomou se não manda quando a guarda vira costa esta tira-a e depois vende-a a outra ou troca-la por um cigarro. E isto era escusado. As que consumiam, para matarem a ressaca de alguma maneira, era capaz de comprar. Só quem passa por lá é que sabe.” (E3)</p>
	<p>2. Criação de oportunidades mais diversificadas de educação/formação</p>	<p>Deveria haver um maior leque de ofertas formativas</p>	<p>“Tentava dar mais oferta mesmo a nível de trabalho e mesmo a nível de formação. Jogar o curso escolar com a profissão. Porque lá nós era ou profissional ou só escolar. Não havia os dois complementos.” (E1)</p> <p>“E claro ter sempre em conta que se trata de pessoas adultas em circunstâncias muito especiais e onde é preciso ter sempre em conta os gostos (...) formação pessoal e estímulo dos reclusos para uma maior aposta em si próprios. Que não se imponham formações ou métodos sem ter em conta as necessidades e principalmente os gostos de cada um (...) Formação sim, mas no verdadeiro sentido.” (E4)</p>
			<p>“Apostava mais na formação e na preparação da sociedade.</p>

	<p>3. Preparação atempada da saída/reinserção socioprofissional</p>	<p>A saída das mulheres do Estabelecimento Prisional deveria ser preparada com alguma antecedência</p>	<p><i>Porque não se está preparado. Quem quer traz tudo de lá mas chega cá fora... Falta uma maior abertura para nos preparar para a saída. Porque o RAVE é só para quem está no fim da pena. É um regime virado para o exterior. Eu posso trabalhar cá fora e só ir dormir ao estabelecimento. Mas isto é só no fim da pena e quem está no fim da pena não precisa. Devia ser um processo mais lento e contínuo. As precárias não devem ser só ao meio da pena. Porque veja, numa pena de 10 anos só se vem de precária ao fim de 5 anos. Em 5 anos muda muito cá fora...Porque há as precárias, há o regime aberto mas não chega para preparar a pessoa para a liberdade.” (E1)</i></p> <p><i>“Que se aposte numa reinserção de verdade e não apenas em dar meras oportunidades de sair para um mundo para o qual não se está preparado e onde sem a verdadeira formação se volta a "cair"” (E4)</i></p> <p><i>“O que se precisa lá dentro é oportunidades para estas mulheres porque há quem não queira largar a vida que tem e é essa que vai continuar quando sair, mas também há muita gente boa que pode ser aproveitada reintegrada na sociedade. Falta abertura do estabelecimento e da sociedade. Saímos e não temos nada disso da reinserção social é zero. Eu lembro-me que sai e vim aqui á minha primeira entrevista na apresentação e ela vai lá em baixo à segurança social pede o rendimento mínimo. E eu fui, sou bem mandada. Cheguei lá, foi-me negado porque eu morava em casa dos meus pais. Eu disse lá á dra: «eu sai há 15 dias do estabelecimento prisional, preciso de um empurrão, alguém que me diga vai por ali.» Já viu a minha mãe, não é obrigada a dar-me dinheiro para eu ir tomar café, para um cigarro, para sustentar o meu filho. Muito faz a minha mãe em dar-me um prato de comida senão ia para baixo da ponte. Porque de reinserção social, zero, zerinho. Estamos sozinhos, por própria conta e risco. Porque eu</i></p>
--	---	--	--

			<p><i>disse na segurança social: «eu não estou a pedir ajuda para o resto da vida, é para agora, para começar». Eu estive ausente 8 anos e 8 anos não são 8 dias. Vou aqui, vou ali mas isso onde é? Tudo mudou de sítio na cidade. O que era aqui agora é do outro lado. Esses pequenos passos que para nós são muito grandes. É fácil para quem está mas eu cheguei. É preciso alguém que nos empurre que nos dê alguns meios e depois diga agora já tens segue a tua vidinha. Para além de que não há quem tenha assim tanta força de vontade, que ao primeiro obstáculo, ao fecho de portas desanime e faz o que sabe, vai ao parque e compra um pacote se for consumidor. Se for traficante vai compra 5gr e vai vender. É este o caminho e são estas as opções ou se quer muito, se tem capacidade, força de vontade e se encontra apoio ou são estes os caminhos. Por muito que o Estabelecimento Prisional com tanta pedra no caminho...” (E1)</i></p> <p><i>“Em respeito aos estudos, eu acho que está espectacular. Só acho que deviam dar mais apoio quando se sai de lá. Por exemplo eu tive a primeira precária depois de 9 anos e 4 meses, o mundo era diferente. Fiquei 24h numa instituição religiosa. Isso não é preparar.” (E3)</i></p>
	<p>4. Estabelecimento de ligações com o mundo do trabalho para a criação de oportunidades de trabalho</p>	<p>O Estabelecimento Prisional poderia tentar criar oportunidades de trabalho no mundo profissional, em função da formação dada durante a reclusão.</p>	<p><i>“Tentava dar mais oferta mesmo a nível de trabalho” (E1)</i></p> <p><i>“Tentava arranjar empregos para quando saíssem. Aprendem, aprendem mas depois chegam cá fora e não têm para onde ir trabalhar.”(E2)</i></p>

